

AVANÇOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MATOPIBA

Organizadores
Sandra Fernandes Leite
Vicente Eudes Lemos Alves
Luiz Flávio Neubert

Editora: Projeto CAEd/Fadepe/JF

Juiz de Fora – MG, 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Copyright © 2020 por Sandra Fernandes Leite, Vicente Eudes Lemos Alves e Luiz Flávio Neubert.
Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, incluindo ainda o uso da internet, sem a permissão expressa do CAEd/FADEPE/UFJF, na pessoa de seu editor (Lei nº 9.610, de 19.2.98).

Série: Educação e o Uso do Tempo
Volume 6
Primeira edição 2020
Revisão e Editoração: Odisseia Consultoria
Projeto gráfico e diagramação: Odisseia Consultoria
Arte da capa: Sandra Fernandes Leite

Catálogo na publicação
Elaborada por Simone L. G. de Oliveira - CRB-8 n. 8144

Av15 Avanços do Plano nacional de educação no MATOPIBA [recurso eletrônico] / organizadores: Sandra Fernandes Leite, Vicente Eudes Lemos Alves, Luiz Flávio Neubert. – Juiz de Fora, MG : PPGP/UFJF; Projeto Caed - FADEPE/JF, 2020.
(Série Educação e o Uso do Tempo, v. 6).

ISBN: 978-85-68184-36-3.

1. Educação. 2. Políticas públicas. 3. Plano nacional de educação. 4. Agronegócio. 5. MATOPIBA. I. Leite, Sandra Fernandes. II. Alves, Vicente Eudes Lemos. III. Neubert, Luiz Flávio. IV. Título.

20ª CDD – 379.81

Todos os direitos reservados, no Brasil à
CAEd / FADEPE / UFJF

AGRADECIMENTOS

A Pesquisa “MAPEAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: UM ESTUDO QUANTITATIVO E QUALITATIVO” Processo nº 2017/05658-5, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), se lança com a intenção de projeto de pesquisa no ano de 2017, especificamente no tocante as discussões postas em relação as condições e contextos da implementação e desenvolvimento do Novo Plano Nacional de Educação no Brasil. Considerando esses contextos em sua concretude e seus desdobramentos enquanto política de Estado, o olhar da pesquisa se volta especificamente para a região dos cerrados do centro-norte do Brasil.

Deste modo, na perspectiva de compor um olhar multidisciplinar o projeto de pesquisa envolveu diversos autores e olhares. Desses autores diversos, aqui agradecemos colaboração de todos, dos Professores Pesquisadores, dos Graduandos, Pós-graduandos e Especialistas convidados, que no evento: I Encontro de Pesquisa, trocaram olhares sobre a complexidade da região dos cerrados e das políticas públicas em jogo, tecendo assim problematizações para que pesquisa se constitua um estudo coerente, contextualizado e crítico. Para além das contribuições aqui expressas

agradecemos as preciosas reflexões que também apontaram caminhos indispensáveis para a definição dos nossos itinerários de pesquisa de campo, e na ampliação das nossas referências para as posteriores análises. Neste sentido em especial a parceria com o Instituto de Geociências da UNICAMP na pessoa do Professor Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, que possibilitou a interlocução com suas pesquisas sobre a região dos cerrados, portanto na coautoria do Projeto com a Professora Dra Sandra Fernandes Leite da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Do ponto de vista do apoio financeiro, institucional e dos meios de realizar estes trabalhos, agradecemos à Fundação de Amparo Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à Faculdade de Educação da Unicamp e à Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAEPEX) da Unicamp.

Agradecimentos ainda ao precioso apoio da equipe de pesquisa e ao colaborador Carlos Alberto de Carvalho, que atuou ativamente na idealização e organização deste evento e e-book

APRESENTAÇÃO

No contexto das discussões da atualidade sobre as condições, garantias da implementação do Novo Plano Nacional de Educação Lei Nº13.005/2014, e por consequência nas condições para o desenvolvimento e implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, se colocam diversas questões locais para o atendimento dessas garantias, principalmente no tocante as realidades dos municípios, entes mais frágeis do ponto de vista do modelo de financiamento e de criação de mecanismos eficazes no alinhamento das políticas de educação.

Pensando nos municípios onde se concretiza de fato, através das políticas locais, o atendimento das demandas pela escolarização básica, percebemos que se refletem nas condições objetivas de implementação e desenvolvimentos dos planos locais, os maiores desafios quando consideradas as Metas e Estratégias do Novo Plano Nacional de Educação. Deste modo, onde se inscrevem as competências pelo financiamento, planejamento, monitoramento das ações políticas de educação, podem ser percebidas as potências e as fragilidades inerentes a cada cidade, cada população e modo como se inserem no espaço geográfico de um país de dimensões continentais como o Brasil.

Diante das realidades presentes em alguns estados e municípios dos cerrados do centro norte do Brasil, especificamente

nas regiões chamadas de “novas fronteiras agrícolas”, percebe-se uma dinâmica de reconfiguração dos espaços, o que caracteriza uma modernização acelerada que acentua rapidamente as mudanças das paisagens naturais e sociais a medida que as questões atinentes aos processos de instalação e desenvolvimento do agronegócio se intensificam. Através das políticas federais na implantação de modelos econômicos para então região denominada MATOPIBA, as regiões do sul do Maranhão, norte do Tocantins, sul do Piauí e oeste da Bahia se destacam como “alvo” de iniciativas expansão das “fronteiras agrícolas” e da continuidade de programas e projetos que dessem sustentabilidade a então “modernização” e expansão da ocupação das terras produtivas pelo agronegócio. Muitos desses programas denotam (Programa Luz Para Todos) ou colocam frontalmente (Implantação dos Institutos Federais) de a que as demandas por educação escolarizada se colocariam como necessidade a ser atendida mais expressivamente, para a populações locais, não só como direito social, mas sobretudo como necessidade de formação de mão de obra.

Neste contexto o Projeto de Pesquisa: “MAPEAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: UM ESTUDO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, propõe-se a conhecer, compreender e mapear especificamente através das 9 metas relacionadas à Educação Básica e ao ensino

profissionalizante do Plano Nacional de educação, as políticas locais de atendimento dessas metas, expressas em seus planos de educação (estaduais e municipais) bem como se apresenta esse atendimento no contexto das atividades do agronegócio. Para tal, de cada estado foram selecionadas como amostras, seis cidades/municípios, seguindo a ideia de que deveriam ser a expressão tanto da pujança das atividades do agronegócio quanto da sua pouca expressividade.

O presente e-book mostra as contribuições e reflexões no âmbito da Pesquisa supracitada, objetivando tanto a problematização do objeto da pesquisa quanto o compartilhar de olhares e pesquisas já produzidas sobre a região dos cerrados do centro norte do Brasil, no contexto do agronegócio.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
Prof. Dra. Sandra Fernandes Leite	
 PARTE 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO GEO-SOCIAL	
O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E AMBIENTAIS NA REGIÃO CENTRO-NORTE DO BRASIL (MATOPIBA)	16
Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves	
O PROJETO DE MAPEAMENTO DAS METAS DO PNE 2014-2024 NOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL	50
Prof. Dra. Sandra Fernandes Leite	
A EDUCAÇÃO NO CERRADO E OS DESAFIOS AO PNE .	72
Prof. Dr. Fernando Tavares Júnior	
REFLEXÕES SOBRE ATENDIMENTO DE DEMANDA ESCOLAR NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: DO “PROCESSO CIVILIZADOR” AO DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DO AGRONEGÓCIO	94
Prof. Ms. Alex Sandra Andrade Neves	
O MATOPIBA E A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL ..	116
Prof. Dr. Fernando César de Macedo	

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL..... 148

Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO DO MATOPIBA 184

Profa. Dra. Carolina Nascimento Pereira

PARTE 2 – DETALHAMENTO DA PESQUISA

O MAPA DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO: BUSCANDO ELEMENTOS PARA O MAPEAMENTO DA META 1 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO INFANTIL 216

Sandra Fernandes Leite

Sueli Helena de Camargo Palmen

A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): A INTERFACE COM O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS E COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO NACIONAL-TO 231

Emily Tuany Souza Rosário

Sandra Fernandes Leite

Sueli Helena de Camargo Palmen

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ NO CONTEXTO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: COMPOSIÇÃO SOCIAL..... 262

Daniela dos Santos Caetano

Tayná Victória de Lima Mesquita

**CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA NO
CONTEXTO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO
BRASIL 284**

Ana Martha Santos Vieira

Bruno Raniere Andrade

Gustavo Marcelo de Oliveira Silva

Juan Carlos da Silva Rodrigues de Lima

Samara Silva Rocha

CAÇÃO
TE DO BRASIL: UM



às 17.00



Profa. Dra. Sandra Fernandes Leite

PREFÁCIO

Os cerrados do Centro-Norte do Brasil configuram uma região que recobre parcialmente os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia, onde surgem novos polos de expansão da agricultura modernizada brasileira. Esta região ganha destaque e emergência de dinâmicas econômicas associadas ao agronegócio. As mudanças verificadas indicam alterações importantes na estrutura produtiva regional, concretizadas pela introdução de aparatos técnicos modernos e de novos agentes socioeconômicos voltados para atender às demandas desse setor. Mas, também, esse fenômeno é gerador na região de implicações ambientais, econômicas e sociais. Essas mudanças não se espalharam com a mesma intensidade para todos os municípios da região; pelo contrário, a maior parte deles, mesmo ocorrendo aumento da modernização agrícola no campo, não obteve dinamização na economia urbana. Do ponto de vista da educação, esse agronegócio altamente tecnificado exige uma demanda crescente por capacitação. Este projeto de pesquisa assume que a nova economia gerada pelo agronegócio, na região de estudo, representa ou influencia diretamente os indicadores educacionais. A partir de um conjunto de metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, voltadas para a Educação Básica e para o Ensino Profissionalizante, busca-se estabelecer e discutir criticamente as relações entre o crescimento econômico da

região e a melhoria da qualidade de vida local. Busca-se, sobretudo, analisar de que maneira a nova economia impacta nos indicadores educacionais na região.

Principalmente a partir daqueles que podem estar expressos por dados numéricos, como por exemplo nos microdados de cada unidade educacional de cada cidade da amostra. Dados estes que poderão a posteriori apontar para possíveis análises qualitativas de como se configura o atendimento de cada Meta selecionada pela pesquisa.

ografia é dado pela sua cap
idade em que vivemos" Milton Santos

colarizada não pode ser compreendida
das lutas de classe." Aníbal Ponce



Faculdade de
Educação

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

PROF. DR. VICENTE EUDES LEMOS ALVES

Professor Doutor do Instituto de Geociências da Unicamp

Atua nas áreas de ensino de Geografia, de estudos regionais, agrários e formação territorial brasileira. Doutor, em 2007, e Mestre, em 2000, em Ciências (Geografia Humana), pela Universidade de São Paulo, em 2007. Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo, em 1994.

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E AMBIENTAIS NA REGIÃO CENTRO-NORTE DO BRASIL (MATOPIBA)

Pretende-se, neste trabalho, abordar o avanço do agronegócio nas áreas de fronteira agrícola do bioma de cerrados no Centro-Norte do Brasil. Busca-se analisar os impactos socioeconômicos, demográficos e ambientais decorrentes dos monocultivos agroflorestais na fronteira agrícola, especialmente na região que vem sendo denominada de MATOPIBA. Trata-se de uma ampla área do território nacional que apresenta atualmente consideráveis acréscimos da produção agrícola, como soja, milho, algodão e florestas plantadas. Esse movimento de modernização, conduzido por grandes proprietários agrícolas e por empresas hegemônicas, induz, por sua vez, o surgimento de novas atividades econômicas que se tornam subsidiárias das demandas de consumo do campo e da cidade. Por outro lado, tal processo se instala acarretando diversos tipos de impactos às populações e aos ambientes naturais locais. Atribui-se à presença dos monocultivos agrícolas, na mencionada região, a responsabilidade pelo aprofundamento da concentração fundiária, pelo aumento da exploração em condições de extrema precarização dos trabalhadores, pela expulsão e deslocamento de levas de populações em direção às cidades ou a outras áreas de contratação de força de trabalho agrícola. Além disso, é notório o rápido desaparecimento das práticas socioterritoriais nos lugares que, anteriormente, eram aproveitados de maneira comunitária pelas populações agroextrativistas, habitantes dos distintos ecossistemas da região.

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E AMBIENTAIS NA REGIÃO CENTRO-NORTE DO BRASIL (MATOPIBA)

A região de cerrados do Centro-Norte do Brasil, ou MATOPIBA,¹ desponta como área de expansão da agropecuária moderna, resultando em mudanças importantes na sua configuração socioespacial. De região de pouca expressão econômica, sustentada na pecuária extensiva e na agricultura de autoconsumo, transforma-se, a partir do final da década de 1970, em importante produtora de mercadorias agrícolas do país, principalmente de grãos - situação que se amplia também para outras ramificações da cadeia produtiva do setor agroindustrial, como a produção de milho, de café e de algodão. No contexto econômico em curso, as áreas rurais e urbanas

¹ Usaremos nesse texto a expressão ‘Cerrados do Centro-Norte do Brasil’ por acreditar que tal região em formação se restringe a um espaço delimitado pelo bioma de cerrados ou áreas de imediata transição para os biomas de caatinga e floresta equatorial. Esse espaço regional abrange áreas de cobertura de vegetação de cerrados dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia e o entorno desse núcleo espacial, podendo estender-se até o sul do Pará e à subregião tocantina maranhense. A denominação MATOPIBA corresponde ao acrônimo dos quatro Estados mencionados, sendo ela resultado do Decreto Federal nº. 8.447, de 06 de maio de 2015, o qual instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba). Este Decreto, entretanto, foi revogado pelo próprio governo federal em outubro de 2016. Mas já existe a consolidação da denominação MATOPIBA tanto nos meios acadêmicos quanto nos órgãos de planejamento estatal. Acredita-se, no entanto, que a expressão MATOPIBA poderá trazer incompreensões sobre o espaço de abrangência das dinâmicas socioeconômicas do agronegócio, considerando que elas não ocorrem em todos os espaços dos mencionados Estados, mas apenas na parcela de abrangência do bioma de cerrados na confluência dessas unidades da federação.

da região adquirem novos contornos espaciais, econômicos e demográficos, que resultam da presença de produtores agrícolas (especialmente migrantes da Região Sul do Brasil), de trabalhadores com baixa especialização e prestadores de serviços para a agricultura, oriundos de distintos Estados brasileiros. Além disso, instalam-se empresas de todos os tamanhos, interessadas no lucrativo mercado do segmento do agronegócio, com destaque para empresas de processamento de grãos e beneficiamento de algodão, mas também de comércio e serviços destinados às demandas produzidas pela produção rural e pelo consumo da população das áreas urbanas regionais.

A modernização contemporânea nos cerrados do Centro-Norte do Brasil se destaca pelo acréscimo do uso de meios técnicos modernizados, os quais auxiliam a produção agrícola e contribuem para o aumento dos patamares de produção e produtividade das lavouras associados à produção de grãos (soja e milho), algodão, cana-de-açúcar e café, monocultivos que tiveram crescimentos consideráveis de produção e ocupação de áreas na região. Forma-se, também, na região, amplo sistema de infraestrutura de transporte multimodal (particularmente, rodoviário e ferroviário) que movimenta, além de outras mercadorias primárias, os grãos, *in natura* ou processados, até os centros de armazenamento e de beneficiamento das grandes empresas ou aos portos exportadores. Dentre os principais portos instalados que recebem cargas da região,

destacam-se Itaqui (Maranhão); Ilhéus e Salvador (Bahia); Vila do Conde, Itacoatiara e Santarém (Pará). Estes três últimos portos são fluviais e localizam-se, respectivamente, nos rios Pará, Tapajós e Amazonas. Os sistemas de telecomunicações e de produção de energia, do mesmo modo, tiveram importantes avanços, fato que despertou ainda mais interesse do grande capital pelos cerrados do Centro-Norte do País.

Os investimentos destinados ao melhoramento da infraestrutura decorreram, sobretudo, de importante intervenção do Estado nacional brasileiro, o qual conduziu o planejamento territorial para a formação de uma economia regional nos biomas da Floresta Equatorial e do Cerrado. Com isso, essa região se tornou ainda mais dependente da produção agropecuária em larga escala, em razão do novo contexto vivido pelo país. A implantação dos novos sistemas de infraestrutura na hinterlândia brasileira, com relevantes investimentos estatais, foi fundamental para reduzir sensivelmente o isolamento de parte do território nacional e um crescente processo de integração regional. Ou seja, a infraestrutura formada permitiu não somente o transporte de matéria-prima, mas também uma maior integração nacional, e um paulatino desaparecimento dos denominados arquipélagos territoriais (OLIVEIRA, 1977; SANTOS & SILVEIRA, 2001), que marcou por um longo período o povoamento brasileiro, caracterizado pelo isolamento e pela baixa integração do território nacional.

A década de 1970 foi um período de especial importância para a formação das características produtivas atuais da Região Centro-Norte do Brasil. A partir desse momento, as novas conjunturas econômicas, externa e interna, favoreceram consideravelmente a expansão agrícola modernizada, como resposta ao aumento da demanda ao consumo de alimentos, resultado da expansão da urbanização do país e da necessidade de reduzir o impacto da crise do petróleo do período na economia nacional. Para este último caso, o governo brasileiro incentivou a intensificação da produção agrícola destinada à exportação, com o intuito de obter recursos que se destinariam ao pagamento da crescente dívida externa, a qual ganhava volume na medida em que o país se tornava mais dependente da importação de combustíveis fósseis (OLIVEIRA, 2002).

O novo contexto econômico mundial de aumento do consumo de novas mercadorias agrícolas (cana-de-açúcar, soja, algodão, laranja, trigo, café etc.) foi um elemento indutor importante para a formulação de políticas por parte do governo brasileiro naquela década, cuja execução visava garantir o abastecimento do mercado externo de alimentos; reduzir o impacto do aumento dos preços dos combustíveis fósseis, substituindo-os pelo álcool (etanol) derivado da cana-de-açúcar; e, ao mesmo tempo, possibilitaria a entrada no país de recursos financeiros para custear seu recente parque industrial. Além disso, a própria expansão da urbanização brasileira

tornou-se outro fator que obrigou o direcionamento de investimentos para a agricultura (OLIVEIRA, 2002).

É diante desse contexto que entra em ação o planejamento estatal voltado para garantir a efetivação de um tipo de ocupação dos biomas mencionados com atividades minerais, madeireiras e agropecuárias de grande aceitação no mercado externo. No caso da agropecuária, priorizada no bioma de cerrados, passou a praticá-la na região, utilizando-se de grandes extensões de terra e adotando melhores condições técnicas para os cultivos, com o maior uso de maquinários e de agroquímicos. As Regiões oficiais do Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste do Brasil passam a ser vistas, a partir de então, como lugares de existência de uma fronteira de recursos (BECKER, 1982). Isto é, buscava-se garantir a instalação do capital na nova fronteira agrícola com a participação de grupos econômicos nacionais e internacionais, capazes de tornar aqueles espaços bases produtivas para a exploração de recursos minerais, madeireiros e para a implantação de monocultivos em larga escala nos solos ácidos (corrigidos com uso de calcário), e de terrenos sedimentares planos dos imensos chapadões (platôs) existentes nessa hinterlândia nacional.

Esse movimento produziu substanciais transformações no espaço rural, conduzindo-o para novas configurações produtivas. As antigas formas locais de uso, baseadas na pecuária bovina extensiva, na produção agrícola camponesa e nas pequenas atividades extrativistas

em sistemas de uso comum, passaram a conviver e, às vezes, a competir com a agricultura comercial em monocultivos agroflorestais.

Assim como ocorreu com o espaço rural, o urbano também sofreu relevantes alterações econômicas, espaciais e demográficas, na medida em que ele passa a desempenhar novas funções e ampliar as atividades que surgiam com o movimento de modernização. Nesse novo contexto, destacam-se as atividades de comércio e serviços, frequentemente voltadas para as demandas de consumo do campo, mas também de atividades para o consumo geral da população. Dessa forma, embora a produção agrícola tenha se transformado no motor impulsionador da dinâmica econômica regional, são as cidades os lugares onde se instalam os suportes garantidores das realizações do campo (SANTOS, 1993; CORRÊA, 2006).

A urbanização, induzida fortemente pela nova economia agrícola, resultou em ganho de notoriedade no contexto regional de algumas cidades de médio porte, as quais receberam denominações variadas, dentre outras, as de “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2011; FREDERICO, 2011), embora seja preciso considerar que muitas delas possuíam dinâmicas urbanas regionais bastante consolidadas antes desse movimento modernizador sob o comando da agropecuária produtivista, e nem todas elas atrelaram às suas dinâmicas econômicas apenas o agronegócio. A condição de cidades portadoras de atividades técnicas e profissionais especializadas no setor agropecuário foi adquirida ao assumirem determinadas funções

de controle e difusão de fluxos de capital, da presença de centros de pesquisas agropecuárias, de grandes eventos de promoção de produtos e serviços para o setor, da atração de novas empresas e de migrantes decorrentes da nova economia do campo, dentre outros fatores. São inúmeras cidades que assumem a função de centros regionais voltadas para as demandas do novo contexto econômico, com destaque para Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (Bahia); Bom Jesus e Uruçuí (Piauí); Balsas (Maranhão); e Porto Nacional e Pedro Afonso (Tocantins). O crescimento econômico e demográfico dessas cidades contribuiu para a reconfiguração da rede urbana regional, a qual passa a ter maior integração com o restante do território nacional, mas também estabelece laços econômicos e de comunicação com alcance a outros lugares do território nacional e do mundo, por conta das transações comerciais com *commodities* envolvendo os diversos países importadores dessas mercadorias.

Como se observa, é desse contexto que a região de cerrados do Centro-Norte do Brasil emerge atualmente como uma das principais áreas do país de consolidação da fronteira agrícola nacional, possibilitando a reprodução do capital de distintas maneiras. A presença de novos agentes econômicos, entretanto, tem conduzido a consideráveis transformações afetando o espaço, as populações e os ecossistemas regionais. Busca-se, nesse sentido, analisar de que maneira o avanço do capital, principalmente com a participação de

grupos econômicos associados ao agronegócio, representa o principal agente indutor das grandes transformações na região.

As características geográficas e o avanço dos cultivos agroflorestais no bioma dos cerrados do Centro-Norte do Brasil

O crescimento da produção agrícola, em bases tecnicamente modernizadas nos cerrados do Centro-Norte do Brasil, interfere na dinâmica espacial e, em particular, contribui para a construção de uma nova paisagem carregada de novos elementos técnicos, de novos tipos de cultivos e produtos agrícolas e de novos agentes econômicos e sociais, especialmente oriundos de outras regiões brasileiras e, no caso das empresas, com sedes em outros países. Entretanto, esse movimento traz, paralelamente, desigualdades socioeconômicas geradas pela destruição dos meios de reprodução da vida das populações locais e pelo predomínio da monetarização nas relações sociais, que desagrega socialmente as comunidades, fazendo com que seus moradores abandonem seus antigos espaços de moradia e migrem para as cidades, frequentemente para exercerem ocupações precarizadas ou sazonais. Além disso, esse movimento gera importantes impactos ambientais, resultando na supressão da vegetação original, substituída por monocultivos agroflorestais.

A região em análise possui muitas semelhanças geográficas com todo o conjunto natural do bioma de cerrados, particularmente no que diz respeito às feições fitogeográficas, à dinâmica climática

e ao tipo de terreno, que se caracteriza por extensões de platôs planos, regionalmente denominados de Gerais ou Chapadas. Mas há muitas semelhanças, também, nas formas de atividades econômicas tradicionais mantidas pela população ao longo da história nesse imenso espaço dos cerrados.

Em relação ao tipo de terreno e de vegetação, predominam o relevo sedimentar, formando chapadões planos recobertos por vegetação de cerrados que se expandem por vastas áreas dos estados do Brasil Central, e parte das terras de Minas Gerais. Essas características naturais fundamentais do bioma de cerrados, com poucas variações em sua paisagem natural, apresentam amplo contínuo espacial de topografia plana e de vales úmidos encaixados - estes últimos denominados de Baixões, Baixios ou Vãos. Tal paisagem foi descrita pelo geógrafo alemão Leo Waibel em sua visita ao Planalto Central brasileiro nos anos de 1940. Nesse período, esse amplo espaço do interior do país ainda não havia sido ocupado para o desenvolvimento agropecuário modernizado, fenômeno que se presenciou somente a partir da segunda metade do século XX, sobretudo nos anos de 1970. Conforme o referido autor:

A topografia predominante do Planalto Central é a de uma região horizontal, chata, que me fez recordar muito o Planalto Central da África do Sul; o mesmo horizonte circular, a mesma vegetação baixa e rala, que permite à vista varrer extensões infinitas. Podem-se distinguir claramente dois níveis. Um mais alto, com cerca de 1.000 a 1.100 metros, forma os espigões divisores entre os cursos d'água, muitas vezes eles são quase horizontais e não mostram qualquer sinal de erosão. Estes espigões planos são chamados 'chapadas' quando se estendem entre rios menores e 'chapadões' quando formam os

divisores de águas entre os rios principais. Chapadas e chapadões são separados uns dos outros por vales largos, achatados, que a altitudes entre 700 e 900 metros formam o segundo nível de paisagem do planalto. Enquanto nas chapadas prevalecem as formas convexas, as formas côncavas predominam nos vales, em longas encostas que descem suavemente das bordas dos espigões até os talvegues dos rios e córregos. (WAIBEL, 1979, p. 194).

No que diz respeito à presença humana, as primeiras formas de ocupação da região ocorreram com as populações indígenas de diversas etnias. A ocupação tornou-se mais intensa com a colonização portuguesa, a partir de 1500, envolvendo outros grupos sociais que migravam para o interior. Esse longo período de ocupação permitiu o povoamento disperso pelo território e a constituição de uma população miscigenada, a qual resulta do contato dos três grupos sociais predominantes no povoamento do país: indígenas, brancos europeus e afrodescendentes (PRADO JR., 1942, 1965).

Apesar de algumas diferenciações intrarregionais - por conta das especificidades de ocupação humana ou da presença de ecossistemas locais cujo aproveitamento das condições do meio natural resultou em formas particulares de organização socioeconômicas -, esses grupos desenvolveram características de uso dos recursos muito semelhantes em toda a extensão do bioma dos cerrados e ecótonos do Centro-Norte do Brasil. Os usos extrativistas dos recursos da natureza, a agricultura camponesa de autoconsumo e a pecuária extensiva são atividades que contribuíram para a construção da paisagem regional que, embora

ainda prevaleçam, atualmente sofrem modificações pela presença da agricultura modernizada.

Nesse conjunto que compõe as características geomorfológicas e fitogeográficas descrita por Waibel (1979), as terras úmidas que aparecem nos vales possuem grande importância para as populações locais. São nesses espaços de maior umidade em que a presença humana predomina, principalmente nas proximidades dos rios perenes onde a agricultura familiar tradicionalmente se desenvolve. Os extensos vales encaixados nos chapadões, atravessados por um rio importante e seus afluentes, são intercalados por vales menores e mais isolados. Estes últimos possuem uma ocupação intensa de posseiros e pequenos proprietários que aproveitam das riquezas naturais dessas áreas para desenvolver distintas formas de uso. A presença de água e de solos com maior fertilidade natural, os quais poderiam ser aproveitados tanto para a agricultura quanto para a formação de pastagens, fizeram dos Baixões lugares disputados por posseiros, pequenos proprietários e latifundiários, gerando historicamente entre eles tensões permanentes pela posse e uso desses domínios.

Em um patamar altimétrico mais elevado ao dos Baixões localizam-se os platôs, que, conforme apontado por Waibel, são espigões planos. Estas áreas sempre se constituíram para os moradores dos cerrados em espaços de usos complementares aos dos Baixões. Em contrapartida, os Gerais eram pouco aproveitados para fins agrícolas ou de moradia, mas muito para a prática de uso comum dos recursos

naturais. Estes espaços caracterizavam-se como importantes reservas naturais onde se soltava o gado da população local (de fazendeiros a camponeses), aproveitava-se das pastagens naturais em determinadas épocas do ano, ou serviam de lugar de caça e de extrativismo de lenha, de frutos e de plantas medicinais (ALVES, 2006). Por constituírem-se, predominantemente, de terras devolutas, nas quais não havia cercamentos ou qualquer outro tipo de impedimento de uso livre, garantido pelo direito costumeiro local, essas áreas formavam extensos descampados de matas nativas de elevada biodiversidade.

Para o contexto social local, as terras dos Gerais significavam um lugar de grande relevância para a manutenção do modo de vida das populações agroextrativistas da região. Seu equilíbrio se mantinha pelo uso privado das roças, nos Baixões, e que se podia aproveitar, sem qualquer restrição, dos recursos existentes nos Gerais. Esses usos foram prejudicados consideravelmente a partir do avanço dos monocultivos agroflorestais, cuja expansão ocorreu suprimindo a cobertura vegetal e impedindo a manutenção do uso costumeiro da população local, situação que se agrava, sobremaneira, nas últimas décadas, gerando novas formas de conflitos agrários na região.

A expansão da produção de grãos nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: o caso da soja

A expansão da produção de soja para vastas regiões do território brasileiro, a partir do final do século, confirma que o país

continua sustentando seu crescimento econômico apoiado na produção de mercadorias primárias. A década de 1970 foi um período de especial importância para a formação das características produtivas atuais do campo brasileiro, na medida em que houve, naquele momento, como foi mencionado anteriormente, novas conjunturas econômicas, externas e internas, favoráveis à expansão agrícola modernizada, destacando-se, dentre outras, a crescente urbanização e a crise do petróleo. A expansão da urbanização brasileira tornou-se um fator primordial que obrigou o redirecionamento de investimentos para a agricultura como atividade que garantiria a permanência das demandas por alimentos, apresentadas internamente, e a possibilidade de que, com as exportações de *commodities*, fosse possível ampliar a entrada de moeda estrangeira e elevar os ganhos da balança comercial do país. Para promover a aceleração de uma agricultura modernizada, foi institucionalizado pelo Governo Federal, em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como forma de disponibilizar mecanismos legais para o financiamento do capital agropecuário (DELGADO, 1982).

Assim, as bases para o financiamento da agricultura modernizada ocorreram com decisiva participação de políticas públicas. O Estado atuou como agente financiador dos grupos econômicos, que se encarregariam pela implantação das novas tecnologias para a produção agropecuária no campo. São esses

grupos os responsáveis pela condução, impulsionados pelas exigências do grande mercado consumidor internacional e nacional, dos novos processos produtivos da fronteira agrícola brasileira, assim como os definidores de quais culturas seriam escolhidas em conformidade com os critérios de rentabilidade financeira que poderiam gerar.

A soja se transformou, nesse sentido, na principal cultura agrícola do país, como resultado do esforço para alcançar as metas de exportações definidas ainda na década de 1970. Naquele momento, tomou-se também a decisão que a produção dessa leguminosa ocorreria prioritariamente na nova fronteira agrícola, compreendendo o bioma de cerrados. Nessa área, seria possível e poderia se estabelecer melhor articulação com os interesses dos setores econômicos hegemônicos nacionais e transnacionais, na medida em que se disponibilizaria recursos públicos, via empréstimos ou incentivos fiscais, e terras a baixos custos financeiros para os grandes produtores agrícolas que ocupariam a fronteira agrícola da hinterlândia nacional.

Os programas governamentais de apoio à expansão da agricultura modernizada destinada a tal região foram desenvolvidos com vistas à ampliação da produção agrícola para exportação. Incluem-se nesses objetivos a criação do Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), implementado em 1975; do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da

Amazônia (POLOAMAZÔNIA), implementado em 1974; do Programa para o Desenvolvimento do Nordeste (POLONORDESTE) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Este programa, cujas primeiras tratativas entre os governos brasileiro e japonês ocorreram desde 1974, e que teve início de fato em 1979, possuía como meta direcionar capital de grandes empresas dos dois países para a modernização agropecuária nos cerrados brasileiros. O PRODECER foi um dos suportes financeiros e técnicos para a expansão da soja em vários estados que possuíam cobertura de cerrados, também foi responsável pelo crescimento de polos agrícolas brasileiros na fronteira agrícola, inclusive na região de cerrados do Centro-Norte do Brasil, nos Estados do Maranhão (Projeto Gerais de Balsas) e do Tocantins (Projeto Pedro Afonso) (SANTOS, 2016).

Com a soja, os cerrados receberam a atenção especial das políticas governamentais. Imaginava-se, até os anos 1970, que, nesse bioma, os solos possuíam poucas potencialidades para a agricultura. A presença de produção agrícola nele somente ocorria nos vales úmidos, mas se tratava predominantemente de uma agricultura camponesa voltada, em grande medida, para o consumo da própria família ou para o abastecimento do mercado regional. A pecuária extensiva era outra atividade econômica dos cerrados, praticada em complementação ou rivalizando com a pequena propriedade, haja

vista que parte das fazendas de gado pertencia a grandes latifundiários. A partir da década de 1970, muda-se completamente de concepção, e as terras de tal bioma transformaram-se nas preferidas para a expansão de novos processos de modernização agrícola. Diante do interesse de grandes produtores pelos cerrados, articula-se o discurso no interior dos próprios órgãos estatais com vistas a substituir a agricultura camponesa e a pecuária extensiva por outro agricultor dito moderno. Este, sim, com estrutura de produção empresarial, frequentemente apoiado pelas políticas governamentais. Tal orientação fica clara na fala do então ministro de Planejamento Brasileiro durante o governo militar, Reis Veloso, nos anos 1970:

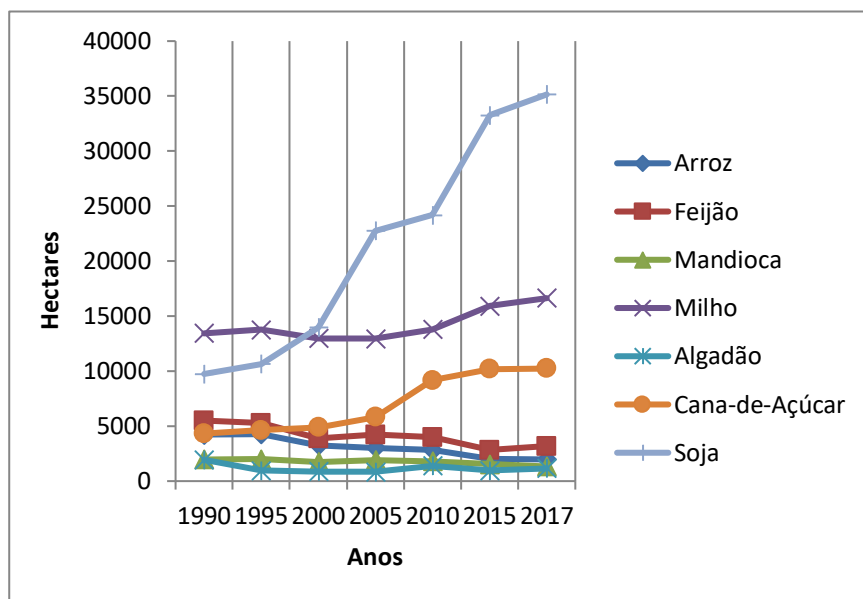
O cerrado não gosta da agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil. (REVISTA PASTORAL DA TERRA 2, 1976, p. 130)

As palavras acima indicam a maneira pela qual se desejava encaminhar as políticas públicas de ocupação econômica dos cerrados e a quem elas deveriam atingir. Ou seja, buscar-se-ia substituir o pequeno agricultor local, cujas técnicas de produção o poder público julgava incompatíveis com os anseios da sociedade urbano-industrial emergente no país, por outro agricultor ou pecuarista em maior sintonia (pelo menos no discurso do *status quo*) às tecnologias mais modernas de produção no campo. Essas novas formas de produção agropecuária que se

destinam à nova fronteira agrícola não alteraram, entretanto, os velhos vícios estruturais da sociedade agrária brasileira, baseados na concentração fundiária e na monocultura de exportação. A manutenção de tal estrutura ocorrerá sob as vistas e com o apoio do Estado, o qual se encarregou de financiar as agroindústrias, os agricultores e os pecuaristas de posse de outra velocidade de produção, surgindo, daí, um novo grupo de indivíduos que assumirá o comando do processo produtivo agrícola dos cerrados, com difusão por vários Estados brasileiros.

Desde os primeiros plantios no Rio Grande do Sul, na década de 1950, a soja superou a produção obtida por culturas mais tradicionais da agricultura brasileira, como o café, o algodão, a cana-de-açúcar e o milho, indicando a transferência de prioridade do setor para aquela cultura de melhor inserção no mercado externo. Na última década do século XX, a soja já apresentava um predomínio absoluto sobre a quantidade produzida pelas demais culturas agrícolas, inclusive a do milho, que compete com quase os mesmos segmentos da cadeia agroalimentar (ração, óleo, margarinas etc.), mas também sobre as demais culturas que predominam no território brasileiro, inclusive sobre aquelas de base alimentar da população brasileira, como arroz, feijão e mandioca, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução da área plantada de arroz, feijão, mandioca, milho, algodão, cana-de-açúcar e soja no Brasil, de 1990 a 2017 (em milhões de hectares)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A superação numérica em valores de produção e de exportação, em comparação com outras *commodities*, indica atualmente a centralidade da soja no processo produtivo agrícola brasileiro.

No que diz respeito à fronteira agrícola brasileira, os cultivos de soja que tiveram início, sobretudo, a partir da década de 1970, expandiram consideravelmente. Esse fenômeno se fortaleceu quando os produtores agropecuários oriundos do Centro-Sul do país, especialmente da Região Sul, passaram a adquirir grandes extensões de terras no bioma dos cerrados para a promoção de monocultivos agroflorestais. O avanço da soja na fronteira agrícola nacional

ocorreu de maneira diferenciada no que diz respeito ao começo de ocupação da área e à intensidade de produção de soja. Tais cultivos tiveram início, no conjunto dessa grande região, pelos Estados da Região oficial Centro-Oeste, sendo que, em meados da década de 1970, já apareciam os primeiros cultivos nos três Estados que compõem essa região (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás). Posteriormente, a sojicultura se expande, também apresentando diferenciação no conjunto de outros Estados produtores. Nos anos de 1990 e 2000, a produção de soja direciona-se para as regiões oficiais Norte (Pará, Rondônia e Tocantins) e Nordeste (Bahia, Maranhão e Piauí). Entretanto, a expansão dessa leguminosa não ocorreu em todo o conjunto regional, mas naquelas áreas onde existe o predomínio de vegetação de Cerrado, em manchas isoladas desse bioma ou em faixas de transição de biomas.

Nas últimas décadas, o avanço na produção de soja ocorreu também em direção à Amazônia, especialmente naqueles Estados com manchas de vegetação de Cerrado ou em áreas de transição desse bioma para a Floresta Amazônica. Entretanto, o maior movimento de instalação da sojicultura é verificado na Região Centro-Oeste, onde mais ocorreu a expansão da produção. Destaca-se o Estado de Mato Grosso, o qual passou a dominar amplamente o cenário produtivo de soja no conjunto de toda a fronteira agrícola. No intervalo entre a década de 1980 e a de 2010, a produção da sojicultura cresceu nesse Estado mais de oito vezes (CONAB,

2018)². No Mato Grosso do Sul, embora na década de 1980 a produção de soja tenha sido maior do que a de Mato Grosso, o ritmo de crescimento dessa cultura arrefeceu nas décadas seguintes, com acréscimo de 87,5% em relação à década de 1980. Esse fato se explica por uma maior diversificação dos cultivos nesse Estado, especialmente com o avanço da produção de cana-de-açúcar e de outros monocultivos agroflorestais. Chama atenção, na análise dos dados das Séries Históricas da Conab, o fato de que nas décadas de 1980 e 1990, tanto nos estados de ocorrência da produção de soja da Região Norte quanto nos da Região Nordeste, ainda havia pouca presença da leguminosa, que ganhou impulso apenas na década de 2000. Nessa última região, a Bahia foi o Estado que apresentou o maior volume de produção nos anos da década de 1990, cujos primeiros cultivos foram realizados por migrantes predominantemente deslocados da Região Sul do Brasil, nos anos de 1970 (HAESBAERT. 1997). A produção sojícola na Bahia concentrou-se no oeste do Estado, sub-região do que estamos denominando nesse texto de cerrados do Centro-Norte do Brasil.

Na década de 2000, no entanto, a soja avança em praticamente todos os Estados produtores dessa leguminosa das Regiões Norte e Nordeste. Esse fato indica que essas regiões representam, na atual década de 2010, a possibilidade de direcionamento de fluxo de

² Informações obtidas a partir da análise dos dados das safras agrícolas brasileiras divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

capital interessado na aquisição de terra destinada à ampliação da produção de soja e de outras *commodities*, mas, também, como ativo de valorização financeira, exatamente pelas expectativas criadas em distintos segmentos de grupos econômicos interessados em se apropriarem dessa parcela do território brasileiro de fronteira agrícola, ainda em expansão. Esse movimento de modernização agropecuária, no entanto, vem produzindo diversos tipos de impactos para as populações locais e para o meio ambiente, conforme analisaremos a seguir.

Os impactos socioeconômicos e ambientais produzidos pelo avanço da modernização agropecuária

Outra origem de conflitos existentes na região relaciona-se com os impactos ambientais negativos decorrentes do avanço das atividades agropecuárias, especialmente onde a expansão de monocultivos agroflorestais ocorre. Além disso, a instalação de grandes empresas de processamento de grãos, de cana-de-açúcar e de beneficiamento de algodão e o aumento do uso de agroquímicos vem revertendo em destruição dos diversos ecossistemas regionais, na medida em que houve a aceleração da remoção da cobertura vegetal de amplas extensões de terras onde os monocultivos agroflorestais avançam. Os números abaixo da Tabela 1, que indicam a área desmatada nos quatro Estados, são representativos da perda de cobertura vegetal resultantes de iniciativas associados a

grandes empreendimentos econômicos. Embora os dados do Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF) tenham sido computados para toda a área de abrangência das quatro referidas unidades da federação, sabemos que o problema mais grave a esse respeito ocorre no espaço correspondendo ao bioma de cerrados, onde a agropecuária produtivista ganha relevância, conforme vimos em outro momento desse texto.

Tabela 1 - Áreas desmatadas de bioma de cerrado nos estados do Centro-Norte do Brasil – MATOPIBA (em hectares)

Período	Maranhão	Tocantins	Piauí	Bahia
2002-2008	1.440.438	1.163.261	427.712	957.077
2008-2009	233.784	131.715	70.108	99.515
2009-2010	158.379	98.094	98.036	71.671
2010-2011	131.059	116.039	129.227	100.318
TOTAL	1.963.660	1.509.109	725.083	1.228.581

Fonte: Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF).

Esses desmatamentos têm produzido diversos efeitos negativos na região. O aumento dos processos erosivos dos solos é um deles. Mas verifica-se também o desaparecimento das nascentes de diversos cursos d'água existentes na região, a exemplo, dos rios Parnaíba³ e Gurgueia (no Piauí); Balsas e Tocantins (no Maranhão); Corrente, Grande e Preto (na Bahia); Araguaia e Tocantins (no Tocantins); e tantos outros. Cabe salientar que essa região não só é rica na produção de água para as bacias hidrográficas citadas acima, mas também para outros cursos d'água. A importância hídrica desse

³ O rio Parnaíba localiza-se na divisa dos Estados do Maranhão e Piauí.

conjunto regional se expande para uma área muito mais extensa envolvendo todo o domínio de cerrados, tendo em vista que esse bioma possui relevante riqueza de recursos hídricos, destacando-se a presença de sistemas de água subterrânea que contribuem para a formação dos mananciais que abastecem a rede hidrográfica regional. No conjunto do bioma de cerrados são identificados os reservatórios de água subterrânea das formações aquíferas Poti-Piauí, Cabeças, Urucuia-Areado e Bambuí (ANA, 2005). As águas desses reservatórios são responsáveis pela formação dos principais rios e seus tributários, constituindo-se uma complexa rede de drenagem, que se manifesta nos espaços de bordas de platôs e vales úmidos da região e abastecem outras bacias hidrográficas do território brasileiro e da América do Sul.

A intensa exploração da água, tanto de reservatórios de superfície quanto dos aquíferos, utilizada para a irrigação das lavouras, tem produzido, da mesma maneira, impactos importantes na disponibilidade de recursos hídricos na região, especialmente para as populações que dependem deles para a realização de suas tradicionais atividades econômicas.

Os problemas ecológicos incidem, de maneira implacável, sobre as populações agroextrativistas e se transformam cada vez mais em preocupação por conta do avanço intenso do uso do solo pela agricultura modernizada, que impõe elevado ritmo de produção e também de apropriação dos recursos naturais. Além disso, essas

populações sofrem com o aumento do uso de agrotóxicos pulverizados nos monocultivos. A contaminação por agrotóxicos dos cursos d'água, das pequenas lavouras e de pessoas que trabalham diretamente com o contato com esses agroquímicos nos monocultivos, especialmente em lavouras de soja e algodão, tem proliferado. Esse problema alcança várias comunidades de pequenos produtores rurais da região e representa, atualmente, uma grave consequência para toda a população regional. Além da contaminação dos ambientes naturais onde vivem as populações agroextrativistas e de onde elas tiram seus sustentos, a elevada carga de substâncias químicas nocivas à saúde vem expondo todos a uma situação de risco. É o caso dos trabalhadores das grandes lavouras de soja, que também são diariamente expostos à pulverização de agrotóxicos. São numerosos os casos de pessoas que contraíram doenças ou que morreram por conta do uso de agrotóxicos. Entretanto, embora tenham avançado os registros de contaminação ou de mortes pelo uso de agrotóxicos em cultivos agrícolas, essas informações ainda são pouco divulgadas ou estudadas, indicando que falta conhecimento sobre a verdadeira dimensão desse problema no país.⁴

⁴ A respeito desse assunto sobre o crescimento do uso de agrotóxico no território brasileiro, especialmente pelas grandes lavouras de *commodities* agrícolas, e seus efeitos na saúde da população, consultar o Atlas “Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia”, de Larissa Mies Bombardi, produzido pelo Laboratório de Geografia Agrária, FFLCH-USP, São Paulo, 2017.

Dessa maneira, vê-se que o avanço da agricultura produtivista nas terras de uso das populações locais torna-se extremamente prejudicial para a manutenção das formas de organização da vida e dos recursos naturais existentes e apropriados por essas populações no contexto regional. A pouca proteção desses espaços pelo Estado brasileiro, com a ampliação dos sistemas jurídicos, significa o aumento da situação de vulnerabilidade econômica e social dessas populações. Tal contexto tende a se agravar, na medida em que aumenta consideravelmente o predomínio na região de um tipo de atividade econômica sob o comando das grandes empresas hegemônicas e dos produtores agrícolas, em detrimento das populações locais que aproveitavam esses espaços, mantendo as suas diversidades produtivas e as outras formas de apropriação dos recursos existentes.

Considerações Finais

Este trabalho procurou mostrar que, no Brasil contemporâneo, ainda existe uma Questão Agrária e que seus impactos e processos constitutivos, na região de cerrados do Centro-Norte do Brasil muito se assemelham aos de séculos passados, na medida em que continuam se reproduzindo as estruturas agrárias constituídas desde o período colonial, marcadamente a apropriação de grandes extensões de terras privadas e/ou públicas, por parte de detentores de riqueza ou de recursos monetários ou financeiros; pela baixa

remuneração da força de trabalho rural, abarcando, inclusive, a informalidade nas formas de ocupação e a precarização geral do trabalho e, além disso, pela manutenção dos monocultivos agroexportadores. Estes fatos confirmam o nosso vínculo estrutural com o passado colonial (PRADO JR., 1942, 1965). Isto provocou e provoca a expulsão de moradores das áreas rurais e a formação de grandes fluxos migratórios de diferentes origens e sentidos (rural-rural, de âmbito intra ou inter-regional, rural-urbana etc.).

O avanço dos monocultivos agroflorestais, especialmente da soja, em direção à Região Centro-Norte do Brasil, revela as muitas contradições decorrentes do fenômeno de modernização agropecuária do território brasileiro, cujo modelo escolhido pelo Estado nacional privilegiou as grandes empresas e produtores agrícolas em larga escala para a produção de *commodities* destinada, prioritariamente, ao mercado externo. A escolha desse modelo, concentrador de terra e de renda, ocorreu em detrimento do apoio às economias locais sustentadas em outras formas de apropriação dos recursos naturais, bem como de incentivo à produção familiar que pudesse gerar postos de trabalho, evitando, assim, os grandes fluxos populacionais para as cidades da região ou os grandes centros urbanos, formados no Brasil a partir da segunda metade do século XX - processo que continua em vigência, mesmo diante de redução das perspectivas de trabalho também no meio urbano.

Desse modo, é preciso considerar que, embora a expansão da agricultura modernizada nas últimas décadas com grande participação da fronteira agrícola do Centro-Norte do Brasil tenha contribuído para resultados econômicos positivos para a balança comercial do país, com elevada participação das *commodities* agrominerais na geração de divisas, essa escolha tem produzido situações adversas. Esse processo trouxe não somente grandes prejuízos para as populações locais e seus ambientes, conforme analisamos no texto, mas também um comprometimento futuro do desenvolvimento econômico e social brasileiro, na medida em que a aposta em uma economia primária exportadora tira a possibilidade de busca de outros caminhos alternativos, e, portanto, mais emancipadores para a sociedade nacional.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, V. E. L. O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. **Revista Agrária**, São Paulo, ns. 10/11, p. 73-98, 2009.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BANDEIRA, W. J. **Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70**. 1993.

Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

BAQUERO, F.S. & GÓMEZ, S. (Eds.). **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Santiago/Chile: FAO, 2012.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BERNARDES, J. A. & BRANDÃO FILHO, J. B. (org.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Séries Históricas**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>>. Acesso em 15 dez 2018>.

CARNEIRO, M. S. . **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2003.

CORRÊA, R.L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo, SP; Campinas, SP: Icone Ed.: Editora da Unicamp, c1985..DELGADO, G. C. A Questão Agrária e o agronegócio no Brasil. In CARTER, M. (org.), **Combatendo a desigualdade social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 81-112.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2011.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia [AGB]**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p. 5-23, 2011.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a Rede Gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

KAGEEYAMA, A. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. DELGADO, G.C. et al. (Orgs.), **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990. Série IPEA, n. 127, p. 113-223.

LIMA, D. A. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do Cerrado Piauiense: Estratégia Empresarial e Especulação Fundiária**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. A Questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 12, p. 2-113, 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. P. 63-110.

OLIVEIRA, F. de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PITTA, F. T. & MENDONÇA, M. L. R. F de. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Mural Internacional**, v. 5, n. 1, p. 46-55, jan./jun. 2014.

PRADO Jr., C. **A Revolução brasileira**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978 [1966].

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1965 [1942].

Posse e Conflitos – Estudos da CNBB (13). **Revista Pastoral da Terra** 2, São Paulo, 1976.

SANTOS, C. C. M. dos. Matopiba: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de “cerrados”? **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 245, p. 570-600, set./dez. 2018.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAUER, S. et al. O parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. **Reforma Agrária**, v. 33, p. 41-65, ago./dez. 2006.

SAUER, S. **Conflitos agrários no Brasil**. In BUAINAIN, A. M. (coord.), **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2008, pp. 231-265.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão do agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis. **Reforma Agrária**, vol. 34, n. 2, p-149-154, jul./dez. 2007.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.



10 das 08:00 às 17:00



Prof. Dra. Sandra Fernandes Leite

PROFA. DRA. SANDRA FERNANDES LEITE

Professora da Faculdade de Educação da Unicamp desde 2014, Doutora em Educação pela mesma universidade (2009-2013) na área de concentração de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais, com foco de estudo na Educação de Jovens e Adultos.

O PROJETO DE MAPEAMENTO DAS METAS DO PNE 2014-2024 NOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

Este projeto de pesquisa, financiado pela FAPESP e com o apoio da Faculdade de Educação da Unicamp, levanta a necessidade de compreender os seus possíveis impactos nos vetores educacionais da região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil e se a elevação dos indicadores educacionais está contribuindo ou sendo influenciada pelo avanço do agronegócio na região. Daí, surge a interseção entre o atual Plano Nacional de Educação (PNE) e a região em análise. A melhoria da educação encontra diversos desafios frente às demandas exigidas pela expansão do agronegócio.

O PROJETO DE MAPEAMENTO DAS METAS DO PNE 2014-2024 NOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

Os cerrados do Centro-Norte do Brasil recobrem parcialmente os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa região é conhecida também pelo acrônimo MATOPIBA. Essa é uma área de expansão da agricultura modernizada brasileira que ganha destaque e emergência de dinâmicas econômicas associadas ao agronegócio. Mas, também, uma região de implicações, tanto ambientais quanto relacionadas ao modo de vida das comunidades rurais, assim como variações nas formas de uso da terra e da água, concentração da estrutura fundiária, disputa pelo território, dentre diversas outras situações (ALVES, 2015). Frente a essa dinâmica, o espaço rural sofreu diversas mudanças e alterações na estrutura produtiva regional pela introdução de técnicas modernas do setor agropecuário e de novos agentes econômicos. Segundo Alves (2015), o espaço urbano de algumas cidades dessa região teve uma trajetória de mudanças importantes, passando de lugares com poucas alterações na sua dinâmica econômica e espacial para cidades de grande dinamismo. Essa transformação permitiu um crescimento expressivo das atividades econômicas e do espaço urbano. Resulta, daí, uma intensa migração de população do campo para as áreas urbanas ou de moradores tradicionais para outras regiões. Particularmente, essa dinâmica possui uma relação muito próxima com o avanço da

agricultura modernizada e, por conta disso, foram denominadas de “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2011; FREDERICO, 2011).

Apesar dessa dinâmica do agronegócio, tanto no campo como na área urbana, ela não se expressa da mesma maneira ou em mesma intensidade em todos os municípios da região. Existem municípios com aumento da modernização agrícola no campo que não obtiveram dinamização na economia urbana, assim como municípios cujas áreas urbanas ganharam centralidade econômica, e outros com economias de fraco desempenho no que diz respeito à sua articulação na rede urbana regional.

Frente a essas contradições, este projeto de pesquisa levanta a necessidade de compreender os seus possíveis impactos nos vetores educacionais da região e se a elevação dos indicadores educacionais está contribuindo ou sendo influenciada pelo avanço do agronegócio na região. Surge, assim, a interseção entre o atual Plano Nacional de Educação (PNE) e a região em análise. A melhoria da educação encontra diversos desafios frente às demandas exigidas pela expansão do agronegócio.

O PNE, Lei nº 13.005/2014, estabeleceu as diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional em todo o território brasileiro. É um plano aprovado com força constitucional e que, portanto, ultrapassa governos. Sua principal função é orientar todas as ações na área educacional do país; ele propõe que Estados, o Distrito Federal e

municípios tenham seus respectivos planos estaduais e municipais de educação, elaborados em consonância com o Plano Nacional.

Apesar dos órgãos oficiais do Governo disponibilizarem diversas estatísticas, indicadores e dados sobre os estados e municípios (BRASIL, 2015b), ainda não se tem um quadro específico sistematizado para essa região, nem uma visão geral dos indicadores de educação sobre um recorte dos cerrados do Centro-Norte do Brasil.

Este projeto de pesquisa da FAPESP, para o período 2018-2020, intitulado Mapeamento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo”, Processo nº 2017/05658-5, assume que essas metas possuem impacto direto no projeto de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida local. Busca-se avaliar em que medida e em quais níveis de impacto essas metas estão sendo alcançadas, especialmente nas áreas de abrangência de municípios que compõem o recorte regional da região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil. São perguntas dessa pesquisa:

- A nova economia agrega (como e quanto agrega) de transformações na educação regional em seus diferentes níveis?
- De que maneira tais transformações são detectadas nos indicadores educacionais, os quais possibilitam avançar nas metas aqui selecionadas para o estudo?
- Em que medida a economia do agronegócio nos municípios que se propõe analisar contribui diretamente para o desempenho das metas educacionais estabelecidas nesse projeto?

- Em quais dos municípios a economia do agronegócio tem mais impacto e em quais deles possui menos impacto na educação?
- Em quais das metas educacionais selecionadas esse fenômeno apresenta maior poder de impacto?

Este último questionamento é pertinente, na medida em que se verifica que, em alguns dos municípios polos dessa região, ocorre a instalação, nos últimos anos, de *campi* de universidades federais e/ou estaduais e diversos institutos técnicos com a presença de cursos profissionalizantes para o ensino médio e superior — em ambos os casos, com oferecimento de cursos voltados para as demandas especializadas do agronegócio. Diante desse quadro, cabe outra pergunta: a economia em curso e as políticas públicas atuam em mesmo grau de importância, visando o avanço global dos níveis de educação, ou priorizam aqueles que possuem impactos mais imediatos sobre a nova economia em emergência? Nesse sentido, busca-se compreender, na proposta de pesquisa, se os indicadores educacionais, vinculados a metas selecionadas para análise, estabelecem relação com essa dinâmica econômica introduzida pelo agronegócio e suas diferenciações socioeconômicas e espaciais produzidas no contexto regional. O objetivo desta pesquisa é mapear a implementação do PNE 2014-2024 na região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil, com foco em metas relacionadas à Educação Básica, estabelecendo e discutindo criticamente as relações existentes entre as metas propostas para a Educação Básica e o Ensino Profissionalizante, o desenvolvimento do agronegócio na

região e a possível melhoria da qualidade de vida local. Como resultados, a pesquisa propõe a realização de mapeamento de um conjunto de metas do PNE, no período de 2014 a 2018, visando acompanhar a sua implementação nos municípios selecionados dos cerrados do Centro-Norte do Brasil, a discussão crítica da relação entre os indicadores das metas e suas associações com o desenvolvimento da região no período estudado e a formação de recursos humanos na graduação e pós-graduação sobre a temática do acompanhamento de indicadores da educação. A ideia de um Plano Nacional de Educação teve suas origens em 1932, sua primeira formalização como Plano em 1962, em 2001, foi tornado lei. Variando de iniciativa, passando por plano e chegando à lei, o PNE teve muitos ajustes e transformações. O primeiro PNE de 2001 a 2010 abordou todos os níveis e modalidades de ensino. Segundo a legislação, o PNE deveria ser acompanhado pela sociedade civil e avaliado periodicamente pelo Poder Legislativo. Ressalta-se que a implementação das metas elencadas no PNE depende da ação dos governos em sua esfera administrativa e de forma inter-relacionada, bem como da pressão dos setores organizados da sociedade civil, acompanhando e mobilizando o seu cumprimento. Um Plano Nacional de Educação se efetiva e se consolida nos Estados e municípios. Para tanto, torna-se necessário que seja efetivado o seu monitoramento e avaliação. Diante dos entraves que limitaram o cumprimento deste primeiro PNE (2001-2011), um novo Plano

Nacional de Educação passou a ser debatido para o período de 2014-2024, buscando-se responder as lacunas deixadas. Existem órgãos governamentais e iniciativas, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Observatório do PNE, etc., que monitoram o andamento, acompanham as metas propostas no Plano Nacional de Educação e disponibilizam um conjunto de indicadores associados a essas metas educacionais. Porém, para compreender o desenvolvimento de um município ou região, são necessárias a análise e relação desses dados com outros indicadores socioeconômicos, com vistas a verificar o que está ocorrendo na região estudada e quais as influências da educação e outros fatores nesse contexto. Compreende-se que o PNE (2014-2024) tem um papel estratégico para a política educacional da década. As metas são nacionais, mas se concretizam no lugar onde vive o sujeito a quem o direito deve ser garantido. Considerando a história da educação do país, observa-se que nem sempre o que é planejado consegue estabelecer uma articulação direta e eficiente com os problemas educacionais. A implementação das metas do PNE nos municípios através dos Planos Municipais de Educação (PME) é um caminho para a garantia de efetivação de políticas de Estado. Com tais políticas, os planos de educação podem traduzir-se no consenso de uma dada conjuntura e podem garantir a efetividade de projetos societários coerentes com a realidade local articulada com o cenário nacional.

O monitoramento das metas do PNE permite que a avaliação processual seja realizada de forma a potencializar na construção de documentos que possibilitem nos ajustes necessários para sua efetivação. A organização da educação nacional, através do pacto federativo em regime de colaboração, visando o direito à educação com qualidade para todos, via Plano Nacional de Educação, fortalece a constituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), buscando a superação das desigualdades educacionais e sociais. Esses dados contribuem para o aperfeiçoamento dos planos de ação de cada ente federado, auxiliando na gestão da educação pública.

Busca-se, nessa pesquisa, entender de que maneira as diferenciações nos índices educacionais estão associadas ao papel que a nova economia possui na dinâmica da sociedade local, ou se eles recebem mais impactos das políticas de distribuição de renda promovidas pelo poder público, a partir de programas sociais. A busca por respostas sobre a temática em questão exige trabalhar com os indicadores educacionais pontuados pelas metas selecionadas para essa pesquisa, tendo como referencial o PNE (Lei nº13.005/2014).

A opção pelo desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa associada a uma análise qualitativa resultou do fato de que este tipo de investigação, segundo Bodgan e Biklen (1982, p. 50-51), admite que o objeto de estudo seja analisado a partir da ideia de que “nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos

permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora (...)”, favorecendo, deste modo, o estabelecimento de estratégias e procedimentos que possam considerar as experiências do ponto de vista do informante. Com o intuito de explorar as experiências do ponto de vista do observador, o estudo de caso foi definido como a abordagem apropriada para realizar um diagnóstico da implementação do PNE nos 24 municípios selecionados na segunda etapa da pesquisa.

Para André (1984, p. 52), o estudo de caso enfatiza a compreensão de eventos particulares (casos) e sua característica mais distintiva. Pelo fato de o estudo de caso focalizar, segundo André (1984, p. 52), uma “representação singular da realidade”, reconhece-se a existência de críticas a respeito desta abordagem e da validade e fidedignidade dos dados apresentados. Contudo, ainda conforme André (1984, p. 53), este tipo de crítica pode ser respondido quando se considera que os conceitos de validade e fidedignidade não devem ser vistos do mesmo modo que o paradigma científico-convencional, já que:

[...] o proposto é apresentar a informação de forma que dê margem a múltiplas interpretações. Não se parte do pressuposto de que as representações do pesquisador sejam a única forma de apreender a realidade, mas assume-se que os leitores vão desenvolver as suas próprias representações e que estas são tão significativas quanto as do pesquisador (ANDRÉ, 1984, p. 54).

De acordo com Yin (2001), esse processo favorece a análise de cada caso, um contraste comparativo entre os casos ou entre

várias hipóteses. Além disso, o estudo de caso proposto define-se como avaliativo, pois apresenta, entre os seus principais propósitos, o fornecimento de informações que auxiliem no julgamento do mérito ou do valor atribuído pelas Secretarias Municipais de Educação ao PME e sua relação com o desenvolvimento do município. Nesse sentido, a proposta de múltiplos casos tem em vista evidenciar os diferentes, e, até mesmo, os conflitantes, pontos de vista presentes entre os atores educacionais envolvidos no processo de implementação do PNE nos municípios pesquisados.

Como método de trabalho, será utilizada a metodologia qualitativa baseada nas estratégias das pesquisas documental e bibliográfica, bem como consultas a legislações e dados estatísticos. Utilizando a análise documental seguida do registro da análise das informações coletadas e através da entrevista de caráter semiestruturado, pode-se obter contribuições para a descrição e reflexão quanto ao procedimento do processo, com o olhar atento ao comportamento e à participação dos sujeitos e com a perspectiva de apreender as relações entre os entes federados, além de entender como os diversos setores do município participam do processo.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 43), a análise dos dados numa pesquisa se processa de forma indutiva, pois nem sempre estes são obtidos para comprovar hipóteses construídas previamente, uma vez que muitas emergem dos próprios dados. Deve-se deter-se mais no processo do que nos resultados e nos

produtos; procurar história, causa e origem dos comportamentos, ações e pensamentos revelados pelos investigados. Busca-se, assim, a compreensão do que interfere nos pensamentos e nas ações e como se traduzem em atividades cotidianas. Ball (2009) trata da análise de implementação de políticas considerando especial no ciclo de políticas educacionais, o contexto de influência, o da produção do texto político e o contexto das práticas e dos resultados. Tais contextos, para Ball (2009), podem ser “aninhados” uns dentro dos outros, não sendo útil separá-los. O autor salienta ser extremamente complexo o processo de traduzir políticas em prática: “[...] É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa”.

Barreto (2008, p. 8) destaca a contribuição de Ball no que se refere à importância de situar as políticas de educação no conjunto das políticas sociais contemporâneas, onde é necessário a apropriação de conceitos e teorias do campo das políticas sociais. Deve-se estar atento para a falta de atenção dada pelas instâncias formuladoras aos processos de implementação de políticas.

Nesse aspecto, os atuais planos estaduais de educação e os planos municipais de educação foram elaborados desde 2014, e cada município dos Estados pesquisados, a partir de sua aprovação, se propôs a implementar o seu plano. Este estudo busca verificar as apostas dentro das metas e estratégias constantes nos respectivos planos municipais de educação, com atenção para como foram

assimiladas, apropriadas e interpretadas pelos sujeitos e como este processo tem se desenvolvido.

Ham & Hill (1993, p. 22) sugerem combinar a análise de sistemas com a análise sistêmica, a fim de se obter uma compreensão adequada da ação do governo. Isto conduz à importância de se dar atenção a questões sobre como decisões são tomadas dentro de organizações, incluindo o sistema de elaboração e de implementação política, questões sobre os arranjos institucionais contendo o sistema e questões sobre o papel do Estado e seu relacionamento com a sociedade. Van Meter e Van Horn (1975, p. 445) definem o processo de implementação como “as ações de indivíduos (ou grupos) públicos ou privados que são dirigidos à consecução de objetivos previamente estabelecidos mediante decisões políticas” (p. 445).

Em processos de monitoramento e avaliação, ocorre a impossibilidade de um desenho experimental, ou seja, construir um sistema de referência rígido e não sujeito à subjetividade dos envolvidos nas políticas sociais. O recurso metodológico utilizado para superar esse impasse foi o uso estratégico do que a “literatura chama de desenhos quase – experimentais, dado que não nos é possível controlar todas as variáveis ambientais que atuam no experimento – um ciclo completo de implementação da política”. (OLIVEIRA, 1998, p. 10).

Nogueira (2002) entende monitoramento como um processo sistemático e contínuo para produzir informações sintéticas que

permitam ou viabilizem a rápida avaliação situacional e a intervenção que confirma ou corrige as ações monitoradas. Nessa perspectiva, três focos podem ser identificados em um primeiro momento: a avaliação da instituição em si, que aborda a coerência e pertinência social da sua missão, a integração com o seu entorno, comunidade ou região, a competência no desempenho de tarefas, a atualidade de seus processos de trabalho, a flexibilidade para incorporação de novas demandas, a visibilidade e reconhecimento social e sua forma de inserção na esfera pública. Outro foco de avaliação incide sobre os serviços prestados aos seus usuários, a partir da implementação de um sistema de planejamento. Um terceiro foco é a avaliação do próprio desempenho profissional a partir dos resultados obtidos, verificando as necessidades de aprimoramento, atualização e reciclagem.

Foram elencados para a análise os índices de educação de nove metas do PNE e seis municípios em cada sub-região selecionada dos cerrados do Centro-Norte do Brasil. Alves (2006; 2015) estabelece uma classificação hierárquica da rede urbana da região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil, a partir dos municípios escolhidos para essa pesquisa, considerando os municípios que adquiriram centralidade econômica com a instalação das atividades do agronegócio e aqueles que continuam com uma economia urbana basicamente vinculada ao atendimento da população local.

No universo amostral, para o conjunto da região, foi proposto separar, como primeiro critério, os municípios por tamanho de população e características de renda da administração pública (PIB municipal e IDH, por exemplo) e de seus moradores (Renda *per capita*). Como segundo critério de escolha, foi levado em consideração o nível de impacto no município com a atividade do agronegócio (produção agrícola, atividades industriais, comerciais e de serviços etc.). Ou seja, em cada sub-região, serão escolhidos três municípios que apresentam muito impacto das atividades do agronegócio na economia local, lugares que se constituíram em centralidade agrícola e urbana com a nova economia agropecuária no contexto regional; e outros três, embora dentro da região de influência do agronegócio, que tiveram pouco ou nenhum impacto nas dinâmicas econômicas municipais.

24 Municípios Selecionados

- **Oeste da Bahia - Mesorregião do Extremo Oeste Baiano:** Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Formosa do Rio Preto;
- **Leste do Tocantins - Mesorregião Oriental do Tocantins:** Dianópolis, Campos Lindos, Pedro Afonso, Porto Nacional, Almas e Santa Rosa do Tocantins;
- **Sul do Piauí - Mesorregião do Sudoeste Piauiense:** Uruçuí, Bom Jesus, Santa Filomena, Monte Alegre do Piauí, Redenção do Gurgueia e Corrente;
- **Sul do Maranhão - Mesorregião do Sul Maranhense:** Balsas, Alto Parnaíba, Benedito Leite, São Raimundo das Mangabeiras, Carolina e Porto Franco.

Busca-se, com isso, verificar se a nova economia gerada pelo agronegócio, na região de estudo, representa ou influencia diretamente os indicadores educacionais propostos para a análise na pesquisa. Caso haja influência, busca-se saber qual o seu nível.

Propõe-se, também, mapear a implementação do PNE na região com foco em nove metas relacionadas à Educação Básica e ao Ensino Profissionalizante:

Nove Metas e Indicadores

- Meta 1 - Educação Infantil: Percentual de crianças na Educação Infantil de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos;
- Meta 2 - Ensino Fundamental: Percentual da população de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental (9 anos);
- Meta 3 - Ensino Médio: Percentual da população de 15 a 17 anos nesta etapa da Educação Básica;
- Meta 8 - Anos de estudo: Percentual da população de 18 a 29 anos, com o mínimo de 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE;
- Meta 9 – Alfabetização: Elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos, ou mais, até 2015 e o fim do analfabetismo até o final deste PNE;
- Meta 10 - Educação de Jovens e Adultos – EJA: Percentual de matrículas na EJA (integrada ao Ensino Profissional);

- Meta 11 - Educação Profissional Técnica de nível médio: Percentual de matrículas no Ensino Médio Profissionalizante;
- Meta 12 - Ensino Superior: Percentual de matrícula no Ensino Superior olhando para as oportunidades dos egressos do Ensino Médio;
- Meta 15 - Formação de Professor de Educação Básica no Ensino Superior: Percentual de professores da Educação Básica com formação no Ensino Superior.

A partir dessas metas, propõe-se realizar o acompanhamento do início do PNE entre 2014 a 2018 e o desenvolvimento dessas metas e também de outros indicadores complementares, associados à qualidade de vida e à educação, disponíveis nos órgãos oficiais do Governo Federal (IDEB, INEP, IBGE, Censo da Educação Básica, Pnad etc.), focalizando nos seguintes municípios de abrangência da região de estudo.

Com base nesses municípios, será realizado um mapeamento preliminar das metas 01, 02, 03, 08, 09, 10, 11, 12 e 15 do PNE, tendo como referencial o portal oficial do Ministério da Educação - Portal do PNE (BRASIL, 2014b), através do qual será realizado o levantamento de cada meta num tempo inicial, que antecede a vigência do atual Plano, a fim de construir parâmetros para percebermos os avanços educacionais em cada um desses municípios/regiões ao longo da implementação do mesmo.

Referências bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA. **Indicadores de educação PNE 2013**. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Usos_Indiq_Planos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

AGUIAR, M. A. da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: Questões para Reflexão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010.

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso: Seu potencial em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 49, p. 51-54, maio 1984.

ALVES, V. E. L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Organizadores: Vicente Eudes Lemos Alves. — 1. Ed. — Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARRETO, E. S. de S. **Perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade**. Seminário de avaliação do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação Básica e Intercâmbio de Pesquisa Científica. Brasília: MEC/ ANPED, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, [2014]. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 25 de nov. de 2016.

BRASIL. **O que é o Ideb?** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em: 20 abr. 2015b.

BOGDAN, R. **Qualitative research for education: an introduction to theory and methods**. Coautoria de Sari Knop Biklen. Boston, MA: Allyn & Bacon, 1989, c1982. ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.2, , p. 154-167,2011.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia [AGB]**. Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p.5-23, 2011.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. Tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino. Prentice-Hall; 2 Rev Ed. 1993.

IBGE. **Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional - 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/default.shtm>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE. **Atlas do Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

INEP. **Indicadores determinados pelo MEC 2015**. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/wp->

content/uploads/2015/10/Plano_Nacional_de_Educao_Linha_De_Base.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

INEP. **Estatísticas do Ideb 2013**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>>. Acesso em: 20 mai. 2015a.

INEP. **InepData Educação Básica 2016**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/inepdata>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

NOGUEIRA, V. M. R. Avaliação e Monitoramento de políticas e programas sociais – revendo conceitos básicos. **Katálysis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p.141-152, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/6076/5641>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Para manter vivo o Plano Nacional de Educação**. 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PNE. **Portal do PNE**. 2016. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/monitorando-e-avaliando>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

os de Educação no Brasil

nal, Estadual e Municipal

TAÇÃO, REALIDADE, CARÊNCIAS E DESAFIOS

O BRASILEIRO

VARES JR (UFJF)



Prof. Dr. Fernando Tavares Júnior

PROF. DR. FERNANDO TAVARES JÚNIOR

Professor Doutor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em Sociologia (IUPERJ / 2007), graduado em Psicologia e Mestre em Gestão de Sistemas da Educação (UFJF) e em Pedagogia (UFV). Professor do Dep. Ciências Sociais (UFJF), onde também é membro do PPG Ciências Sociais e do PPG Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

A EDUCAÇÃO NO CERRADO E OS DESAFIOS AO PNE

Só é possível compreender a Educação em uma Sociedade ao se lançar o desafio de compreender como esta Sociedade produz seu processo educacional. A fala se dirige à compreensão dos desafios do Plano Nacional de Educação (PNE) na região do MATOPIBA a partir de eixos que se cruzam no processo de produção social da escolarização dessas populações. O primeiro eixo é o Espaço e sua organização, com destaque para traços que são herança e característica de nosso desenvolvimento tardio - Modernização Conservadora (DOMINGUES, 2002), Revolução Passiva (VIANNA, 1997), de “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2014) que caracterizam um Modo de Produção Semicolonial. A segunda dimensão é o contraste entre a potencialidade da produção social em uma “área nova”, sem limites conservadores, e a efetiva reprodução dos vícios de uma ocupação retrógrada e estruturalmente desigual. A terceira dimensão adverte acerca dos efeitos nefastos associados a uma expansão sem planejamento e arcaica. A partir dessas dimensões, instrui-se a reflexão acerca da Reforma Educacional, em curso no Brasil desde a LDB/96, que culminou recentemente com o PNE e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De outro lado, apesar de esforços legais e de políticas públicas, observam-se realizações educacionais muito limitadas, o que impede cenários mais promissores de desenvolvimento social e econômico. A expansão da fronteira agrícola pelo Cerrado caracterizou-se por expansão comercial, financeira e produtiva – de forma exponencial em alguns contextos – que gerou crescimento econômico maior do que a média observada no restante do país. No entanto, isso não tem se convertido na produção de um contexto social “novo”, mas na reprodução de traços arcaicos, que remontam o período colonial. Isso se reflete também na educação e outros direitos sociais, em grande parte relacionados e causados pelo baixo rendimento do sistema educacional brasileiro, em seu traço identitário mais forte: a cultura da repetência.

A EDUCAÇÃO NO CERRADO E OS DESAFIOS AO PNE

Como desenvolvemos em trabalhos anteriores (TAVARES JÚNIOR, 2017), só é possível compreender a Educação em uma Sociedade ao se lançar o desafio de compreender como esta Sociedade produz seu processo educacional. Para todos os fenômenos sociais, como a Educação, sempre há seu **modo de produção social** e, portanto, o desafio de compreender as particularidades do processo educacional em um país/sociedade traz consigo a tarefa de abrir, analisar e interpretar seu **modo de produção social da escolarização**, que é um dos eixos propostos para nós refletirmos neste trabalho. Mais rica ainda é esta reflexão por estar no seio de um projeto tão interdisciplinar e complexo como este, como sempre deveriam ser os projetos de interpretação da Educação. Ao envolver diferentes campos e saberes que dialogam com o objeto, como a Geografia, a Sociologia, a Economia, as Políticas Públicas e outros, a reflexão educacional de fato consegue se realizar de forma mais ampla, profunda, integrada e coerente, como campo complexo que é, tal como a Urbanidade, os Ecossistemas, o Clima Global e outros.

O primeiro ponto que merece atenção é o **Espaço** e sua organização. Como o espaço recebe, por vezes, pouca atenção nos fenômenos sociais e tende a ser percebido como passivo na ação humana. O **Espaço** afeta e condiciona a produção social. Determina limites e potencialidades, bem como principalmente os principais

“atrativos” e “ingredientes” que modelam o vetor inicial de sua ocupação e organização. Por isso, o Espaço e sua materialidade merecem ser dimensionados como fatores determinantes da ação individual e coletiva, como condicionadores da ação individual e coletiva. A eles se relacionam os elementos que determinam e instruem a ação social, como as classes, a cultura, o *ethos*, os interesses – o modo de produção – e modelam nossa vida: o que é ser brasileiro, o que é produzir neste cenário, o que é viver em sociedade. Ao se compreender este processo, interessa compreender, de um lado, que um dos principais traços de nossa formação social é a frágil constituição do espaço público, tanto material como socialmente. Soma-se a estrutural desigualdade, tanto de oportunidades, que reproduz a distinção de classes e mantém o trabalho precário e barato, quanto de resultados, mais objetivamente ilustrada em indicadores (i.e. Gini) e nos retratos das ruas pelo país. Tais traços são herança e característica de nosso desenvolvimento tardio, de nossa “**Modernização Conservadora**” (DOMINGUES, 2002), de nossa **Revolução Passiva** (VIANNA, 1997), de nossas “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2014), enfim, nosso **Modo de Produção Semicolonial**, tal como temos refletido em trabalhos sobre a educação e a sociedade brasileiras.

É este *Modo de Produção Semicolonial* que temos observado ainda hoje refletido em todos os fenômenos sociais que produzimos e que nos produzem. Travestido com novas roupagens e letras

contemporâneas em seus discursos, mas sempre mantidas suas velhas práticas, um *modus operandi* pré-moderno numa estrutura institucional aparentemente pós-moderna: economicamente globalizada, mas socialmente arcaica. É neste contexto que se destaca e se interpreta o primeiro contraste a ser destacado: a hipótese de que a expansão econômica (moderna, capitalista, globalizante) tende a trazer consigo o desenvolvimento humano e social. Ou seja, a ideia de que o capitalismo avançado, quando chega, moderniza a realidade, trazendo consigo, através do contrato, a efetivação de direitos trabalhistas, civis, sociais, a crescente igualdade de oportunidades e outras benesses do **mundo desenvolvido**. Contudo, isso não é (sempre) verdade, nem o é em todo lugar.

O segundo contraste relevante a ser destacado é que, em uma área de ocupação recente, tem-se de fato menos limites às possibilidades da produção social. Há menos condicionantes e limitadores à construção pública e, conseqüentemente, potencialidades mais promissoras para o planejamento urbano, para a construção de equipamentos públicos, para o ordenamento cívico moderno et al. Numa área já urbanizada, já com propriedades consolidadas e, portanto, ruas, prédios, casas, indústrias, estruturas obsoletas para serviços públicos (como saneamento, rede elétrica, redes lógicas, iluminação, estacionamento, arborização, parques e praças et al), para alterar aquela disposição espacial é muito mais complicado. Já há um lastro arcaico, conservador, reacionário. Há

ali um passado, uma história marcada por uma ocupação desigual, pobre e retrógrada. Em uma “área nova”, haveria a possibilidade de começar sem esses enormes impedimentos. Cidades poderiam ter uma urbanidade totalmente diferente do Brasil arcaico, com escolas espaçosas adequadas, ruas largas, seguras, bem projetadas, calçadas satisfatórias para circulação, saneamento e tratamento de esgoto. Tudo o que distingue nosso passado vergonhoso e patrimonial de um futuro projetado social e constitucionalmente, tornando nossa “rua” muito mais pública e desenvolvida, sem depender e subordinar-se à “casa” (DA MATTA, 1991).

Por partir do zero, tudo poderia ser feito de um jeito diferente, pelo menos espacialmente. Contudo, o que se vê é a reprodução do velho, ultrapassado, colonial, desigual. Como o novo reproduz o Brasil Colônia, observamos a reiteração de um **modo de produção semicolonial**, com discursos modernos eufêmicos, justificadores e mantenedores de numa estrutura e um funcionamento pré-modernos (SCHWARZ, 2014). O mesmo se aplica à Educação. Sabe-se que é possível a produção de escolas justas e eficazes, mesmo em contextos de limitada prosperidade econômica (CRAHAY, M. & BAYE, 2013). Já são bem conhecidas e consolidadas as práticas e políticas públicas mais capazes de gerar realização educacional mais ampla e profunda, com qualidade e equidade (HATTIE, 2009). No entanto, não se observa de fato a produção de algo novo, mas, sim, a

reprodução do que deveríamos estar trabalhando para superar (TAVARES JÚNIOR et al, 2012).

O terceiro contraste relaciona-se aos efeitos nefastos associados a uma expansão sem planejamento e arcaica. É fato que a expansão econômica produz ganhos materiais para determinados grupos – vide o enriquecimento e a expansão do agronegócio. Todavia, para a região como um todo, não necessariamente seus efeitos são positivos. Tira-se a agricultura de subsistência, elimina-se a biodiversidade, limitam-se os recursos naturais e, via de regra, aumentam as desigualdades, estrutura-se uma urbanização desordenada- este conjunto gera efeitos nefastos e perversos.

A base do argumento é de que é muito difícil viver no capitalismo sem pensar em oportunidades e pensar que a lógica do capitalismo, que é baseado no empreendimento individual e numa iniciativa já competitiva, produzirá alguma forma de socialização que não seja excludente, sem que se produzam oportunidades cada vez mais iguais. Daí a relevância do esforço contínuo de equalização de oportunidades. A esperança do Plano Nacional reside em sua orientação para que se realizem, ainda que gradualmente, artigos dispostos na Constituição desde a sua elaboração, como observamos no Artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a

assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1998).

Mais adiante diz:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o **acesso e permanência** na escola (...)

VII - **garantia de padrão de qualidade** (...). (BRASIL, 1998 - grifos nossos)

Importante compreender que vários elementos da educação são fundamentais e não podem ser desarticulados, sob pena de não se realizar de fato o direito à educação, como a igualdade das condições de acesso e permanência, e garantia de padrão de qualidade. Educação só faz sentido quando se consegue realizar como um todo. O acesso à educação não é apenas ter escola. Importa conseguir estudar, aprender e permanecer na escola durante todo o processo. Caso contrário, a simples promessa de que “se ofertou educação” não teria razão de ser. Terá sido apenas uma propaganda: uma forma de se eximir da responsabilidade. Não se estará realizando o direito, que está previsto tanto no Plano quanto na Constituição. Somente através do monitoramento e da avaliação sistemática que se consegue verificar se a Educação está se realizando ou não. Avaliação e monitoramento são instrumentos de defesa e luta pelo direito à educação. Aí também está a importância

de um projeto como este. Se não houver todas essas medidas, a Educação permanece apenas como discurso, letra morta na lei, sonho social frustrado, desigualdade estrutural de oportunidades.

Já passamos por diversas leis de diretrizes e bases, em 1961, 1968, 1971 e 1996. Houve, ainda, outras leis, reformas e planos. A LDB de 1996 (Lei 9394/96) é promissora. Comunga a perspectiva de realização social, é social democrata, acredita na Educação como instrumento promotor da cidadania e motriz de desenvolvimento. Além disso, é muito livre e plural, o que é ótimo por possibilitar múltiplas possibilidades de proposição, o que se torna um incentivo ao protagonismo, à iniciativa, à inovação e ao empreendedorismo educacionais. Entretanto, o que observamos é uma LDB moderna e uma escola arcaica, que carrega rastros de uma educação ainda jesuítica e muito conservadora- funcionamentos do Brasil-Colônia. Mantem-se uma escola excludente, que deixa de fora várias parcelas significativas da sociedade (TAVARES JÚNIOR, F.; MONTALVÃO, A.; NEUBERT, L. F., 2015). Eis a contradição que está no coração do argumento: temos condição de produzir uma escola muito melhor. Isso não é proibido por lei, nem limitado ou impedido. É incentivado pelas letras legais. No entanto, o que observamos é reprodução de um *modus operandi* retrógrado, que mantém o Brasil entre os piores sistemas educacionais do mundo.

Após a LDB, foram implantadas diversas reformas como a FUNDEF e FUNDEB, que definem:

- Ampliação da idade etária: alcançando dos 4 aos 17 anos;
- Piso Nacional do Magistério;
- Adoção de parâmetros comparáveis de avaliação: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e acreditação do Ensino Superior;
- Proposição e criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com sua publicação frequente;
- Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 para não retenção nos anos iniciais;
- Plano Nacional de Educação: 20 metas e 254 estratégias.

O País viveu um período de reforma educacional que não é pequena nem discreta. Recebeu pouca atenção. Em grande parte porque seus resultados ainda foram modestos em relação à qualidade e equidade, frente às expectativas e demandas contemporâneas da Sociedade do Conhecimento. Apesar de tudo isso, com exceção de alguns Estados, como São Paulo (onde a retenção nos anos finais do Ensino Fundamental é de fato baixa), Ceará, Minas Gerais e poucos outros, o desenvolvimento da Educação no Brasil ainda é frágil. Os dados a seguir permitem algumas comparações. Os dados são nacionais e derivados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), umas das referências para estimação e monitoramento das metas do PNE. Utilizou-se a edição de 2015. É importante a comparação de estratos de acesso aos sistemas via frequência por estratos de renda e escolarização conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Matrícula e proporção da população por estrato econômico

Pop.	Estrato	Matrícula aos...		
		6 anos	14 anos	21 anos
50%	E (R\$ 600)	96%	95%	18%
20%	D (R\$ 900)	97%	96%	26%
10%	C (R\$ 1200)	99%	99%	29%
10%	B (R\$ 1900)	99%	100%	42%
10%	A (+R\$ 1900)	100%	100%	67%

Fonte: PNAD 2015 – IBGE (tabulação própria)

O acesso está basicamente universalizado. Até os 14 anos, quase todas as crianças continuam na escola, mas em séries muito distintas: 60% das crianças se encontram em situação de defasagem-idade-série já aos 13 anos, antes ainda de alcançar o fim do Ensino Fundamental. Outro exemplo, como já destacamos em trabalhos anteriores, é comparar a coorte com 07 anos em 2003 e 17 anos em 2013. Em 2003, 96% da coorte estava na escola. Em 2013, pouco mais de 10% eram concluintes do Ensino Médio. Mais de 80% da coorte ficou de alguma forma pelo caminho (vide TAVARES JÚNIOR e CORREA, 2016). Soma-se o fato que tamanha retenção cobra um preço alto e gera efeitos nefastos. A partir dos 14 anos, os adolescentes e jovens sequer permanecem na escola. Perdem esperanças, desistem de um futuro mais promissor, abandonam o sistema de ensino. Inicia-se uma evasão brutal e isso tem uma relação direta com a retenção, que tem relação direta com a renda. Aos 21 anos apenas 18% dos jovens das classes

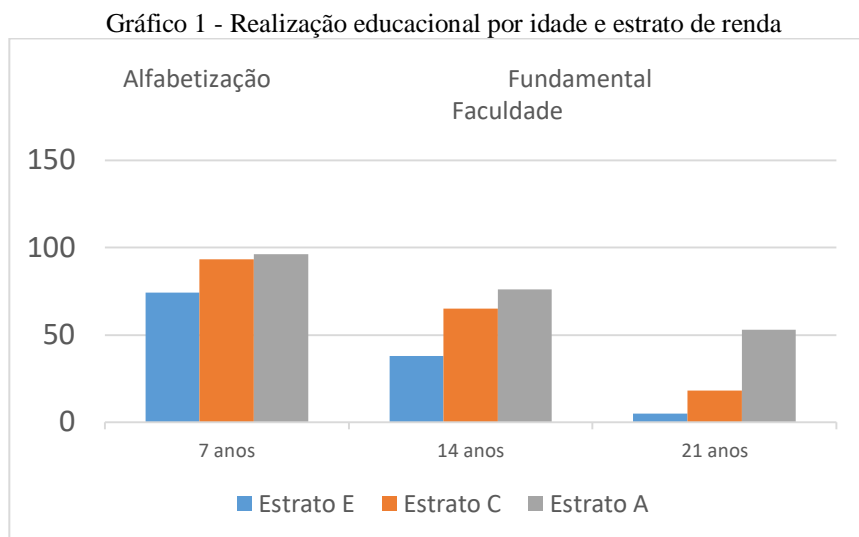
mais baixas estão em algum tipo de escola, e tem-se dois terços da classe média estudando.

Importa também perceber que a juventude no Brasil não segue a mesma proporção da população total por estratificação de renda. Existem mais jovens nas famílias mais pobres do que na distribuição geral da população. Tem-se, por exemplo, que se metade da população brasileira está em famílias mais pobres, dois terços dos jovens estão nessas famílias. Isso já era esperado, pois a classe média tem menos filhos. A transição demográfica afeta mais a classe média do que classes mais desfavorecidas. Isso faz com que esses jovens precisem e dependam mais do Estado: precisam mais da educação.

Quando estamos falando de educação de forma geral, não estamos falando sobre a mesma experiência vivida no cotidiano. Cada classe e cada geração experimenta uma escola distinta – em geral, ruim. Estamos nos referindo a um contingente populacional muito maior e muito mais apto à migração nos estratos mais baixos. Esse problema afeta a fronteira agrícola, pois atrai migrantes. Portanto, não é sem motivo que todo o Oeste brasileiro tem uma grande população jovem. Ou seja, a migração do Sul do país para a nova fronteira da expansão no Oeste, e agora no Centro-Norte é algo mais que esperado.

Soma-se a desigualdade crescente - ao observar as porcentagens de indivíduos segundo realizações educacionais esperadas (“Ler e escrever”, “Concluir o Ensino Fundamental”,

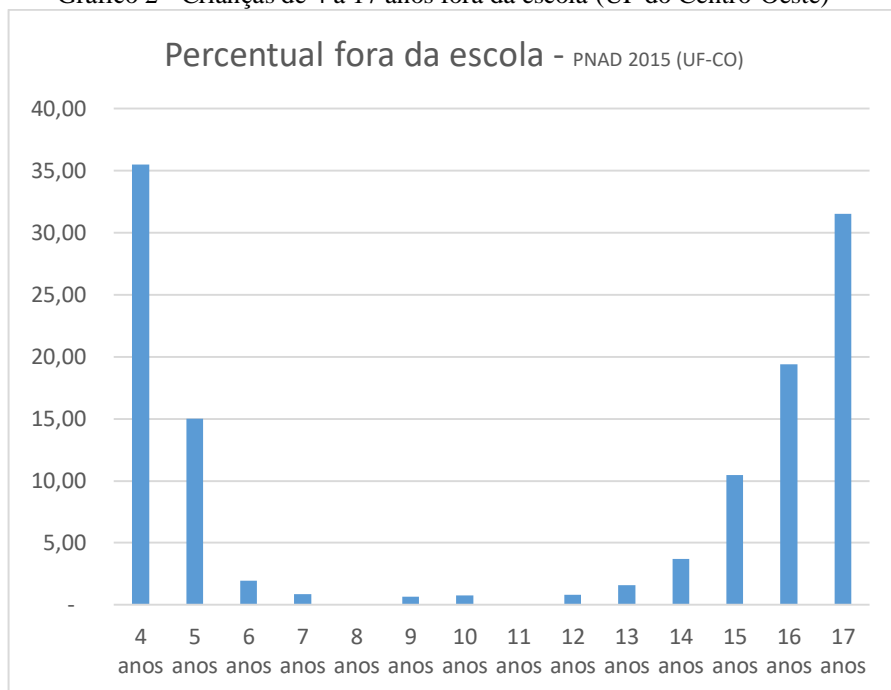
“Ingressar no Ensino Superior”) e subdividir a análise pelos mesmos estrato de renda e respectivas idades esperadas, é evidente a ampliação da diferença entre os estratos:



Fonte: PNAD 2015 – IBGE (tabulação própria).

Como observado no Gráfico 1, a diferença entre os estratos é relativamente pequena aos 7 anos: mesmo os mais pobres chegam à escola. Com o passar dos anos, as disparidades na retenção (e exclusão) geram diferenças significativas de acesso entre esses grupos e se acentuam, desde a alfabetização até a faculdade, onde essa desigualdade se mostra ainda maior. Veja, no Gráfico 2, dados acerca de um exemplo referente a um estado do Centro-Oeste brasileiro, em relação à não frequência à escola:

Gráfico 2 - Crianças de 4 a 17 anos fora da escola (UF do Centro-Oeste)



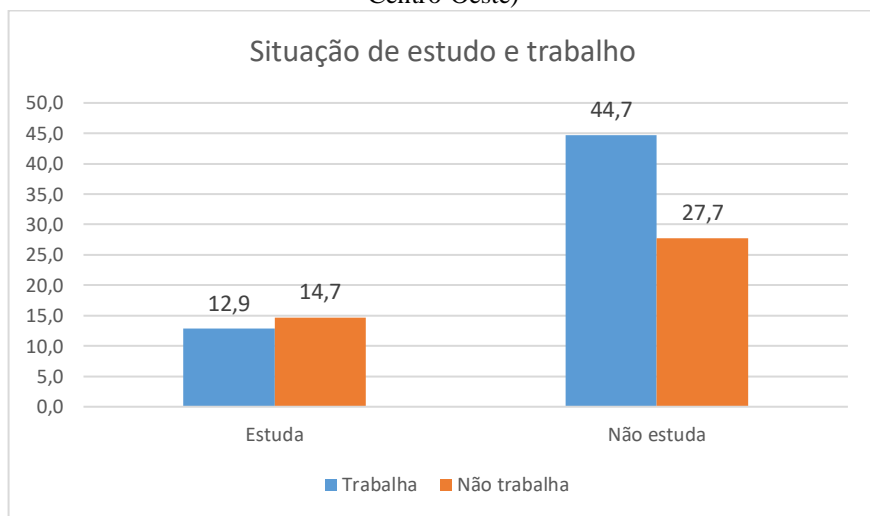
Observa-se uma educação infantil muito precária, com número elevado de crianças fora da escola nesta fase. Isso repercute nas dificuldades de alfabetização e uma maior probabilidade de retenção nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que leva, nos anos seguintes, ao abandono da escola. O acúmulo de percalços durante a escolaridade diminui drasticamente as oportunidades sociais do indivíduo e eleva exponencialmente a probabilidade de evasão precoce (HATIE, 2009). Quando a desigualdade começa desde os 4 ou 5 anos de idade, percebe-se que boa parte das esperanças e do futuro de toda uma geração estão comprometidos. Eles conseguem se matricular, contudo, já aos 13 ou 14 anos, boa parte está fora da

escola. Desistem de estudar pelos percalços e optam por trabalhar. Portanto, a quantidade de jovens entre 18 e 24 anos fora da escola é muito significativa, pois a maioria já desistiu sem o fundamental. Se é difícil para quem tem escolarização, para quem não tem é quase impossível. Muito precocemente, já se instala um cenário quase impossível de ser revertido adiante. Uma geração pouco escolarizada, pouco produtiva, sem oportunidades, excluída precocemente da possibilidade de inserção digna na dinâmica social e econômica modernas.

A inserção no trabalho em cidades menores e mais rurais acontece na agricultura, em atividades mais simples e de subsistência. Outra coisa é o trabalho no meio urbano em áreas agrícolas, onde as oportunidades nem sempre surgem com frequência para quem tem baixa escolaridade, e a competição no mercado de trabalho tende a ser maior nesses estratos. Com menos oportunidades e desemprego crescente, agrava-se a situação de pobreza, adicionada pela precariedade de estruturas públicas. É uma situação mais difícil, como observa-se no Gráfico 3 (p. 82), referente aos jovens que querem/precisam de emprego e não estão trabalhando.

Mesmo entre os que conseguem trabalho, 40% não tem sequer carteira assinada, ou seja, estão fora da proteção da lei trabalhista e das regulações consolidadas – em geral, aceitam quase qualquer ocupação. Apenas 15% estudam e não precisam trabalhar. Do outro lado, quase o dobro não estuda nem trabalha. Se observarmos a dis-

Gráfico 3 - Situação de trabalho e estudo entre jovens entre 18 e 24 anos (UF do Centro-Oeste)



Fonte: PNAD 2015 (tabulação própria)

tribuição da renda em cada situação, constatamos a fragilidade da oferta educacional pública. Observa-se que, entre aqueles em condição social mais vulnerável, três quartos são não brancos, sete em dez são meninas, 5% são órfãos maternos (proporção muito superior a qualquer outro grupo), não chegaram a concluir sequer o Ensino Médio, metade tinha renda domiciliar per capita inferior a R\$511. São jovens cheios de energia e esperança – como todo jovem. Todavia, não conseguem trabalhar nem estudar. Vivenciam a exclusão e a falta de perspectiva já muito precocemente.

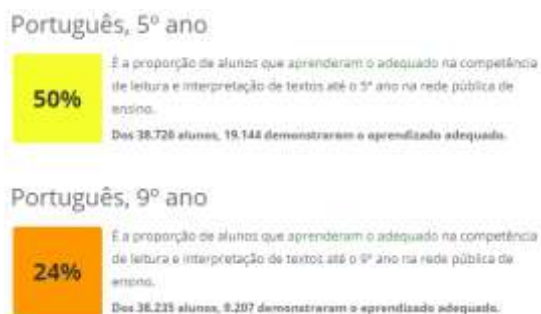
Em que série estão os jovens que insistiram na escola? **(18 a 24 anos):**

- 4,5% ainda estavam no Ensino Fundamental (renda domiciliar per capita era de R\$497)

- 33,3% estavam no Ensino Médio (renda domiciliar per capita era de R\$805)
- 62,2% chegaram ao Ensino Superior (renda domiciliar per capita era de R\$1.728)

A renda familiar per capita daqueles que conseguiram chegar ao Ensino Superior é mais de três vezes superior. Infere-se que as oportunidades estão muito mais condicionadas às condições familiares do que às políticas públicas, como já diagnosticado em estudos anteriores (VALLE SILVA; HASENBALG, 2000) e parece constitutivo deste *modus operandi* arcaico. No que tange à qualidade do ensino ofertado a esses jovens, é possível afirmar que a aprendizagem ainda é muito limitada e distante do esperado como mínimo adequado para cada etapa. Basta observar o Quadro 2:

Quadro 02 - Indicadores de desempenho e rendimento – IDEB 2015 (UF do Centro-Oeste)





Fonte: QEdu. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/>

É um cenário de atividade econômica crescente, favorecida pelo clima, solo, água e outros elementos geomorfológicos, mas de empregabilidade e inserção social precárias. Ao estudar o rendimento dos sistemas educacionais à luz da PNAD, que observa o conjunto da população (não apenas a matriculada no início do ano), e pergunta sobre a frequência à escola no segundo semestre (setembro), ao invés do primeiro (como no Censo Escolar), constata-se que as taxas gerais de rendimento (aprovação) são bem menores do que as taxas apontadas pelo MEC (vide TAVARES JÚNIOR et al, 2012). Mesmo ao analisar diferentes edições, através de diferentes modelos, as taxas continuam baixas e com melhorias tímidas ao longo dos anos, o que impossibilitará alcançar as metas do PNE em 2024 (TAVARES JÚNIOR et al, 2015).

Estima-se que, em 2015, havia 391.890 matrículas no Ensino Fundamental e Médio de alunos com defasagem de um ano ou mais – só em um único Estado do Centro-Oeste. Rematrículas geraram, em 2015, um custo estimado de R\$ 1.435 bilhão. Comportamento recorrente da escola brasileira, de uma escola que ainda tem uma legislação que aponta para o século XXI, mas se comporta como escola jesuítica no Brasil-Colônia. Decora, reprova, implanta a avaliação como forma de ameaça ao estudante. Cenário que precisa se transformar.

O que observamos até hoje, de forma geral, nesse contexto de expansão da fronteira agrícola pelo Cerrado, é uma aplicação da atividade econômica, com expansão comercial, financeira e produtiva – de forma exponencial em alguns contextos – que gerou crescimento econômico maior do que a média observada no restante do país. No entanto, isso não tem se convertido na produção de um novo país, tem se convertido na reprodução do Brasil-Colônia – *modus operandi* antigo e não um novo. Daí a relevância social e acadêmica de projetos como este. Como argumentado anteriormente, a avaliação e o monitoramento constituem ferramenta analítica e reflexiva, mas também instrumentos de defesa e luta pelo direito à educação. Sem isso, não se consegue instruir demandas coerentes pela qualidade e equidade da educação e das oportunidades sociais. Somente através do monitoramento e da avaliação sistemática que se consegue verificar se a Educação está

se realizando ou não. O PNE é muito modesto, concretamente, em relação as suas metas. A principal política, que faz com que os sistemas de ensino e as escolas se desenvolvam, é o monitoramento e avaliação, porque quando as escolas se sentem observadas, elas começam a responder a essa observação (TAVARES JÚNIOR; NEUBERT, 2014). Não é só a simples oferta ou abertura de vagas que realizam o direito à educação, mas a escolarização como um todo, com aprendizagem esperada para o nível e a idade, com a conclusão satisfatória da Educação Básica no tempo certo e idade prevista. Se não houver esses elementos, o direito à educação permanece apenas como discurso, impedido de se materializar pela reprodução da desigualdade estrutural de oportunidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1998].

BRASIL. **Lei nº 13.005, 25 jun. 2014**. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília, DF, 2014.

CRAHAY, M. & BAYE, A. Existem escolas justas e eficazes? Esboço de resposta baseado no PISA 2009. **Cadernos de Pesquisa**, v.43, n.150, 2013, p. 858-883.

DAMATTA, R. **A Casa & a Rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DOMINGUES, J. M. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

HATTIE, J. **Visible Learning**: A Synthesis of Over 800 Meta-Analyses Relating to Achievement. Melbourne: Routledge; 1ª edition, 2009.

SCHWARZ, R. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. Editora Companhia das Letras, 2014.

TAVARES JÚNIOR, F. et al. Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das últimas décadas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, p. 48-67, 2012.

TAVARES JÚNIOR, F.; CORREA, T. O Plano Nacional de Educação e o rendimento educacional. **Teoria e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 87-101, 2016.

TAVARES JÚNIOR, F.; MONTALVÃO, A.; NEUBERT, L. F. Rendimento escolar e seus determinantes sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 03, n.6, p. 117-137, 2015.

TAVARES JÚNIOR, F.; NEUBERT, L. F.. A qualidade da educação e a disseminação de sistemas de avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, p. 22-48, 2014.

TAVARES JÚNIOR, F.; VALLE, C.; MACIEL, M. S. Tendências históricas e perspectivas para o rendimento educacional no Brasil. **Teoria e Cultura**, v. 10, p. 104, 2015.

TAVARES JÚNIOR, F. O Brasil e sua Educação: Sociedade, equidade e oportunidades. In: TAVARES JÚNIOR, F. & NEUBERT, L. F. (org). **Políticas Educacionais**. Juiz de Fora: CAEd – FADEPE / UFJF, 2017.

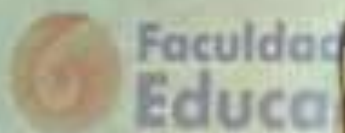
VALLE SILVA, N.; HASENBALG, C. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, p. 443-445, 2000.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva**: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

INFERÊNCIAS

geografia é dado pela sua capacidade de
realidade em que vivemos" Milton Santos

escolarizada não pode ser compreendida
da das lutas de classe." Aníbal Ponce



Prof. Ms. Alex Sandra Andrade

PROFA. MS. ALEX SANDRA ANDRADE NEVES

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Mestre em Educação pela Unicamp e Supervisora de Ensino da Rede Municipal de Campinas (SME/PMC).

REFLEXÕES SOBRE ATENDIMENTO DE DEMANDA ESCOLAR NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: DO “PROCESSO CIVILIZADOR” AO DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DO AGRONEGÓCIO

Este texto apresenta inferências produzidas no contexto das investigações da pesquisa “Mapeamento das Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na região dos cerrados do Centro-norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo”. Expõe uma reflexão sobre características gerais do atendimento das demandas educacionais, na cidade de Porto Nacional (Estado do Tocantins), contextualizada ao impacto do acelerado desenvolvimento do agronegócio na região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil. Nesta proposição, a intenção é construir uma inferência sobre como se mostra o atendimento às demandas educacionais nesta cidade, frisando a ideia da necessidade de educação escolar, como decorrência direta dos fatores econômicos alavancados pelo agronegócio, pontuando neste contexto as contradições e os conflitos gerados pela lógica do modelo de desenvolvimento econômico em curso.

REFLEXÕES SOBRE ATENDIMENTO DE DEMANDA ESCOLAR NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: DO “PROCESSO CIVILIZADOR” AO DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DO AGRONEGÓCIO

Pensar sobre os processos históricos da constituição das demandas por educação escolar no Brasil remete a pensar nas características do povoamento e ocupação do território brasileiro, em conjunto a todo o contexto social, econômico e político desde o Brasil-Colônia que, ao longo do tempo, através das ações ou negligências dos governantes, contextualizam a formação e o atendimento das demandas pela educação escolar. Implica, portanto, considerar a possibilidade de compor uma análise geral a partir da diversidade de olhares e sentidos atribuídos e produzidos ao saber próprio da educação na escola.

Assim, evocamos o sentido lato da expressão “**processo civilizador**” conforme a concebeu Elias, 1997, como consequência histórica dos processos colonizadores que imprimem nos *habitus*⁵ e costumes das populações nativas colonizadas, os *habitus* e costumes da população colonizadora. E, deste modo, considerando as características dos processos de colonização no Brasil, próprias

⁵ O Conceito de *habitus* – também conhecido como capital cultural incorporado – desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

dessa concepção de imposição dos *habitus* do “**Homem civilizado**”, como forma de domínio que, a despeito de qualquer outro aspecto, foi no Brasil de caráter aculturador e, do ponto de vista econômico, incisivo no extrativismo.

Neste sentido, pensar na demanda por escolas, como consequência de um **processo civilizador**, é conceber que a educação escolar e a instituição Escola foram aparatos criados para um modo de **formar e conformar** os sujeitos para a vida “civilizada”- que está ancorada nos princípios do colonizador europeu católico, também comprometido na colonização exploratória com o capitalismo comercial/mercantil que se consolidava no século XV. Deste modo, passados os primeiros períodos das ações de desbravamento do território natural para a consolidação da organização administrativa das terras brasileiras como Colônia da Coroa portuguesa, a educação de tipo escolar se fez presente, para consolidar o modo de vida e o cotidiano daqueles que formaram a população do então chamado “Novo Mundo”.

Dados os primeiros contatos com a população nativa, formada por indígenas, a intenção da Metrópole para com a Colônia foi expressa pelo objetivo da implementação de ações de intenso extrativismo, que encontrou como um de seus entraves (além das condições naturais do território), a reação não-pacífica de alguns povos/tribos indígenas à investida portuguesa, principalmente àqueles que tinham o intuito de escravizá-los. A fim de debelar esta

resistência, a Coroa portuguesa contrata a Companhia de Jesus, com a primeira missão de “docilizar” os indígenas resistentes, “civilizando-os” no limite. Assim, os primeiros sacerdotes jesuítas chegam ao Brasil, mais precisamente na Bahia, em 1549, imbuídos da Missão, se instalando nas vilas e mais tarde em um colégio erguido em Salvador da Bahia, fundando então a Província Brasileira da Companhia de Jesus.

Para a Missão da “educação docilizadora” dos indígenas, principalmente dos mais resistentes aos processos colonizadores em marcha, que objetivava escravizar os indígenas para o trabalho do extrativismo, entre outros, essencialmente no intento de que o indígena “selvagem” se tornasse indivíduo dócil e, quanto mais possível, “civilizado” a educação via bula catequética católica foi utilizada. Sendo esta missão empreendida com razoável sucesso, espalhou-se pelo Brasil a educação jesuítica de modo dual. Enquanto nos colégios eram educados os homens (prole dos vindos de Portugal) - aos moldes do curriculum da *Ratio Studiorum*,-, nos pátios de aldeias, vilas e assentamentos eram “educados os indígenas”, através da catequese católica, e, quando muito, eram ensinadas as primeiras letras (escrita e leitura da língua portuguesa), a fim de debelar a dificuldade de comunicação, imposta pelas línguas faladas pelos indígenas, entre elas, o Tupi-Guarani. Com o primeiro traço aculturador de imposição da língua portuguesa, em conjunto aos *habitus* do Homem católico europeu, a educação jesuítica consolidou

rapidamente um modo legítimo de imposição dos costumes e valores morais do colonizador. Cinquenta anos mais tarde, haviam colégios por todo litoral- de Santa Catarina ao Ceará -,e a educação jesuítica contou com 670 colégios e seminários por toda a Colônia, distribuídos em aldeias e missões. Quando foram expulsos, em 1759, já eram mais de 700 por todo o território brasileiro.

A herança desta “educação colonizadora”, guardadas as devidas proporções, na atualidade, das características, variáveis e variantes deste período histórico, mostra a educação brasileira fundada numa tradição de “ação planejada”, por estar a reboque dos modelos econômicos presentes, atendendo de modo dual e estratégico as demandas por educação. Portanto, impossível considerá-la apartada desses aspectos, principalmente quanto aos projetos, planos e normas que estabelecem a educação enquanto Política Pública de Estado.

Os cerrados do Centro-Norte, a última fronteira agrícola: territórios em disputa

A ocupação e o povoamento do território brasileiro, que se caracterizaram, e ainda se caracterizaram, geograficamente, socialmente e politicamente também, a partir dos modelos econômicos de desenvolvimento, trazem na atualidade o questionamento sobre como o Estado, através de seus governantes, concebeu e implementou historicamente os projetos e programas de

desenvolvimento econômico, a partir de concepções específicas de determinados territórios, a exemplo dos cerrados do Centro-Norte do Brasil, tidos como “espaços pouco povoados”, ignorando, portanto, as populações originárias dos mesmos. Essa maneira de conceber o espaço geográfico parece assemelhar-se com uma visão colonizadora que trata e se refere ao espaço, menos adensado populacionalmente, como um “espaço vazio”, territórios então sujeitos a decisões e ações que não consideram as singularidades locais, especificamente no tocante as condições de vida das populações chamadas de **tradicionais ou originárias**, formadas muitas delas na região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil por indígenas, descendentes de quilombolas, comunidades ribeirinhas, entre outros.

Neste contexto, essa região que, desde a década de 1970 é alvo de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico - que visa a “modernização da agricultura” com fins agroexportadores, a posse da terra, os impactos ambientais, sociais e culturais advindos dessa modernização da agropecuária chamada de “agronegócio”-, revela um território em complexa disputa. Além de gerar novas configurações de espaço geográfico, a conformação de economias locais determinam também movimentos migratórios peculiares, que impactam sobremaneira nas condições de oferta e atendimento das demandas por educação, saúde, habitação dentre outras, pois segundo Eudes, 2015, p. 12, se anteriormente a esses processos de

instalação do agronegócio, da modernização agrícola intensificada, havia uma urbanização modesta, hoje a intensificação da urbanização é realidade em muitas das cidades dos estados que compõem os cerrados do Centro-Norte do Brasil: sul do Maranhão e Piauí, leste do Tocantins e oeste da Bahia. Portanto, é o que revela a supremacia do poder econômico no agronegócio que, unido às antigas elites agrárias locais, definem os modos de vida, trabalho, educação e organização espacial, e a modificação da paisagem natural desta região.

O Estado do Tocantins assume um protagonismo neste contexto econômico, devido às grandes extensões de terras, apropriadas para o cultivo em larga escala de produtos agrícolas para a exportação, com destaque para a soja, as boas condições para o escoamento da produção para os portos, facilitadas principalmente pelas hidrovias, o amplo processo de melhorias de construção de estradas, malhas ferroviárias e o desenvolvimento da logística para o armazenamento dos gêneros, configuram, como propõe Eudes, 2015, p. 316, o Corredor Centro-Norte, complexo geoeconômico e social, onde se insere a fronteira agrícola moderna tocantinense instruída pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 228/2012. Este Corredor abrange também os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins na sua totalidade, representando:

[...] hoje um dos grandes, se não o maior laboratório das novas geografias que se desenham em nosso país. E não apenas no Brasil, na medida em que seu destino está em grande parte subordinado aos fluxos do grande capital globalizado e no sentido de que eles se encontram estrategicamente inseridos em uma das maiores fronteiras contemporâneas de expansão da produção alimentar, cujo papel

geopolítico será crescente diante da relevância da questão da “segurança alimentar” no futuro (a China, um dos países mais interessados em nossas commodities, que o diga). (HAESBAERT, 2015, p. 7)

Diante deste quadro, as demandas por educação escolar e desenvolvimento urbano, dentre outras), se mantêm em processo de larga aceleração no Estado do Tocantins, mudando radicalmente a característica de algumas cidades, a exemplo do adensamento dos processos de urbanização de cidades como Porto Nacional, de localização estratégica, às margens do Rio Tocantins, para o escoamento da produção do agronegócio.

Figura 1 - Porto Nacional atual, com cerca de 50 mil habitantes, um verdadeiro pólo de Educação Superior e de Economia altamente voltada para o agronegócio.



Fonte: PORTO NACIONAL. Disponível em:
<http://www.portonacional.to.gov.br/index.php/conheca-porto-nacional>. Acesso em 10/02/2019.

A partir do contexto supracitado – de construir inferências sobre a característica de atendimento da demanda educacional na cidade de Porto Nacional e tecer algumas inferências sobre o atendimento das demandas educacionais no Município de Porto Nacional –, frisamos a importância de primeiramente caracterizar o município historicamente.

Em seus traços históricos, Porto Nacional, por ter a sua origem ligada ao Rio Tocantins, cujas margens originaram povoado que logo se tornou vila (Vila de Porto Real) e, por fim, município de Porto Nacional em 1831, a cidade que desde o Brasil-Colônia se apresenta em destaque no contexto econômico, por sua posição geográfica estratégica, com marco inicial na exploração do ouro, iniciada em 1722 na Província de Goiás, o que acabou atraindo muitos mineradores ao Rio Tocantins, e propiciou, desde então, o estabelecimento de uma rota de comércio sul-norte, pela facilidade de navegação.

Segundo relatos históricos, o Governo da Província do então “Goiaz” encaminha um documento à Assembleia Legislativa Provincial, oficializando que, pelo Censo de 1861, realizado na localidade, havia uma população de 3.897 pessoas livres e 416 escravos, perfazendo um total de 4.313 habitantes. Além dessas informações, o levantamento censitário daquele ano apontou a existência de três escolas para alunos do sexo masculino e uma para estudantes do sexo feminino. Neste relatório, não haviam

discriminados as etnias e o número de indígenas - considerados a população originária do lugar, o que denota a visão do espaço geográfico colonizado como espaço vazio, apesar de, na contagem final de habitantes, ter sido feita, provavelmente, uma estimativa da população indígena.

A partir desses dados, podemos observar que, historicamente, a educação escolar sempre esteve presente na cidade desde sua legitimação como Município, e que as atividades econômicas sempre foram alavancadas, pela localização geográfica estratégica, e em alguma medida pela escolarização. Assim, existem elementos nesta cidade que estabelecem uma relação intrínseca nas mudanças de conformação do seu território e de sua identidade social e cultural.

Na atualidade, em decorrência das atividades do agronegócio, são geradas diversas mudanças estruturais nas condições de vida da população originária desta região, mudanças estas que afetam não só as condições materiais de sobrevivência desta população, como também afetam sobremaneira até sua constituição indenitária. Em grande parte da área dos cerrados do Centro-Norte observa-se movimentos civis organizados, representados também pelas populações originárias que ativamente militam por direitos ligados à posse de terras e aos mananciais hídricos. Assim, diversos grupos de contingentes populacionais denominados **originários ou tradicionais** resistem muitas vezes às atividades do agronegócio, em conflitos majoritariamente violentos.

Neste cenário, indagamos: “Como o agronegócio e seus derivados afetam a configuração das demandas educacionais desta população?” “Como os movimentos migratórios, caracterizados nessas regiões que, ano a ano, atraem inúmeras pessoas que fogem da miséria e da crise econômica nos grandes centros urbanos (a exemplo do eixo Rio/São Paulo e Sul do Brasil), por consequência vêm afetando as características do atendimento da educação escolar?”

A partir dessas indagações, no entanto sem a pretensão de aqui as respondê-las, apresentaremos inferências sobre a característica do atendimento da demanda por educação escolar na cidade de Porto Nacional, na tentativa de tecer reflexões sobre algumas destas características de atendimento na Educação Básica.

Características gerais de atendimento escolar: Porto Nacional - Tocantins

Diante do fato da implantação de medidas de cortes de recursos federais para investimentos no desenvolvimento e manutenção de projetos sociais, especificamente em Educação e Saúde (PEC – 241/55), as ações governamentais de Estados e municípios indiscutivelmente terão impactados diretamente seus orçamentos que, *a priori*, deveriam garantir lastros mínimos para a efetivação, dentre outros direitos, da escolarização básica, pública, de qualidade para todos.

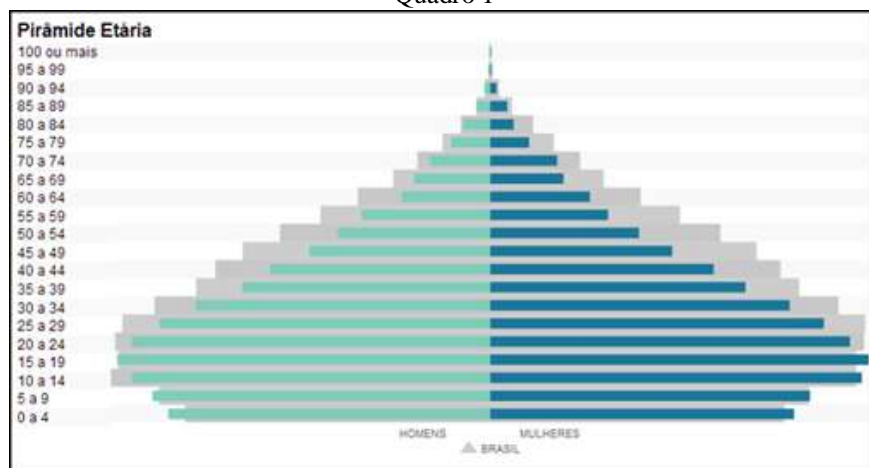
Em plena vigência do novo Plano Nacional de Educação, notadamente já se mostra a fragilidade das garantias de seu amplo desenvolvimento no tocante as condições de financiamento necessário para o seu cumprimento. Assim, as metas do Plano Nacional de Educação, desdobradas nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, encontrarão ainda maiores dificuldades de condições para sua implementação, especialmente nos municípios, que são os entes mais frágeis da Federação, do ponto de vista político e financeiro e que, dependendo das suas características, os impactos poderão precarizar ainda mais as condições dadas para o atendimento das demandas por Educação.

Porto Nacional-TO atualmente conta com quase 50 mil habitantes – com expressivo número de população em idade escolar básica (cf. Quadro 1, p. 102), caracterizada como cidade de economia fortemente voltada para o agronegócio –, apresenta características de atendimento escolar bastante específicas, pois a presença do agronegócio e seus derivados a coloca, a nosso ver, em condições distintas de atendimento, observando algumas características dele na demanda escolar já existente e na criada pelas atividades do agronegócio.

Observamos que a população em idade escolar para a educação regular básica, crianças de 0 a 12 anos e jovens de 14 a 17 anos, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, é expressiva, embora a partir dos números absolutos da quantidade de crianças pequenas matriculadas em creches (Quadro 2), o

atendimento às crianças de 0 a 4 anos mostra um déficit considerável. Mesmo sendo o Município responsável pelo provimento e o atendimento desta faixa etária em Educação Infantil, a despeito desse déficit indagamos: “Quais as ações de foco do Município, inclusive em seu Plano Municipal de Educação vigente, diante desta demanda que se coloca?”

Quadro 1



Fonte: IBGE Cidades/Censo de 2010.

Quadro 2

<ul style="list-style-type: none"> • População/ censo 2010 – 49.146 habitantes • Crianças de 0-4 anos – Meninos 2.184 Meninas 2.065 <p>Total de crianças em idade escolar: 5.249</p> <p>Matrículas – censo/Inep 2017</p> <p>Creches – 856 matrículas (déficit : 4393)</p> <p>Pré – Escolas – 1.731 matrículas</p>
--

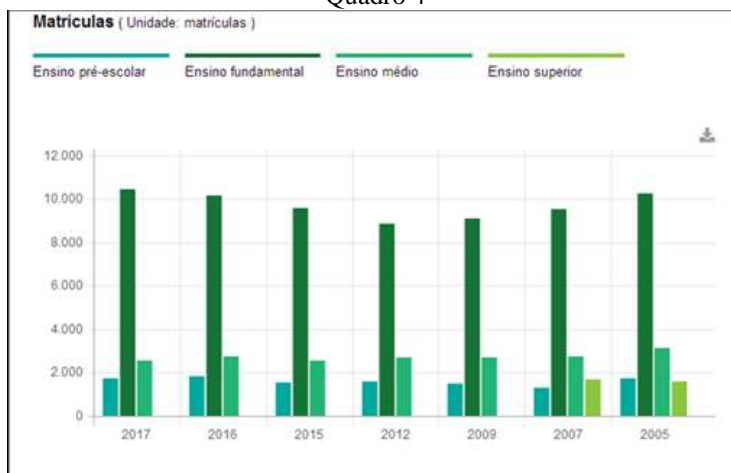
Fonte: IBGE Cidades/ Censo Escolar INEP/MEC,2017.

No Plano Municipal de Educação de Porto Nacional, instituído pela Lei 2.248, 24 jun. 2015, observa-se a Educação Infantil como segunda meta (meta 1 – Quadro 03), que contém maior número de estratégias previstas para o atendimento e, com a melhoria deste, ficaria atrás somente da meta 6 - que trata da universalização do Ensino Fundamental. Isto demonstra, em alguma medida, uma maior concentração de esforços para o atendimento da demanda pelo Ensino Fundamental (Quadro 4); este que, por Lei, deve ser compartilhado com o Estado.

Quadro 3

Matrícula	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980
Port. Nacional	2345	2456	2567	2678	2789	2890	2901	3012	3123	3234	3345	3456	3567	3678	3789	3890	3901	4012	4123	4234	4345	4456	4567	4678	4789	4890	4901	5012	5123	5234	5345	5456	5567	5678	5789	5890	5901	6012

Quadro 4



Fonte: IBGE Cidades/Censo INEP, 2017.

Ainda analisando alguns dos dados de atendimento de acesso aos níveis da Educação Básica neste Município, especificamente parte da Educação Infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental aparecem, sem a presença dos dados das matrículas das crianças de 0 a 4 anos de idade, obviamente pela questão da obrigatoriedade de escolarização/frequência para as crianças de 4 a 5 anos (Quadros 3 e 4) - o que nos leva a inferir que as crianças de 0 a 4 anos neste Município configuram um atendimento insuficiente da demanda de Educação Infantil, especialmente de crianças em creches, estas que não tiveram o direito ao acesso inicial ao processo de escolarização na Educação Infantil. Neste sentido, indagamos: “Onde estão essas crianças?” Indagação nutrida quando nos deparamos com a Emenda ao Projeto de Lei que instituiu o PME desta cidade, emenda nº 09/2015, que em seu item 1:

1- Substitui no item Metas e Estratégias item 1.7 do PME “todas as crianças de 0 a 5 anos” por “de 06 meses a 05 anos.

Justificativa:

(...) trata-se de defender o período de 0 a 6 meses como prioridade de permanência da criança com a mãe para o aleitamento materno.

Diante desta medida, partimos do pressuposto de que a presença de mecanismos como este caracteriza, além de caracterizar o não cumprimento da responsabilidade do Município de suas atribuições descritas na legislação maior – Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, modos de controle e configuração desta demanda, subtraindo o direito da criança pequena a escolarização pública.

Em comparação ao crescimento do número de matrículas no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior, as da Educação Infantil, especialmente a das crianças de 0 a 4 anos, ainda apresentam um déficit considerável, e mesmo as matrículas na pré-escola mantêm-se em padrão de crescimento tímidos, sem grandes avanços. Embora o Plano Municipal de Educação de Porto Nacional registre 32 estratégias para este nível, estas não tratam efetivamente deste déficit.

Inferirmos a partir desses dados que o Município, embora tenha demanda marcada pela Educação Infantil, não a trata de modo prioritário e adequado. Ainda, a prioridade, como em outras cidades e Estados do país, é a universalização do atendimento do Ensino Fundamental, este de caráter obrigatório, o que acaba por corroborar pelo enfraquecimento da concepção de atendimento em educação básica integral (desde a Educação Infantil até o Ensino Médio), concepção tão cara ao Plano Nacional de Educação, que no bojo de suas discussões primou por manter esta visão de Educação.

Outro nível de educação muito marcadamente presente neste Município é a Educação Superior.. Houve investimentos robustos na década de 1990 do Governo Federal, que, em parceria com o governo local, criou um dos *campi* da Universidade Federal do Tocantins, onde são oferecidos, principalmente, cursos mais ligados ao agronegócio. Parte das iniciativas dessas parcerias se deve à influência direta do agronegócio, que criou necessidades de demandas educacionais muito específicas para a formação de

contingentes de trabalhadores , com nível de especialização maior, na cidade. Outra influência forte para o crescimento e oferta da Educação Superior local são os setores de comércio, serviços e administração pública, todos derivados das estruturas implantadas pelas agroindústrias. Outro tipo de educação que se caracteriza em franca expansão na cidade são os cursos de Educação à Distância nas instituições privadas de ensino, ofertando variedade de cursos, especialmente os profissionalizantes.

Considerações Finais

A partir das reflexões, indagações e inferências aqui propostas, que dizem respeito a cenários que se configuram no atual contexto econômico dos cerrados do Centro-Norte do Brasil, especificamente na cidade de Porto Nacional–TO, vimos uma tendência que se mostra crescente: a imposição do agronegócio na criação de determinadas necessidades de escolarização, que não são necessariamente aquelas demandadas e que se mostram deficitárias. Neste sentido, hipoteticamente podemos pensar que as “divisas” econômicas geradas pelo agronegócio trazem pouco impacto para a melhoria ou universalização da oferta de Educação Básica da população desta cidade, mas pelo contrário, elas fomentam a divisão de recursos e esforços da municipalidade para o atendimento de demandas próprias de seus interesses. Deste modo, a presença do agronegócio, além de notadamente não considerar os interesses das

populações originárias, degrada o meio ambiente, se colocando então muito similar às atividades de extrativismo colonial, que em sua essência, visavam a agressiva corrida para o acúmulo de capital de poucos, e a exploração do trabalho de muitos.

A partir dessa lógica, a educação escolar básica parece ser uma prioridade menor do Estado via poder público local (Porto Nacional), especialmente em relação ao atendimento na Educação Infantil das crianças muito pequenas. Ainda são foco as ações para a garantia da Educação dos níveis mais ligados a formação de habilidades e competências, que diretamente formam os pré-requisitos necessários para a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho- este que exige formação cada vez mais especializada.

Assim, coloca-se no contexto geral da região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil o desafio: como viabilizar um modelo de desenvolvimento econômico que possa superar a lógica do **”processo civilizador”**, que impõem, principalmente às populações originárias, modos de vida distintos de seus hábitos e costumes? Como pensar a escolarização diferente desta lógica?

Referências Bibliográficas

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, v. 1.

EUDES, V. L. A., ROLIM, L. N. As Migrações populacionais internas na década de 2000 a partir do censo demográfico de 2010:

o caso da região de cerrados do centro-norte do Brasil. *In*: EUDES, Vicente L. A. (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 109-149.

HAESBAERT, R. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. *In*: CASTRO, L. E. de; GOMES, P. C. Da C.; CORREA, R.L. (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 470.

Mesa II - "A geografia humana no contexto dos impactos econômicos e sociais"

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional no contexto do Agronegócio (MATOPIBA)

Apresentador: Fernando Macedo



Prof. Dr. Fernando César de Macedo

PROF. DR. FERNANDO CÉZAR DE MACEDO

Fernando César de Macedo possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1992), onde realizou seu mestrado em Economia no ano de 1997. Doutou-se em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Unicamp (2002), onde também fez Livre-Docência (2010) em Economia Brasileira, na área de Política Econômica e Desenvolvimento Regional. Atualmente é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE.

O MATOPIBA E A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL

O texto faz uma breve caracterização socioeconômica e espacial do MATOPIBA. Discute as razões para sua criação por parte do Governo Federal. Parte de uma discussão sobre as formas históricas de organização espacial no País, associando-a à exploração do trabalho, ao uso empresarial dos fundos públicos e ao controle privado da terra dentro no Brasil. O MATOPIBA é uma região de planejamento com vistas à intervenção estatal. Como se trata de uma região com múltiplos grupos de interesses, o planejamento e a intervenção estatal nela trazem alguns questionamentos: Planejamento para quem? Região para quê? Quem organiza a região? Qual o papel do setor público? Conclui-se que, mais uma vez, a política pública, sob o argumento geral de promoção do desenvolvimento econômico que a todos beneficiaria, tende a consolidar uma forma excludente de pensar o território beneficiando os interesses do grande capital internacionalizado, em detrimento de formas mais tradicionais de reprodução da vida.

O MATOPIBA E A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL

A institucionalização da região do MATOPIBA, que abrange 337 municípios dos eEstados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, deve ser entendida nos marcos do atual padrão de reprodução do capital no Brasil e das formas de intervenção estatal no território. Desta imbricação resultam processos diferenciados de organização socioespacial das regiões brasileiras. Padrão de reprodução do capital, políticas territoriais e movimento da economia internacional definem as estruturas produtivas regionais do País a partir de suas heranças, dentro do movimento mais geral do capitalismo. Este reinventa, continuamente, mecanismos de dominação que impõem constante ajuste espacial às economias nacionais, especialmente àquelas subdesenvolvidas. Observa-se, neste movimento, a refuncionalização do território, com algumas regiões se conectando mais fortemente à economia internacional, e outras minimamente articuladas a ela, ou mesmo apartada dela. Redefine-se, assim, o papel dessas regiões na divisão territorial do trabalho, em âmbito nacional e internacional.

Terra, superexploração do trabalho e fundo público na organização espacial brasileira no atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva - PRCEEP⁶

⁶ Este tópico foi adaptado de Macedo (2014). Muitas passagens foram transcritas livremente.

Há uma indissociável relação entre Economia, História e Geografia na determinação dos padrões de organização dos espaços nacionais e subnacionais. A organização do espaço (e, neste caso, especificamente do espaço nacional) liga-se à conformação de classes da sociedade e a forma como ela se espacializa, determinando diferentes estruturas regionais que se individualizam por meio das lutas sociais e políticas. Estas lutas são gerais – posto serem parte da mesma totalidade definida pelo movimento do capital dentro e fora do País –, mas também específicas, pois esse movimento concretamente se realiza de maneira diferenciada de acordo com as singularidades econômicas, históricas e geográficas das regiões e dos lugares.

Três recorrências históricas são determinantes para o entendimento da organização socioespacial no Brasil e nos permitem fazer mediações entre o movimento geral do capitalismo e seus efeitos sobre o espaço nacional e subnacional, ao longo dos diferentes padrões de reprodução do capital no Brasil: a superexploração da força de trabalho; o uso predatório e o inegociável controle da terra – rural e urbana – por parte das elites do país (e, diretamente ligado a isso, o domínio dos fundos territoriais⁷); e o controle privado dos fundos públicos, sem os quais a acumulação no País seria dificultada, dada a natureza tacanha do capital nacional, em decorrência dos limites de acumulação de suas elites regionais e pela subordinação de ambos à ordem internacional.

⁷ Sobre fundos territoriais, ver Moraes (2002).

Sem o orçamento público, de um lado, e o forte controle da terra, de outro – amalgamados por uma histórica e voraz exploração da força de trabalho e dos recursos naturais –, a fraca burguesia nativa teria dificuldades para participar, mesmo como sócia menor, da produção e distribuição da mais-valia que se produz no espaço nacional. Afinal, a Divisão Internacional do Trabalho configura, nos países subdesenvolvidos, uma formação econômica e social que não está centrada no desenvolvimento de capacidade produtiva autônoma, tampouco na inovação tecnológica mas, essencialmente, encontra-se assentada na intensa exploração do trabalho e dos recursos naturais. Na impossibilidade de a burguesia nacional se impor ante à concorrência externa e subordinada às determinações do capital internacional, a exploração intensiva da força de trabalho e da natureza torna-se sua marca.

Como resultado, no Brasil “nunca se chegou a conformar uma verdadeira economia industrial, que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse em uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico.” (MARINI, 1973, p. 166). Não por acaso, mesmo depois constituirmos uma das maiores economias mundiais de base urbano-industrial, no padrão industrializante de reprodução do capital que predominou no Brasil entre 1930 e 1980, regredimos desde a última década do século XX para um padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva - PRCEEP, fortemente assentado no uso intensivo dos recursos

naturais (OSÓRIO, 2012a e 2012b). Por padrão de reprodução do capital, entende-se as:

formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram. (...) A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais da análise (modo de produção e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios. (OSÓRIO, 2012a, p. 40-41, grifo no original).

Conforme lembram Gomes Jr., Macedo e Aruto (2018), desde que se torna um país independente politicamente no início do século XIX, o Brasil apresenta três padrões de reprodução do capital: o agromineral (1822-1930), o industrializante (1930-1980) e o exportador de especialização produtiva (1980 em diante)⁸. Em cada

⁸ Sobre as características de cada um desses padrões de reprodução do capital no Brasil e sua relação com organização territorial, ver Gomes Jr., Macedo e Aruto (2018). Sobre mais detalhes conceituais, consultar Osório (2012a e 2012b). Em linhas gerais, o MATOPIBA ganha relevância no Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva – PRCEEP, cujas principais características são: seus setores mais dinâmicos estão atrelados ao mercado externo e geram especializações produtivas e enclaves econômicos. A dependência ao mercado externo se completa pelo elevado coeficiente de importação; o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, razão pela qual observa-se processo de desindustrialização; maior transferência de valor ao exterior sob comando das empresas transnacionais e do capital

um deles, a combinação da superexploração da força de trabalho, do controle da terra (e dos fundos territoriais) e do uso privado dos fundos públicos influenciaria a organização espacial da sociedade, com especificidades próprias.

A superexploração da força de trabalho está associada ao forte controle do território e, ligado a ele, o controle dos fundos territoriais por uma elite agrária (mas não apenas), que detém grande poder político e econômico. A depreciação da força de trabalho pode ser atestada tanto nas cidades quanto no campo, mas é neste que ela é mais evidente, em decorrência do peso econômico das atividades agrícolas e minerais – duas que se vinculam diretamente à natureza continental do País dentro do PRCEEP e que determinam sua posição na Divisão Internacional do Trabalho.

O avanço do agronegócio impõe uma itinerância na agricultura, que reproduz na fronteira toda violência que marca o controle da terra no Brasil. Essa itinerância tem importância na distribuição da população pelo território e pela eliminação das formas tradicionais de reprodução da vida no campo. Ela se caracteriza pelo uso predatório da terra, impondo uma ocupação extensiva através da incorporação de novos rincões e uma ocupação intensiva pela ferocidade com que a força de trabalho e os recursos naturais são exauridos. Castilho (2012) e Delgado (2012) apresentam exemplos que são verdadeiras formas

estrangeiro e adaptações do território para facilitar o escoamento das produções para o exterior.

pré-capitalistas de exploração de trabalhadores nessas áreas onde as elites mantêm forte controle sobre a terra.

Os fundos públicos, por sua vez, cumprem papel decisivo no processo de acumulação por financiarem tanto os investimentos privados quanto as políticas regionais de desenvolvimento. Eles representam importante amálgama dos acordos federativos ao costurarem as relações intergovenamentais nos três (e entre os três) níveis de governo e, entre esses, a iniciativa privada. Sem eles, não seria possível estabelecer uma pactuação que garantisse um equilíbrio, mesmo que instável, da Federação e dos grupos de interesse privados que setorialmente buscam se apropriar de uma fatia maior da arrecadação pública.

Especificamente nas regiões ditas mais atrasadas do País, esses fundos foram estratégicos para as transformações de suas estruturas produtivas e para a integração delas às economias nacional e internacional, especialmente após a industrialização pesada impulsionada pelo Plano de Metas (1956-1960). Como as regiões menos dinâmicas não poderiam depender de sua estreita base interna de acumulação, os diversos fundos públicos (como FINOR, FINAM, FUNRES, FUNDAP, 34/18, dezenas de incentivos fiscais e financeiros estaduais, os Fundos Constitucionais de Financiamento, o crédito rural, dentre tantos outros, inclusive fundos de natureza setorial) fizeram as vezes de financiadores da acumulação e foram decisivos nas transformações regionais verificadas.

Na região do MATOPIBA, manifestam-se todos esses vetores que matizam o desenvolvimento regional brasileiro e determinam a organização territorial do País e de suas regiões. Ela é mais um espaço de valorização do capital em um país subdesenvolvido e reproduz, com especificidades próprias, as mesmas mazelas verificadas historicamente na formação econômica e social brasileira: concentração de terra, concentração de renda, segregação espacial, desigualdades sociais, baixa oferta de serviços públicos etc.

O adensamento desta região encontra-se diretamente ligado à emergência do PRCEEP desde as décadas finais do século anterior, que vem impondo importantes transformações geoterritoriais no País como decorrência do esforço de adaptação às suas exigências. A especialização produtiva do país interioriza seu crescimento econômico e promove alterações na organização espacial. Segundo Macedo (2010):

É este o novo padrão de organização territorial que se manifesta no Brasil no início do século XXI: processos – ainda que lentos – de desconcentração econômica e demográfica; articulação local-global mais forte nas áreas que se inseriram nas correntes de comércio exterior; potencial fragmentação do território; crescimento de cidades médias acima das áreas metropolitanas tradicionais, com reprodução dos velhos problemas urbanos; novas territorialidades surgindo nas áreas de expansão agrícola e mineral; taxas menores de migração rural-urbano e crescimento das migrações urbano-urbano; predomínio das grandes corporações na estruturação dos espaços regionais e urbanos; constituição de infraestruturas para aumento da integração produtiva externa; elaboração de políticas regionais e urbanas direcionadas para o aumento da integração competitiva no país... (MACEDO, 2010, p. 68-69)

O MATOPIBA ganha relevância no contexto de inserção externa da economia brasileira porque é uma importante área de valorização do capital. Com isso, recebe investimentos que lhe modificam a organização socioespacial e lhe conferem papel relevante no processo de acumulação capitalista no País.

Breve panorama socioeconômico do MATOPIBA

A região interestadual de planejamento MATOPIBA, formalmente constituída através do Decreto Presidencial nº 8.447, de 6 de maio de 2015, que instituiu seu Plano de Desenvolvimento Agropecuário, compreende uma área de 73 milhões de hectares, estando mais de 90% dela no bioma do Cerrado. Sua oficialização reafirma o processo histórico de ocupação dos cerrados nordestino e tocantinense que vem se dando desde a década de 1970, a essa época estimulada por programas federais de colonização financiados por fundos públicos e que redefiniram o uso e ocupação da terra (rural e urbana) na região.

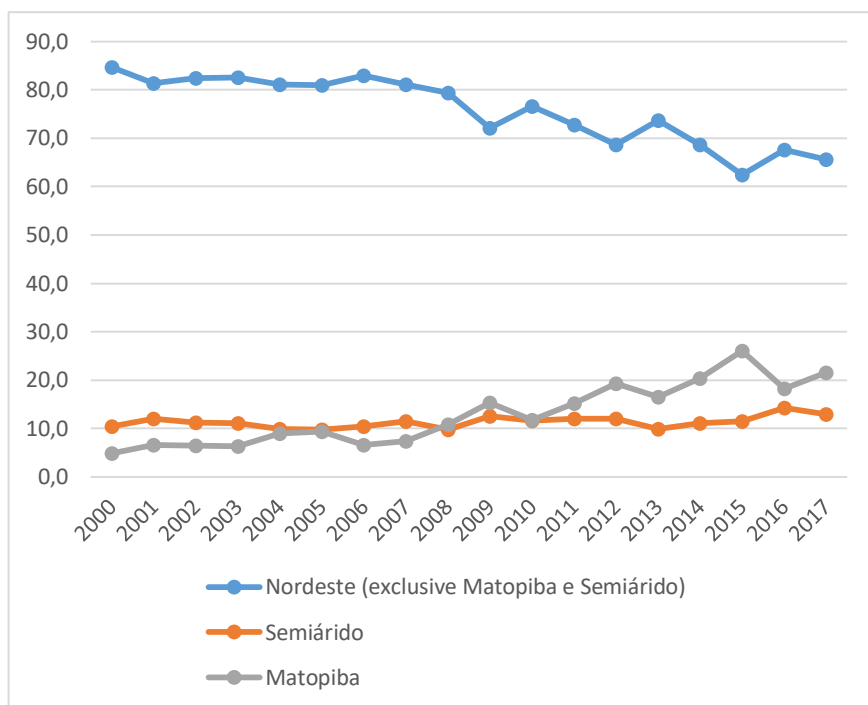
A modernização na agricultura regional, que se iniciou lentamente naquela década com a chegada de produtores sulinos nos cerrados nordestinos, se acelerou neste século e integrou a região à lógica exportadora brasileira assentada em *commodities* agrícolas e minerais de baixo valor agregado, característica do PRCEEP. Considerada “*a última fronteira*”

agrícola do país”⁹, a região consolida-se como importante produtora de grãos: na média do triênio 2015-2017, ela respondeu por 9,6% do total da soja brasileira, ante uma participação relativa de 6,0% no início deste século (média do triênio 2000-2002). Para o milho, esses valores foram, respectivamente, 6,4% e 10,6%.

Como consequência, ampliou-se a inserção comercial externa. As exportações do MATOPIBA passaram de US\$255,6 milhões (média do triênio 2000-2002), ou 0,4% do total exportado pelo País no período, para US\$4,1 bilhões (média trienal de 2015-2017), ou 2,1% do total brasileiro. Especificamente no Nordeste, a participação das exportações do Cerrado é crescente ao longo do século XXI (Gráfico 1), passando de 7,2% da média de 2000-2002 do total exportado nesta macrorregião para 22,0% (média trienal 2015-2017). Em 2015, esta participação atingiu 26,0%, a maior em todos os tempos.

Gráfico 1 - Exportações do Nordeste, segundo sub-regiões selecionadas

⁹ Gomes Junior (2015) critica e qualifica esta ideia.



Fonte: MDIC. Elaboração própria.

O ritmo de crescimento da economia do MATOPIBA ocorre acima da média brasileira, com a maioria de suas microrregiões apresentando dinamismo econômico maior do que o Brasil, entre 2002 e 2014. O Quadro 1 apresenta a distribuição delas, segundo corte de renda e crescimento do PIB *per capita* no período (proxy do dinamismo econômico), conforme anexo da Portaria nº 34 de 18 de janeiro de 2018 do Ministério da Integração Nacional(MI) que atualizou a classificação das microrregiões segundo a tipologia do Política Nacional de Desenvolvimento Regional(PNDR).

Quadro 1 – Distribuição das Microrregiões do MATOPIBA, segundo níveis de renda e de dinamismo econômico.

RENDA	DINAMISMO ECONÔMICO		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTA		Gurupi (TO); Porto Nacional (TO)	
MÉDIA	Gerais de Balsas (MA); Médio Mearim (MA); Porto Franco (MA); Alto Médio Gurguéia (PI); Alto Parnaíba Piauiense (PI); Bertolínia (PI); Bico do Papagaio (TO); Dianópolis (TO); Jalapão (TO)	Caxias (MA); Imperatriz (MA); Presidente Dutra (MA); Bom Jesus da Lapa (BA); Santa Maria da Vitória (BA); Araguaína (TO); Miracema do Tocantins (TO); Rio Formoso (TO)	Barreiras (BA)
BAIXA	Baixo Parnaíba Maranhense (MA); Itapecuru Mirim (MA); Lençóis Maranhenses (MA); Chapadas do Extremo Sul Piauiense (PI)	Alto Mearim e Grajaú (MA); Chapadas das Mangabeiras (MA); Chapadas do Alto Itapecuru (MA); Chapadinha (MA); Codó (MA); Cotegipe (BA)	Coelho Neto (MA)

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Elaboração do autor.

A despeito do dinamismo econômico, cerca de um terço das 31 microrregiões são de baixa renda e apenas duas – Gurupi e Porto Nacional, ambas no Tocantins – são de alta renda. As outras dezoito estão na faixa de média renda. Porcionato, Castro e Pereira (2018) mostram que, apesar desse dinamismo econômico e dos avanços sociais na primeira década do século XXI, a região apresenta baixa prosperidade social (abaixo da média brasileira), com “249 municípios (74%) que apresentam baixo/muito baixo ou médio desenvolvimento humano, combinados com alta/muito alta ou média

vulnerabilidade social” (PORCIONATO, CASTRO e PEREIRA, 2018, p. 44).

O dinamismo regional encontra-se diretamente ligado à incorporação de terras, à expansão da produção e à elevada produtividade. Esta decorre do uso de técnicas mais intensivas em capital, que contribuem tanto para o crescimento econômico como para a reorganização socioespacial da região. O resultado foi a elevação de 9,0% a.a. de sua área plantada de soja entre 2000 e 2017, ante um ritmo de 5,2% a.a. do restante do país¹⁰.

Mas não apenas no campo as mudanças se verificam. As cidades passaram a cumprir funções importantes no apoio às atividades produtivas, ganhando centralidade na rede urbana regional e no processo de acumulação capitalista. Porém, viram ampliados os problemas urbanos típicos do subdesenvolvimento. O município de Luís Eduardo Magalhães-BA, com seu rápido crescimento econômico e populacional, é um caso exemplar das transformações socioespaciais na região decorrentes do avanço do agronegócio de exportação. Nele, observamos tanto a acelerada urbanização com seus problemas congêneres, como a segregação espacial, quanto o crescimento da centralidade do município na rede urbana regional rivalizando com Barreiras-BA na oferta de serviços que extrapola seus limites administrativos.

¹⁰ Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/IBGE.

A região do MATOPIBA abarca 135 municípios do Maranhão, 33 do Piauí, 30 da Bahia e a totalidade dos 139 do Tocantins, onde residem 6.327.572 pessoas (estimativa do IBGE para 2016). Em 2010, 65,3% de sua população residia em área urbana, uma proporção abaixo da média brasileira (84,4%). Além de uma população urbana heterogênea, o contingente populacional é bastante diversificado e se divide entre indígenas, quilombolas, agricultores familiares e trabalhadores que mantêm secularmente um modo de vida tradicional, como quebradeiras de coco, geraizeiros e vazanteiros. Este grupo encontra-se ameaçado pelo avanço do agronegócio que impõe uma forma dominante (e única) de uso do solo e da água, muitas vezes incompatíveis com as atividades tradicionais e históricas de reprodução da vida no Cerrado para além das determinações do capital. Uma ameaça à diversidade regional, à riqueza cultural e ao meio-ambiente.

Segundo informa o sítio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, “estão dentro desta região 28 Terras Indígenas, 42 unidades de conservação ambiental, 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas”¹¹. Mas, como lembra a mesma matéria, nestes dados não se contabilizam os territórios dos

¹¹ MATOPIBA É TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/3492-matopiba-e-tema-de-audiencia-publica-no-senado>. Acesso em: 23 dez. 2018.

povos indígenas e quilombolas que estão em processo de reconhecimento, delimitação, demarcação ou titulação, o que indica a multiplicidade de interesses nessa região em torno do uso dos recursos naturais e de diferentes formas de reprodução da vida.

Por isso, não é possível afirmar que os interesses predominantes (ou majoritariamente predominantes) na região sejam os do agronegócio e dos grandes grupos empresariais (nacionais e internacionais) do setor que por ali atuam. Embora esses sejam a força hegemônica, que impôs ao Governo Federal a institucionalização do MATOPIBA e sejam detentores do poder que o capital lhes atribui, há uma miríade de outros grupos que lutam pela sobrevivência e que dependem da terra e da água para garantirem suas reproduções. Nenhuma política pública deve desconsiderá-los.

A definição do MATOPIBA como região de planejamento pelo Governo Federal faz com que este atribua a ela significado especial na estratégia de desenvolvimento dentro do PRCEEP. Restaria, diante disso, fazer alguns questionamentos: Planejamento para quem? Região para quê? Quem organiza a região? Qual o papel do setor público? Responder a essas indagações é a tarefa das passagens seguintes.

Região e planejamento

A definição de região e os processos de regionalização sempre foram temas controversos na Geografia e na Economia¹². Nesta, a temática regional e urbana, assim como as políticas territoriais, ganharam particular importância apenas nos pós Segunda Guerra Mundial, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, quando se consolidaram uma série de contribuições teóricas distintas, mas que apontavam para a necessidade de incorporação da dimensão espacial na análise socioeconômica e para a importância da ação do Estado sobre o território com objetivo de promover a justiça espacial, dado que o desenvolvimento econômico não ocorre em todos os lugares, sendo marcadamente seletivo.

No imediato pós Segunda Guerra, o aprimoramento das estatísticas econômicas¹³ possibilitou a percepção mais acurada da forma desigual como as atividades produtivas se distribuía no espaço, colocando em xeque a concepção predominante de tendência ao equilíbrio promovido pelas forças de mercado através da livre mobilidade dos fatores. Novas teorias indicavam o problema do desemprego como inerente às economias capitalistas e não apenas uma situação passageira que poderia ser corrigida pelas forças de mercado. O planejamento passou ser considerado uma necessidade

¹² Para uma sistematização do conceito de região na Geografia, ver Benzzi (2004). Para o papel do espaço na Teoria Econômica, ver Smolka (1983).

¹³ Nunes (1998) indica os anos entre 1940 e 1953 como os de construção do sistema de contas nacionais modernas.

para a superação do subdesenvolvimento e condição estratégica para as ex-colônias que se tornaram independentes com o fim da Segunda Guerra, pois elas deveriam, como Estados Nacionais, definir autonomamente seu futuro. Além disso, o rápido crescimento e a elevação à condição de potência econômica e militar da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sugeriam que os planos quinquenais poderiam ser aplicados em economias capitalistas, não sendo exclusividade das economias socialistas planificadas.

Portanto, o desenvolvimento das estatísticas econômicas, as novas teorias, a emergência de novos Estados Nacionais e as experiências de planejamento dos países do Leste Europeu constituíram as justificativas técnica, teórica, política e empírica para a intervenção estatal no território, por meio do planejamento; este, entendido como importante ferramenta para correção dos desequilíbrios em economias que funcionam abaixo do pleno emprego e com visíveis problemas de iniquidade espacial.

O Brasil não ficou imune a esse movimento. As Constituições de 1934 e 1946 apresentaram artigos vinculando recursos federais a serem aplicados na região Nordeste e na Amazônia. No entanto, é somente a partir da década de 1950 que as políticas territoriais foram integradas aos macroplanos de desenvolvimento econômico no Brasil (COSTA, 2001), especialmente após a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959) e com os governos militares (1964-1985).

Na década de 1970, sob a égide do Brasil potência e da visão geopolítica acerca a importância estratégica de integração nacional, intensificou-se a ação federal sobre o território, o que traria impacto direto no processo de adensamento e reorientação da ocupação do Cerrado brasileiro e da atual região do MATOPIBA. O Sistema de Crédito Rural (SCR), criado em 1965, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), constituída em 1971, forneceriam aportes financeiro e tecnológico para a transformação do Cerrado em bases modernas.

Diversos programas regionais foram criados na década de 1970, contribuindo decisivamente para as mudanças socioespaciais no Brasil e constituindo a base de seu modelo de inserção externa que se consolidaria no século XXI com a afirmação do PRCEEP, assentado na exportação de *commodities* de baixo valor agregado. Dentre aqueles, destacam-se: Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte/Nordeste - PROTERRA (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972); PROAGO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (1973); Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia – POLOAMAZÔNIA (1974); Programa de Desenvolvimento dos Cerrados POLOCENTRO - (1975); Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados - PRODECER (1979).

Como aponta Vezzali (2006):

na maioria dos casos o que se viu foi a criação de assentamentos para fixar mão de obra barata perto de fazendas. Incentivos fiscais e empréstimos facilitados para a ocupação das chamadas fronteiras agrícolas beneficiaram principalmente o estabelecimento das grandes propriedades para agricultura ou pecuária.(VEZZALI, 2006)

Exploração do trabalho, apropriação empresarial dos fundos públicos e controle privado da terra constituíram a base do modelo militar de ocupação dos novos espaços de valorização do capital.

O Estado determina suas ações a partir dos interesses hegemônicos que se impõem através da luta de classes na sociedade. A definição de uma região de planejamento, entendida como um espaço submetido a ação do ente público por meio de critérios normativos e institucionais definidores da intervenção estatal no território, é muito mais uma decisão política do que técnica e, normalmente, não respeita os determinantes espaciais da atividade econômica, da cultura e das identidades comunitárias inerentes e integradoras de uma região.

A região do MATOPIBA, criada por lei federal, segue essa lógica. O planejamento regional sempre se sustenta na retórica de intervenção com vistas à solução dos problemas sociais e econômicos, mas, historicamente, o que se viu (e se vê) no País é que nunca houve uma política de desenvolvimento regional, mas políticas de acumulação de capital nas regiões brasileiras. Foi assim com as superintendências de desenvolvimento regionais¹⁴ e com os

¹⁴ Além da SUDENE, já citada, registra-se: as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, (1966), de Desenvolvimento do

programas federais da década de 1970. A modernização dos grandes empreendimentos exportadores hegemonizaria uma forma de organização do território que dificultaria seu uso para outras possibilidades de reprodução da vida, como a das populações tradicionais e dos pequenos produtores que se veem ameaçados pela expansão do agronegócio internacionalizado.

O MATOPIBA é um projeto estratégico para este último nos marcos do PRCEEP, numa área definida como a derradeira fronteira agrícola do Brasil, portanto, com disponibilidade de terras e, principalmente, de água, recurso estratégico cuja ausência vem colocando dificuldades na exploração agropecuária em outras regiões do planeta. Não por acaso, observa-se processo de estrangeirização de terras na região que tem atraído interesse de investidores de outros países, especialmente os chineses. Concorda-se com Pitta, Cerdas e Mendonça (2018) e Frederico (2018) sobre a crescente financeirização e especulação com o preço das terras do MATOPIBA por parte dos investidores na região, sob a égide do capital financeiro. Porém, o acesso aos recursos hídricos no Cerrado, considerado a cumeeira da América do Sul¹⁵, é crucial para o

Centro-Oeste – SUDECO (1967) e de Desenvolvimento do Sul - SUDESUL (1967).

¹⁵ “O Cerrado é a cumeeira da América do Sul, distribuindo águas para as grandes bacias hidrográficas do continente. Isso ocorre porque na área de abrangência do Cerrado se situam três grandes aquíferos, responsáveis pela formação e alimentação dos grandes rios do continente: o aquífero Guarani, associado ao arenito Botucatu e a outras formações areníticas, mais antigas, que são responsáveis pelas águas que alimentam a bacia do Paraná. Os aquíferos Bambuí

controle da produção agrícola e da segurança alimentar de muitos dos países que buscam investir na região. Portanto, o controle sobre o uso do Cerrado não é uma questão econômica apenas, mas de soberania nacional e de modelo de desenvolvimento.

Um aspecto importante sobre a quem se destina a regionalização proposta e quem controla a região definida em lei encontra-se no formato do Comitê Gestor do MATOPIBA, previsto pelo Decreto 8.447/2015. Não há assento para representantes dos Ministérios do Trabalho e do Meio Ambiente. Isso numa região onde os conflitos entre capital e trabalho e a degradação ambiental são bastante conhecidos. Ainda que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) faça parte dele, a secretaria executiva do comitê gestor ficou a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(MAPA), muito mais próximo dos interesses do agronegócio globalizado e distante das demandas da agricultura familiar, dos pequenos produtores e dos grupos rurais tradicionais, público-alvo do MDA. Uma política direcionada para esse conjunto daria outro uso ao Cerrado, socialmente mais justo e ecologicamente mais sustentável.

e Urucuaia. O primeiro associado às formações geológicas do Grupo Bambuí e o segundo associado à formação arenítica Urucuaia, que em muitos locais está sobreposto ao Bambuí, há até o encontro dos dois aquíferos, apesar de existir entre os dois uma grande diferença de idade. Os aquíferos Bambuí e Urucuaia são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram a bacia do São Francisco, Tocantins, Araguaia e outras,” (BARBOSA, 2011, p. 14).

Por uma outra política de desenvolvimento regional no Brasil

Os recursos públicos sempre estiveram presentes no MATOPIBA, seja financiando a produção, seja investindo em infraestrutura. Além de todas as alternativas de acesso comum ao dinheiro público pelos investidores de qualquer parte do País, os produtores na região contam com o uso exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte(FNO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), além de outras fontes de recursos direcionadas para as duas regiões que são o alvo principal das políticas regionais no País.

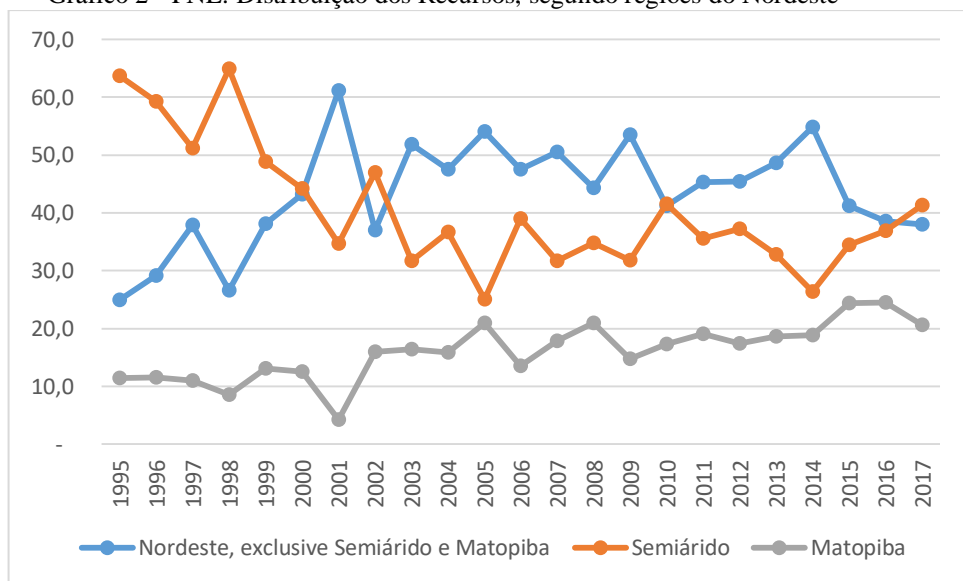
Em relação ao FNE, observa-se o crescimento da participação do MATOPIBA em relação à região do Semiárido e das demais áreas do Nordeste. Especificamente em relação aos financiamentos das atividades agrícolas nos Estados da Bahia e do Maranhão, predomina a concentração dos tomadores de recursos nas microrregiões sojicultoras de Barreiras-BA, Gerais de Balsas - MA e Chapada das Mangabeiras - MA.

Diversos trabalhos já apontaram para o caráter pró-mercado dos Fundos Constitucionais que financiam atividades dinâmicas nas regiões de maior dinamismo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste¹⁶. Financiam atividades que, a rigor, poderiam ter acesso a outras fontes de financiamento que não aquelas destinadas às políticas de

¹⁶ Ver, por exemplo, Macedo e Coelho (2016).

desenvolvimento regional. Essa massa de recursos poderia ser aplicada em atividades com maior dificuldade de enfrentamento das imposições do mercado, como aquelas praticadas pelas populações tradicionais do Cerrado, pela agricultura familiar e pela produção agroecológica que são intensivas em força de trabalho, portanto geradoras de emprego.

Gráfico 2 - FNE: Distribuição dos Recursos, segundo regiões do Nordeste



Fonte: MI. Elaboração do autor.

Não obstante, questões normativas, institucionais e operacionais dificultam essa possibilidade. Macedo e Coelho (2016) apresentaram um conjunto de sugestões para alteração dos Fundos Constitucionais que poderiam facilitar a alavancagem daquelas atividades e que passam ao largo dos mecanismos de financiamento da política de desenvolvimento regional no Brasil. Atividades que, a

despeito da baixa dotação de capital, são importantes porque geram emprego e renda para as populações locais mais pobres que ficam à margem do crescimento promovido pelas atividades de exportação que são poupadoras de trabalho.

Isso indica que outras formas de produção seriam viáveis se os recursos estivessem acessíveis a todos e não concentrado nos grandes produtores de diferentes setores da economia, sejam aqueles recursos destinados à política regional, sejam aqueles decorrentes das desonerações fiscais crescentes e que são apropriados por determinados segmentos da economia e da sociedade, sem promover contrapartida na órbita produtiva, como demonstra trabalho de Goularti (2019).

Todo modelo de desenvolvimento é uma escolha política (e não técnica) entre diferentes projetos de país. Do ponto de vista territorial, significa definir o tipo de uso e organização de uma região e qual papel que ela cumprirá na divisão do trabalho no país. Em última instância, significa determinar a forma como as frações de classes sociais em cada região reproduzirão suas vidas.

A PNDR, institucionalizada em 2007, definiu, em seus documentos e legislação oficial, o aproveitamento das diversidades territoriais e da riqueza sociocultural do país como ativos a serem aproveitados na formulação de políticas de desenvolvimento em todas as regiões do país. Seria em torno dessa diversidade que ela

deveria orbitar, legitimada pela participação e controle social. Como lembram Macedo e Porto (2018), a PNDR:

partiu da percepção histórica de que o processo de formação socioespacial no Brasil, desde a origem colonial, ocorreu a partir de relações de produção distintas em contextos ecológicos diferenciados que definiram a base de um país regionalmente diversificado em seus tipos populares e costumes, ainda que socialmente injusto, inclusive em sua dimensão territorial. (MACEDO; PORTO, 2018, p. 622)

A inserção externa brasileira, dentro do PRCEEP, vem impondo no MATOPIBA ,mas não apenas nele, uma forma de organização da produção agrícola que homogeneiza o uso do território para um único fim: a produção em larga escala direcionado para o mercado externo. Progressivamente, as outras formas de organização da produção vão desaparecendo e, junto com elas, as diversidades ecológica, cultural e produtiva que marcam a riqueza regional brasileira.

Como lembram Macedo e Porto (2018), estabelece-se uma contradição entre os propósitos da PNDR e a realidade da política econômica vigente. Esta, ao priorizar o tipo de inserção externa da economia brasileira, promove um modelo de crescimento que desvaloriza as particularidades regionais, desconsidera os interesses das populações locais e não reconhece como relevante suas atividades econômicas. Os autores levantam o seguinte questionamento:

Se a diversidade é um ativo que não apenas orienta a política como é seu ponto de partida, o texto [da PNDR] não apontou caminhos para superação de uma contradição que historicamente se faz presente nas políticas regionais, para a qual não faltam exemplos: como promover o desenvolvimento valorizando as particularidades

regionais se aquele, ao redefinir o uso e ocupação das regiões, modifica nestas suas ricas particularidades e imprimem-lhes padrões de consumo, de comportamento e novos costumes – orientados pelas imposições do mercado – que, progressivamente, reduzem suas especificidades, base de suas riquezas socioculturais?

As políticas territoriais, numa nação que se quer soberana, devem enfrentar as imposições da economia internacional, e promover políticas que respeitem sua diversidade regional e os interesses dos diferentes grupos que constituem uma região. Devem, portanto, pensar a organização do espaço regional para atender as demandas mais urgentes de seu povo. Pensar o planejamento do MATOPIBA, ou de qualquer região brasileira, deveria partir desta ideia.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, A. S. Cerrado: “dor fantasma” da biodiversidade brasileira. **IHUONLINE – Revista do Instituto Humanitas Uniso**, São Leopoldo, n. 382, p. 11-15, nov. 2011. Entrevista concedida a Thamiris Magalhães. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao382.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BEZZI, M. L. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil [19 jan. 2018]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. **Portaria n º 34, de 18 de janeiro de 2018.** Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/documents/10157/4408519/Portaria+34+de+18+de+janeiro+de+2018+Tipologia+PNDR.pdf/67a10e97-c524-444f-bf70-607008c7b74b>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto (Repensando a Geografia), 2001, 83 p.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio** – mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144 p.

CASTILHO, A. L. **Partido da Terra** – como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012, 239 p.

FREDERICO, S. **Território, Capital Financeiro e Agricultura Land Grabbing e Fronteira Agrícola no Brasil.** 2018. 261 f. Tese (Livre Docência). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2018.

GOMES JR., E. Aspectos da agricultura subdesenvolvida como crítica à tese da última fronteira: estudo sobre o Matopiba. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 351-371, jul./dez. 2015.

GOMES JR.; MACEDO, F. C.; ARUTO, P. C. Território, dependência e luta de classes no Brasil. In: MACEDO, R. F.; NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, P. A. (org.). **Movimentos sociais e crises contemporâneas.** v. 3. Marília: Lutas anticapital, 2018, p. 89-123.

GOULARTI, J. G. **A trajetória da política fiscal de desoneração no Brasil:** da reforma tributária de 1966 à crise econômica de 2018.

2019. 271 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. 302 f. Tese (Livre-Docência). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MACEDO, F. C. Notas sobre as políticas de desenvolvimento regional segundo as Constituições Federais do Brasil e o papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento pós-1988. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 2 (1), p. 19-47, 2014.

MACEDO, F. C.; COELHO, V. L. P. A Política Regional de Desenvolvimento Regional – PNDR e os Fundos Constitucionais de Financiamento. *In*: ETGES, V. E.; CADONÁ, M. A. (org.). **Globalização em tempos de regionalização** – Repercussões no território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016, p. 318-346.

MACEDO, F. C.; PORTO, L. Existe uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14 (ed. especial), p. 605-631, jan. 2018.

MARINI, R. M [1973]. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002, 154 p.

NUNES, E. P. **Sistema de Contas Nacionais**: a gênese das Contas Nacionais Moderna e a evolução das Contas Nacionais no Brasil. 1998. 302 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: OSORIO, J. et. Al (org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. –37-86.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In*: OSORIO, J. et. Al (org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012b, p. 103-133.

PITTA, F. T.; CERDAS, G.; MENDONÇA, M. L. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo; Editora Outras Expressões, 2018, 66 p.. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/MATOPIBA.pdf>> Acesso em: 22 dez. 2018.

PORCIONATO, G. L.; CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Pereira. **Texto para discussão**. n. 2387. Brasília; Rio de Janeiro, IPEA, 2018. 70 p.

SMOLKA, M. O. O espaço do espaço na teoria econômica. **Literatura Econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 5(6): 705-28, nov./dez, 1983.

VEZZALI, F. Especial Latifúndio – Concentração de terra na mão de poucos custa caro ao Brasil. **Repórter Brasil**, 11 jul. 2006. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-car-ao-brasil/>>. Acesso em: 22 dez. 2018.



Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

PROFA. DRA. MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES

Professora de Geografia no Curso de Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tem publicado nestes temas, principalmente sobre reforma agrária, desenvolvimento rural, movimentos sociais e campesinato.

EXPANSÃO AGROPECUÁRIA E A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TERRAS NOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

Este texto analisa a atual expansão do agronegócio em terras dos cerrados do Centro-Norte, com atenção para o papel do Estado como seu agente promotor e para os conteúdos socioecológicos e econômicos deste processo. Desta forma, pretende-se contribuir para o amplo debate em curso na academia e na sociedade sobre os importantes dilemas e conflitos da região.

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL ¹⁷

Entende-se o agronegócio como mais do que um conjunto de cadeias produtivas envolvendo a grande propriedade fundiária e o capital monopolista agroindustrial. Concordamos com Delgado (2012, p. 91-93), quando ele afirma que o agronegócio se trata de um pacto de economia política que reúne essas classes sociais sob a concertação do Estado, por meio de sua política econômica e financeira, para a captura do lucro e da renda fundiária.

Os cerrados do Centro-Norte se estendem por áreas dos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins e vêm se configurando como uma região a partir da relação entre processos socioecológicos e econômicos do passado e do presente, e da geografia por eles criada, destacando-se a importância dos novos nexos aí estabelecidos a partir do avanço do agronegócio.¹⁸ Ela tem sido identificada por muitos

¹⁷ Esse texto apresenta alguns resultados parciais da pesquisa desenvolvida com o apoio da Universidade de São Paulo por meio do Programa Unificado de Bolsas de Estudo para apoio e Formação de Estudantes de Graduação - Edital 2018-2019 e que conta com a participação das graduandas Maria de Fátima G. Rodrigues e Valéria Magalhães Frajuca. Ele é uma versão revisada do trabalho apresentado na mesa “A geografia humana no contexto do Matopiba”, do evento “Encontro de Pesquisa – “Mapeamento das Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na Região dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Um Estudo Quantitativo e Qualitativo”, realizado na Unicamp no dia 22 de novembro de 2018.

¹⁸ Essa concepção de região se inspira na formulação de ALVES (2015, p. 14-15) e busca complementá-la com uma maior atenção para a dimensão ecológica.

como a “nova fronteira agrícola do país” e, a partir de 2015, passou a ser oficialmente delimitada e reconhecida como a região geoeconômica do MATOPIBA.¹⁹ Trata-se de uma região que se destaca nas últimas décadas por apresentar um aumento significativo da produção de *commodities*(soja, milho, cana, eucalipto e gado), em detrimento das atividades agroextrativistas desenvolvidas por povos indígenas, quilombolas e camponeses.

Do ponto de vista do Estado e do Capital, as “fronteiras agrícolas” são concebidas como novas áreas de produção que vêm sendo desbravadas e ocupadas produtivamente, “espaços ou ‘vazios’ econômicos” bem-dotados de terras e recursos naturais em condições de ociosidade a serem integrados à economia nacional por meio da expansão da moderna agricultura capitalista e seus negócios. Mas, na realidade, exatamente por não se tratarem de espaços vazios, a expansão do agronegócio e dos processos correlatos de concentração de terras e acumulação do capital acarreta na expropriação de povos e comunidades camponesas e na subordinação ou destruição de seus modos de vida e territórios, com a imposição de uma sociabilidade excludente que se materializa em um espaço extremamente desigual. Assim, em contraposição à visão

¹⁹ Embora se reconheça as diferenças conceituais e metodológicas existentes entre as duas regionalizações, dos cerrados do Centro-Norte e de MATOPIBA, estas duas denominações se reportam em linhas gerais à mesma área e serão utilizadas como sinônimo neste texto. MATOPIBA é um acrônimo formado com as iniciais dos quatro Estados, cuja parte ou a totalidade de suas áreas, compõem, a região: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

hegemônica, entende-se fronteira como o lugar do encontro com o outro, o diferente, e o lugar do conflito. Quando e onde a expansão do capital encontra outros modos de organizar e reproduzir a vida, estabelece-se uma situação de fronteira, resultando num movimento complexo, que, com frequência, implica a contemporaneidade e coexistência conflituosa de diferentes temporalidades e concepções de destino ou projetos históricos (MARTINS, 1997).

Neste texto, o esforço de compreensão do movimento de expansão do agronegócio nas terras dos cerrados do Centro-Norte, numa perspectiva geográfica, abordará a relação entre sociedade e natureza e suas transformações com base nos conceitos de espaço e tempo concretos. Se o tempo remete à ideia de sucessão, isso não deve ser compreendido como sinônimo de linearidade, pois ele também se reporta à diversidade de ritmos e relações que podem resultar em múltiplas temporalidades. O espaço concreto, por sua vez, difere do conceito de espaço abstrato, que é entendido, sobretudo, como extensão e localização, e dá suporte à noção de propriedade privada e à prática econômica capitalista em geral. Ele pode ser compreendido como uma produção resultante do encontro de relações e processos sociais estabelecidos com e baseados na materialidade, ou seja, a produção do espaço concreto não pode ser compreendida em separado do processo de mobilização e intercâmbio com a natureza. E, como essa produção implica sempre

relações de poder, o espaço concreto é continuamente definido em meio a processos de territorialização.

O texto a seguir se encontra dividido em seis partes: (1) O papel do Estado na promoção do agronegócio na região; (2) Os cerrados do Centro-Norte: espaço vazio a ser apropriado e devastado?; (3) O “sucesso” da agricultura industrial, mudanças no uso e na propriedade da terra; (4) A expansão da soja, desmatamento e uso insustentável da água; (5) População, trabalho e política sob a expansão do agronegócio e (6) Considerações finais.

1. O papel do Estado na promoção do agronegócio na região

O Estado desempenha um papel central para promover e viabilizar a expansão do agronegócio no Brasil. Dentre as suas ações neste sentido, destacam-se as políticas voltadas para a “modernização da agricultura”, que foram responsáveis pela difusão sustentada do modelo de agricultura industrial e de suas cadeias produtivas. O financiamento da pesquisa agropecuária com recursos públicos, bem como a sua realização por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foi fundamental para o desenvolvimento de variedades adaptadas às condições do Cerrado. O Estado também tem realizado investimentos em infraestrutura com vistas a assegurar as condições físicas necessárias para essa expansão.

Desde meados dos anos 1980, os cerrados do Centro-Norte têm recebido diretamente investimentos em pesquisa e infraestrutura

para o estabelecimento de uma agricultura de base industrial na região. Neste sentido, merece destaque o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), que teve um papel importante no sentido do desenvolvimento de técnicas adaptadas para a produção de grãos, em especial a soja, milho e arroz, considerando as condições edafoclimáticas da área.²⁰ Em 1985, o Prodecer criou dois projetos de colonização no oeste da Bahia, nos municípios de Barreiras e Formosa do Rio Preto, e em 1995, mais dois projetos na região Centro-Norte, um em Gerais de Balsas, no Maranhão, e outro em Pedro Afonso, em Tocantins (MAPA e JICA, 2002):

A execução do PRODECER, para a Bahia, no início da ocupação dos seus cerrados na década de 1980, o apoio das estruturas de crédito montadas principalmente, no caso da Bahia, pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia – DESENBANCO, possibilitou o incentivo para a ocupação dos espaços de seus cerrados, assim como deixou um legado de endividamento de produtores com o sistema financeiro. Para os estados do Maranhão e Piauí, o Programa Corredor de Exportação Norte (PCNE) e as condições apresentadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) também foram de grande importância. (SANTOS, 2018, p. 583-584)

Mais recentemente, foram realizados investimentos em infraestrutura pelo Estado, que resultaram na integração do Corredor

²⁰ O Prodecer foi implantado em três fases. O Prodecer I teve início em 1979 e se deu com a implantação de quatro projetos de colonização no estado de Minas Gerais. O Prodecer II, iniciado em 1985, criou 15 projetos distribuídos pelos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Prodecer III iniciou-se em 1995 e atingiu os Estados do Maranhão e do Tocantins.

Centro-Oeste com as regiões Norte e Nordeste, contribuindo para a expansão da produção de grãos nos cerrados. Na última década, esses investimentos deram origem ao Corredor Centro-Norte, conectando os Estados do Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia e Pará, e viabilizando o escoamento da produção para exportação. Além da hidrovia Tocantins-Araguaia, o Corredor Centro-Norte também se vale dos seguintes eixos de transporte: Estrada de Ferro Norte-Sul, Estrada de Ferro Carajás, Ferrovia Transnordestina, Porto de Itaqui em São Luís -MA, bem como de estradas federais e estaduais. (BRANCO et al, 2011).

Seguindo o oeste baiano, o sul maranhense se tornou um grande produtor de soja, tendo o município de Balsas como o seu principal produtor. O município de Porto Franco, também no sul do Maranhão, situa-se numa área de confluência da rodovia Belém-Brasília (BR-010) com a ferrovia Norte-Sul (FNS), com saída para o Porto de Itaqui - MA, onde estão instaladas grandes empresas de processamento de grãos, sobretudo soja, como a Bunge Alimentos, Cargill, Ceagro, Multigrain e Algar Agro. (ALVES E ROLIM, 2015).

Em 2015, durante o Governo Dilma, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MatopibaMATOPIBA (PDA-Matopiba), com a “finalidade de promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da

qualidade de vida da população”.²¹ A **grande desigualdade social encontrada na região** é apresentada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (**GITE**) da **Embrapa, responsável pela elaboração do Plano**, como questão a ser enfrentada:

Entre as pesquisas da Embrapa sobre o Matopiba, Gite (2015) aponta para além do desenvolvimento agropecuário. Segundo o estudo, do total de estabelecimentos agrícolas da região, 80% são muito pobres, produzindo apenas 5,22% da renda bruta do Matopiba, com presença em todos os municípios da região. Por outro lado, apenas 0,42% dos estabelecimentos são da classe rica, aproximadamente 1.020 propriedades, gerando renda bruta mensal maior que duzentos salários mínimos. Esses dados mostram a enorme concentração de renda da região. (GITE, 2015 apud IPEA, 2018, p. 14)

A preocupação expressada com o problema da concentração de renda parece ser apenas uma questão de retórica, uma vez que as políticas propostas visavam, sobretudo, o desenvolvimento de uma agricultura capitalista baseada no latifúndio. Na verdade, trata-se de um Plano para proporcionar apoio técnico-financeiro a grandes projetos de infraestrutura na região como portos, ferrovias, hidroelétricas, barragens e, principalmente, para a expansão de cadeias agroindustriais como as da soja e do eucalipto.

A área delimitada para a implementação do PDA-Matopiba possui uma população de cerca de seis milhões de habitantes, abrange uma área de 73 milhões de hectares (sendo 66 milhões no bioma Cerrado) e inclui 337 municípios nos Estados do Maranhão,

²¹ Conforme decreto 8.447 de 06 de maio de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm,. Acesso em: 20 abr. 2018.

Tocantins, Piauí e Bahia.²² Ela possui 90% de sua área coberta pelo bioma Cerrado, o que representa um terço deste bioma no país²³, e conta com pequenos trechos de Caatinga e Amazônia. Ainda abriga 28 Terras Indígenas, 46 unidades de conservação ambiental (ocupando cerca de 12% da área total), 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas. Nestes dados, não estão contabilizados os territórios dos povos indígenas e quilombolas que estão em processo de reconhecimento, delimitação, demarcação ou titulação (CPT, 2016 e IPEA, 2018).

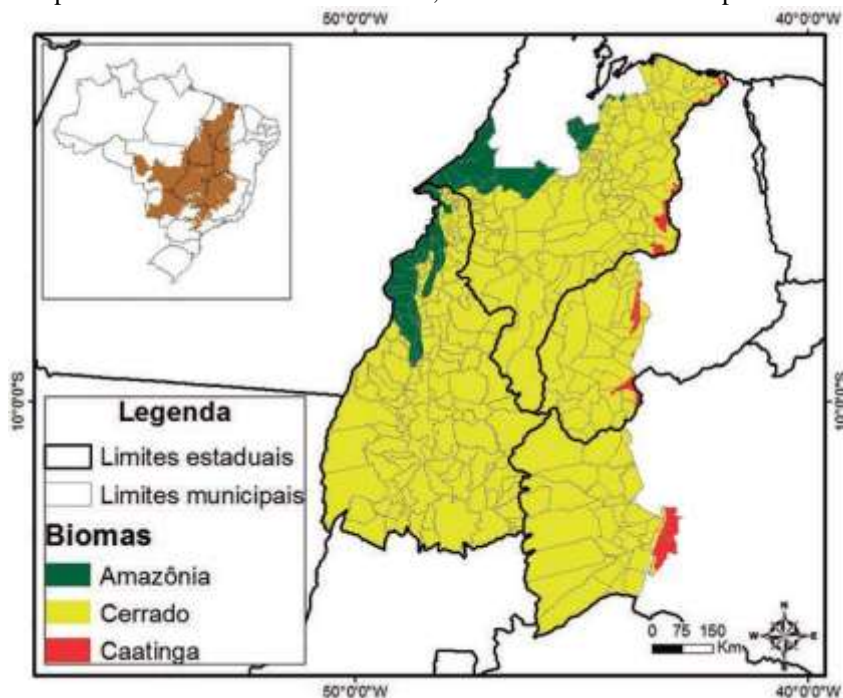
Porém, o Governo Temer determinou a extinção do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do Matopiba em de 19 de outubro de 2016, alegando a necessidade de contenção dos gastos públicos. De acordo com o decreto de extinção, os investimentos projetados pelo projeto não estariam dentro dos padrões econômicos do atual momento do País. Mas, ao que tudo indica, a paralisação dos investimentos no MATOPIBA se deve, sobretudo, a razões políticas: três

²² De acordo com a Portaria nº. 244 de 12 de novembro de 2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

²³ O bioma Cerrado, segundo o Mapa dos Biomas Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2004, possui 2.036.448 km² de extensão e ocupa cerca de 24% do território brasileiro, abrangendo os Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná e São Paulo. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em: 17 nov. 2018.

dos Estados que compõem o seu território são governados por aliados da ex-presidente Dilma Rousseff.²⁴

Mapa 1 – MATOPIBA: área de estudo, limites estaduais e municipais e biomas



Fonte: Embrapa, 2015 e IBGE, 2016a apud IPEA, 2017, p. 12.

2. Os cerrados do Centro-Norte: espaço vazio a ser apropriado e devastado?

Para compreender melhor a direção e o significado das mudanças em curso na região dos cerrados do Centro-Norte, é

²⁴ Ver reportagem “Governo Federal extingue Departamento de Desenvolvimento do Mato-piba” em Cidade Verde, 6 out. 2016. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/231407/governo-federal-extingue-departamento-de-desenvolvimento-do-matopiba>, .Acesso em: 20 out. 2018.

preciso evidenciar os prévios conteúdos naturais, sociais e econômicos deste espaço e desconstruir a sua representação como um vazio, onde a natureza não é merecedora de nossos cuidados e preocupações com a sua preservação. O pensamento de que o oeste brasileiro, área de domínio dos cerrados, deve ser ocupado, povoado, civilizado, desenvolvido e, se necessário, devastado enquanto não se descobre um meio de explorar a Amazônia de forma racional, evidencia a permanência da perspectiva colonial nas ações empreendidas visando promover a expansão da agricultura capitalista neste espaço.

O trabalho “O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais” de Mazzetto Silva (2009) nos apresenta, de forma bastante rica, a história do bioma Cerrado. Segundo ele, no Pleistoceno, os Cerrados dominavam onde hoje está a Floresta Amazônica e já ocupavam importantes extensões do Brasil Central, mas foi com as mudanças climáticas observadas no Holoceno que as florestas avançam sobre os Cerrados e estes sobre as áreas de Caatinga, observando-se a tropicalização do Brasil.²⁵ Hoje, os cerrados brasileiros são uma fisionomia de savana única e representam cerca de 5% da biodiversidade planetária. (MAZZETTO SILVA, 2009, p. 22)

²⁵ O período Quaternário, da Era Cenozóica, se divide em duas épocas: o Pleistoceno e o Holoceno. O primeiro se estende entre 2,5 milhões e 11,7 mil anos atrás e o segundo, o sucede e se prolonga até o presente, sendo o tempo em que ocorre o desenvolvimento da humanidade.

Conforme a classificação de Ab’Saber (2003), o Brasil abriga seis grandes “formações paisagísticas e macroecológicas”, ou “domínios morfoclimáticos e fitogeográficos”, dentre os quais se inclui o “domínio dos chapadões recobertos por cerrados e penetrados por florestas-galerias”.²⁶ “Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo.” (AB’SABER, 2003, p. 11 apud MAZZETTO SILVA, 2009, p. 20). Apesar de sua relativa homogeneidade, os domínios apresentam uma diversidade de ecossistemas de acordo com as características do relevo, solo, disponibilidade de água, entre outros.

A localização central do domínio dos chapadões recobertos por Cerrados e seus solos profundos, geologicamente velhos e permeáveis, fazem dessa unidade paisagística a “verdadeira caixa d’água do território brasileiro”, que funciona “como uma esponja absorvedora de água” que alimenta o lençol freático. (MAZZETTO SILVA, 2009, p. 40 e 43). Assim são formados e alimentados três dos maiores aquíferos do mundo: Guarani, Urucuia e Bambuí. A função de caixa d’água também está relacionada à fisiologia e ecologia da vegetação dos cerrados, que apresenta baixa

²⁶ Em seu trabalho, Mazzetto Silva (2009, p. 21) entende que “(...) o bioma Cerrado é o conjunto vegetacional que predomina no (e caracteriza) domínio morfoclimático e fitogeográfico dos chapadões recobertos de Cerrado.”

transpiração, além de baixa produção de biomassa e consequentemente baixo consumo de água.

O domínio dos cerrados se caracteriza por um clima tropical chuvoso, marcado por invernos secos e verões chuvosos - com chuvas concentradas de outubro a março e média anual de precipitação em torno de 1.500 mm (variando de 750 mm a 2.000 mm). No mês mais frio, a temperatura média é superior a 18° C. “O contraste entre as superfícies mais baixas (inferiores a 300 m), as longas chapadas (entre 900 m e 1600 m) e a extensa distribuição em latitude conferem ao Cerrado uma diversificação térmica bastante grande.” (RIBEIRO e WALTER, 1998 apud MAZZETTO SILVA, 2009, p. 24).

As áreas de chapada sob o bioma dos cerrados são comumente identificadas pela ciência da agronomia como possuidoras de solos pobres. No entanto, como destaca Mazzetto Silva (2009):

Certamente, esta definição tem a ver com as exigências das principais culturas alimentares do mundo, que não são iguais, por exemplo, às das plantas frutíferas do Cerrado como pequi, buriti, araticum, mangaba, cagaita, cajuzinho, bacuri etc., que são ricas em nutrientes e sempre fizeram parte da dieta dos povos do Cerrado. Essas plantas nascem, crescem e produzem, com um nível razoável de fartura, em condições chamadas por essa agronomia de *baixa fertilidade* e *alta acidez* dos solos, inclusive com níveis de alumínio considerados tóxicos. *Isso demonstra um processo histórico de adaptação (inclusive ao fogo) que relativiza esses conceitos um tanto reducionistas do que seja riqueza ou pobreza. Esses solos, teoricamente pobres, sustentam uma das maiores e mais ricas biodiversidades do planeta.* (MAZZETTO SILVA, 2009, p. 28, grifos do autor).

A mais antiga ocupação do Cerrado data cerca de 11 mil anos, de acordo com estudos arqueológicos, o que indica um longo período

de convivência, adaptação e coevolução entre grupos humanos e a natureza. Pesquisas registram a existência de práticas desenvolvidas por povos indígenas que revelam o legado dessa longa convivência, como: o uso do fogo no manejo de áreas do Cerrado; o plantio de roças com alto nível de agrobiodiversidade, com muitas espécies de plantas e muitas variedades de mandioca, batata, dentre outras; a existência de campos de Cerrado “adensados”, onde se encontra um grande número de espécies plantadas que possuem usos como: medicinal, atrativo para caça, alimento, lenha, adubo, sombra etc. (MAZZETTO SILVA, 2009, p. 53)

Grande parte desse conhecimento tem sido mantido pelos povos indígenas que restaram na área e foi transmitido para a população que aí se instalou, constituindo a cultura sertaneja:

Esse *patrimônio cultural sertanejo* (...) foi absorvido, de uma forma ou de outra, pelos dois principais protagonistas do período moderno-colonial de ocupação do sertão: o latifúndio do gado e as comunidades camponesas. Estas últimas, em função da necessidade e de uma relação menos mercantil com os Cerrados (sistemas baseados na subsistência), conseguiram manter e talvez ampliar o conhecimento indígena de uso de plantas e animais do Cerrado, conservando e ao mesmo tempo recriando as práticas extrativistas oriundas dos povos originários. Diversos modos de apropriação camponesa da natureza foram sendo criados e recriados ao longo dos séculos, forjando identidades camponesas também diferenciadas no âmbito do Cerrado (MAZZETTO SILVA, 2009, p. 56, grifos do autor).

A longa trajetória histórica de ocupação humana da área resultou numa rica sociobiodiversidade expressa nos territórios de povos indígenas, quilombolas e grupos camponeses como

geraizenses (Gerais de Balsas, MA), camponeses dos vãos (sul do MA), quebradeiras de coco (Zona dos cocais de MA, PI e TO) etc.

3. O “sucesso” da agricultura industrial, mudanças no uso e na propriedade da terra

A expansão da produção de *commodities* agrícolas se realiza com a imposição de um modelo produtivo baseado em grandes extensões de área plantada com monoculturas (embora, em muitos casos, no sistema de rotação de culturas) e em investimentos intensivos em capital para a aquisição de sementes, agrotóxicos, equipamentos e máquinas diversas, com elevado consumo de energia fóssil e de água, e baixo emprego de mão-de-obra. Trata-se de uma produção crescentemente implicada em circuitos globais, no âmbito financeiro e comercial, extremamente dependente de diversas formas de regulação do Estado (em suas faces política e jurídica) e da captura de recursos públicos (financeiros, técnicos, naturais) em nível nacional, mas também estadual e local.

Tendo em vista estas características, pode-se dizer que os seguintes fatores tornaram a região dos cerrados do Centro-Norte particularmente atrativa para a expansão do agronegócio: (a) baixo preço das terras; (b) grandes extensões de terras planas ou suavemente onduladas das chapadas e chapadões, mais propícias ao emprego de máquinas; (c) elevada produtividade biológica característica de zonas tropicais; (d) relativamente boa distribuição

de chuvas e grande disponibilidade de água a ser mobilizada por sistemas de irrigação; (e) infraestrutura logística instalada e em processo de ampliação; (f) disponibilidade de técnicas apropriadas para o desenvolvimento de uma agricultura de base industrial neste domínio morfoclimático; (g) existência de subsídios e apoios financeiros governamentais.

As novas técnicas de produção que foram desenvolvidas no âmbito de instituições públicas de pesquisa permitiram a obtenção de elevados ganhos de produtividade nas grandes lavouras comerciais da região, em especial a soja – de longe, a principal cultura em termos de área e volume produzido. Segundo dados da Série Histórica das Safras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)²⁷, a produção de soja obtida na safra 2017/18, nos estados em que se insere a região do MATOPIBA, correspondeu a cerca de 12,5% da produção nacional, equivalente a 119.281,7 toneladas.

Nas tabelas a seguir, serão apresentados dados agrupados no nível dos Estados em que se insere a região do MATOPIBA devido à dificuldade de acesso a alguns dados no nível municipal²⁸, o que permitiria contabilizar de forma mais precisa os dados referentes à região. Optou-se por esse recurso como meio de permitir uma análise

²⁷ Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=20>. Acesso em 8 mar. 2019.

²⁸ A Conab não disponibiliza dados municipais para a Série Histórica das Safras e o IBGE não disponibiliza em seu site dados do Censo Agro de 1985 no nível municipal para as características aqui enfocadas.

por aproximação da realidade estudada, o que pode apresentar maior acuidade no caso dos dados em que a região apresenta participação mais expressiva, como acontece com a produção de soja.

Tabela 1 - Área colhida, produção e produtividade da Soja, nos Estados do TO, MA, PI e BA, em 1987/88 e 2017/18

Estado	Área (mil ha)		Produção (mil ton)		Produtividade (kg/ha)	
	1987/88	2017/18	1987/88	2017/18	1987/88	2017/18
Tocantins	28,0	988,1	47,0	3.097,7	1.679	3.135
Maranhão	16,2	951,5	29,2	2.973,4	1.802	3.125
Piauí	00,2	710,5	00,2	2.538,6	1.000	3.573
Bahia	228,0	1.599,3	342,0	6.333,2	1.500	3.960
Total e Média	272,4	4.249,4	418,4	14.942,9	1.495	3.448

Fonte: CONAB - Série Histórica das Safras. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=20>. Acesso em 8 mar. 2019.

Como se pode ver na Tabela 1, no intervalo de 30 anos, ou seja, entre as safras de 1987/88 e 2017/18, observaram-se as seguintes mudanças em relação ao cultivo da soja nos estados cujas áreas compõem os estados onde está a região estudada: a área plantada aumentou cerca de 15,5 vezes, passando de 272,4 para 4.249,4 mil ha; a produção cresceu 35,7 vezes, saltando de 418,4 para 14.942,9 toneladas e a produtividade praticamente dobrou, alcançando a média de 3.448 kg/ha em 2017/18, acima da média nacional para o período, que foi de 3.394 kg/ha.

O aumento da área plantada com *commodities*, especialmente com a soja, ocorre ao mesmo tempo em que se observa a redução das

áreas com culturas alimentares (como o feijão, o arroz e a mandioca) e do total da área de pastagens, conforme indicado nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Área colhida com lavouras de Arroz, Feijão, Mandioca e Soja nos estados do TO, MA, PI e BA em 1985 e 2017

Unidade da Federação	Área colhida (ha) por Ano x Tipo de produção vegetal – arroz, feijão, mandioca e soja			
	1985			
	arroz em casca	feijão em grão	mandioca	soja em grão
Tocantins	323234	18655	12244	27140
Maranhão	636219	85287	148736	7169
Piauí	161961	219575	39979	221
Bahia	64191	1025489	294201	51832
Total	1185605	1349006	495160	86362

	2017			
	arroz em casca	feijão em grão	mandioca	soja em grão
Tocantins	100750	26992	8633	681050
Maranhão	84730	37825	45765	669125
Piauí	36647	26208	16800	678652
Bahia	682	264821	82193	1529433
Total	222809	355846	153391	3558260

	Variação 1985/2017			
	arroz em casca	feijão em grão	mandioca	soja em grão
Tocantins	-222484	8337	-3611	653910
Maranhão	-551489	-47462	-102971	661956
Piauí	-125314	-193367	-23179	678431
Bahia	-63509	-760668	-212008	1477601
Total	-962796	-993160	-341769	3471898

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1985 e 2017.

Tabela 3 - Área colhida com Pastagens nos estados do TO, MA, PI e BA em 1985 e 2017

Unidade da Federação	Área colhida (ha) por Ano x Tipo de produção vegetal - pastagens*		
	1985		
	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Total das Pastagens
Tocantins	7.353.321	3.297.579	10.650.900
Maranhão	2.656.273	2.790.290	5.446.563
Piauí	3.189.138	360.946	3.550.084
Bahia	8.224.059	6.779.801	15.003.860
Total	21.422.791	13.228.616	34.651.407

	2017		
	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Total das Pastagens
Tocantins	2.379.039	6.019.023	8.398.062
Maranhão	1.057.114	4.645.134	5.702.248
Piauí	1.297.610	842.586	2.140.196
Bahia	4.293.977	7.538.832	11.832.809
Total	9.027.740	19.045.575	28.073.315

	Variação 1985/2017		
	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Total das Pastagens
Tocantins	-4.974.282	2.721.444	-2.252.838
Maranhão	-1.599.159	1.854.844	255.685
Piauí	-1.891.528	481.640	-1.409.888
Bahia	-3.930.082	759.031	-3.171.051
Total	-12.395.051	5.816.959	-6.578.092

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1985 e 2017.

* A variável “Pastagens Plantadas”, do Censo Agro de 1985, foi desmembrada em duas variáveis no Censo de 2017, sendo elas: “Pastagens plantadas em boas condições” e “Pastagens plantadas em más condições”. Os dados constantes nesta tabela para “Pastagens Plantadas” em 2017 são relativos à soma das duas variáveis citadas acima.

É importante destacar que a menor área total de pastagens, observada na Tabela 3, se deve à diminuição expressiva das áreas com pastagem natural, uma vez que se verificou o aumento das pastagens plantadas em todos os Estados no período de 1985/2017. Somente o Estado do Maranhão apresentou variação positiva de 255.685 ha de área total de pastagens no período. Tal mudança na área de pastagens parece estar relacionada a um movimento de realocação do rebanho bovino, pois foi acompanhada pelo aumento do mesmo nos Estados do Tocantins e do Maranhão, onde cresceu 75% e 67% respectivamente, enquanto houve uma queda de 10% no número de bovinos no Piauí e de 12%, na Bahia. Verificou-se, ainda, o crescimento do rebanho de ovinos nos quatro Estados no referido período. (IBGE - Censo Agropecuário, 1985 e 2017)

Além dos fatores de atração regionais acima mencionados, outros, de caráter mais conjuntural, contribuíram para dinamizar a economia do agronegócio no Brasil de uma maneira geral nas duas últimas décadas e, desta forma, também para atrair novos investimentos para a região em foco: (a) a retomada do pacto de economia política entre a grande propriedade fundiária, o grande capital agroindustrial e o Estado apoiada no relançamento do crédito rural fortemente dependente de fundos públicos a partir do ano 2000, dentre outras políticas de apoio ao agronegócio (DELGADO, 2012)²⁹;

²⁹ Ao longo da década dos anos 2000, o volume de crédito concedido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) mais do que dobrou. (DELGADO, 2012, p. 104)

e (b) o longo período de alta do preço das *commodities* no mercado mundial entre 2000 e 2014, e o fortalecimento de importantes cadeias agroindustriais como as de soja, carnes, produtos da silvicultura, do setor sucroenergético, voltadas para a exportação.

O crescimento das exportações ocorreu no contexto de uma economia mundializada sob o domínio do capital financeiro e foi acompanhado por um intenso processo de concentração e centralização de capitais, por meio de fusões e aquisições, que resultaram na consolidação de grandes empresas transnacionais no interior destas cadeias. Esse processo tem forte impacto no mercado de fundiário rural, que, a partir do ano 2000, registrou um aumento significativo do preço das terras em todas as regiões do país.

Tabela 4 - Variação do preço médio das terras rurais por região e no país entre 2005 e 2015*

Região	Preço (R\$/ha)			Crescimento (%)		
	Jul/ago 2005	Jun 2010	Mai/jun 2015	2005-2010	2010-2015	2005-2015
Centro-oeste	3.975,50	4.926,66	9.318	0,24	0,89	1,34
Nordeste	2.273,20	2.849,38	4.466	0,25	0,57	0,96
Norte	1.691,89	2.008,58	3.747	0,19	0,87	1,21
Sudeste	9.542,24	10.964,76	15.845	0,15	0,45	0,66
Sul	10.312,69	13.551,74	21.117	0,31	0,56	1,05
Brasil	5.296,04	6.479,12	10.281	0,22	0,59	0,94

Fonte: Informa Economics FNP, jun. 2015, apud Agriannual 2016, p.33; AgraFNP, jun. 2010, apud Agriannual 2011, p. 50; Instituto FNP, apud Agriannual 2006, p. 51.

*Valores corrigidos pelo IGP-M (FGV), tomando como base a data de junho de 2015.

** Os dados acima foram levantados pela Informa Economics IEG/FNP³⁰, com base em metodologia própria desenvolvida para monitorar o mercado de terras no

³⁰ A Informa Economics IEG/FNP é uma empresa de origem internacional, especializada no levantamento de informações e consultoria voltados para investimentos em agricultura e pecuária. A sua atuação no mercado brasileiro

Brasil, que se apoia na delimitação de 133 regiões agrícolas, a partir de suas características físicas e econômicas.

A Tabela 4 evidencia um maior aumento do preço das terras nas regiões Norte e Centro-Oeste no período de 2005-2015. A elevada precificação das terras na região Norte está relacionada à expansão da pecuária e do cultivo de soja e tem atraído a atenção de investidores nacionais e estrangeiros. Tendo em vista as crescentes pressões do mercado internacional e de organizações ambientalistas contrárias ao desmatamento da Floresta Amazônica e preocupadas com o aquecimento global,³¹ ³² as regiões onde predomina o bioma do Cerrado têm sido preferidas por muitos investidores por possuírem “terras brutas” de “mais fácil transformação”.³³ Desta forma, também se observa uma forte elevação do preço das terras em áreas dos

revela a importância dessas atividades econômicas e o poder de atração que exercem sobre os capitais nacionais e internacionais.

³¹ Em resposta a essas pressões, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) estabeleceram um acordo e se comprometeram a não comercializar ou financiar soja oriunda de áreas desmatadas na Amazônia Legal após junho de 2006. Com a publicação da Lei 12.651/12, o novo Código Florestal, essa data foi alterada para julho de 2008, ano de adesão do governo federal ao compromisso setorial. (Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2792>. Acesso em 19 abr. 2018)

³² Outra reação do Agronegócio à problemática da mudança climática são as iniciativas, no sentido de construir uma interpretação alternativa dos fatos, como destaca a reportagem da Folha de São Paulo de Patricia Campos Mello e Avenir Prado “Agronegócio banca palestras de cético sobre mudança climática para ruralistas no Matopiba”, 22 maio 2018.

³³ Essas expressões que aparecem entre aspas são muito frequentes entre aqueles que realizam negócios com a terra hoje, sendo encontradas em documentos empresariais e estudos de consultoria do setor, o que evidencia a atualidade da ideologia moderna e colonial, que atribui à propriedade capitalista da terra uma missão civilizatória.

cerrados do Centro-Norte, onde se verifica a expansão do cultivo de *commodities* agrícolas, sobretudo da soja, embora essa realidade não possa ser apreendida diretamente a partir da Tabela 4, uma vez que esta região é composta por porções das regiões Norte e Nordeste.

A dinamização observada do mercado fundiário está relacionada a práticas de grilagem de terras devolutas que têm atingido comunidades tradicionais e povos que habitam a região de longa data, mas não possuem o título de suas terras ou territórios. No Estado do Piauí, Alves (2009) constatou o envolvimento de agentes públicos e privados em processos de grilagem, além de conflitos para a expulsão de pequenos produtores e populações de comunidades locais.

A expansão acelerada do agronegócio na região tem desencadeado a privatização das terras e a expropriação de povos indígenas, quilombolas e comunidades camponesas, cujas formas de territorialização têm se baseado historicamente na apropriação em comum de áreas de chapadas para atividades extrativas e como pastagem. Segundo Santos, “(...) as precárias escriturações imobiliárias transformaram a região em zona de interesse para a especulação fundiária e criaram a possibilidade de transações imobiliárias, muitas vezes através de desmatamentos ilegais e suspeitas de grilagem.” (SANTOS, 2018, p. 584)

4. A expansão da soja, desmatamento e uso insustentável da água

A expansão da soja avança modificando o uso da terra de diversas formas, seja com a conversão de áreas de pastagem natural, utilizadas para a pecuária extensiva, ou de áreas de cultivos alimentares, seja por meio do desmatamento da vegetação nativa, tradicionalmente destinada à extração de frutos, resinas, ervas medicinais, plantas ornamentais etc. Com base em dados do PRODES Cerrado³⁴, pode-se afirmar que: “aproximadamente 1,8 milhão de hectares de soja na Amazônia em 2016 e 3,5 milhões de soja no Cerrado em 2015 estavam sob vegetação nativa no ano 2000 – totalizando cerca de 40 e 20% da área total de soja em cada bioma respectivamente.” (TRASE, 2018, p. 41) E, mais especificamente, a maior parte da área total de vegetação do Cerrado desmatada diretamente para soja no período estava dentro da região de MATOPIBA. (TRASE, 2018, p. 44)

Porém, segundo os dados da consultoria Agrosatélite Geotecnologia Aplicada Ltda³⁵, a expansão do cultivo de *commodities* se dá de forma diferenciada de acordo com o Estado:

³⁴ Projeto de Monitoramento do Cerrado, uma iniciativa conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e que conta com a participação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), além da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG).

³⁵ O estudo desenvolvido na Agrosatélite, com financiamento da Gordon and Betty Moore Foundation, visou fornecer um diagnóstico detalhado da dinâmica de mudança de uso e cobertura da terra, associado à expansão da produção de grãos no bioma Cerrado desde 2000. Para tanto, foram analisadas cerca de 2.500

Na região do MATOPIBA a agricultura comercial chegou primeiro no Estado da Bahia que atualmente representa 49% da área agrícola desta região (...). Na região do MATOPIBA, no período 2000-2014, a área agrícola da Bahia aumentou em 1,5 vezes, enquanto que no Maranhão, Tocantins e Piauí esta expansão foi de 3,2; 8,7 e 11,5 vezes, respectivamente (...). No Maranhão e Piauí esta expansão se deu majoritariamente nas classes vegetação nativa + abertura de vegetação nativa³⁶ (...). Já no estado de Tocantins, cerca de 35,5% da área agrícola expandiu com desmatamento e o restante, principalmente, sobre pastagem (...) (AGROSATÉLITE GEOTECNOLOGIA APLICADA, 2015, p.19)

A Agrosatélite chama atenção para os limites do estoque de terras de vegetação nativa com “alta aptidão agrícola” no MATOPIBA e o risco de a expansão espacial da produção de soja passar a englobar áreas que não apresentam viabilidade econômica, por exigirem o uso excessivo de produtos químicos para corrigir solo, além de apresentar uma maior dependência da irrigação, e que, por isso, deveriam ser preservadas. (AGROSATÉLITE GEOTECNOLOGIA APLICADA, 2015, p. 22)

O cultivo da soja, cultura de ciclo curto (inferior a cem dias em certas variedades) coincide com o período das chuvas na região. Porém, é comum o uso da irrigação para permitir a realização de cultivos de inverno e também como estratégia, visando assegurar a

imagens de satélites, sobre as quais foram identificadas e mapeadas todas as mudanças de uso e cobertura da terra, causadas pela expansão do cultivo de soja, milho e algodão, entre 2000 e 2014, indicando onde e quando ocorreu a expansão, quer seja por meio da intensificação do uso de terras já abertas anteriormente, quer seja pela abertura/desmatamento de novas áreas. (AGROSATÉLITE GEOTECNOLOGIA APLICADA, 2015, p. 5)

³⁶ As áreas de “abertura de vegetação nativa” correspondem a áreas recém-abertas de cerrado.

melhor distribuição da água ao longo da safra, sobretudo nas áreas onde ocorre uma maior variação na distribuição das chuvas de verão. Os dois principais sistemas de irrigação encontrados na região são a irrigação por canais, como ocorre em Formoso do Araguaia - TO, que tem causado o secamento do rio Formoso e a elevada mortalidade de jacarés e tartarugas, e a irrigação por pivôs-centrais, bastante difundida no oeste da Bahia e responsável por grande desperdício de água. (BRANDÃO, 2018)

O agronegócio é o maior consumidor de água no Brasil devido à irrigação das lavouras. Nos cerrados do Centro-Norte, as grandes empresas utilizam amplamente a irrigação por pivô-central, método que mais consome e desperdiça água. “Se um pivô central com cerca de 150 ha consome por ano, aproximadamente a mesma quantidade de água que quatro mil famílias, é fácil entender que o principal produto de exportação do Brasil não são grãos, mas água doce.” (BRANDÃO, 2018, p. 3) Nos últimos 15 anos, tem havido um aumento exponencial do uso desse sistema de irrigação no oeste da Bahia, onde a água está sendo retirada diretamente do rio São Francisco ou de seus afluentes, causando forte impacto para essa bacia hidrográfica, com o secamento de rios, córregos e lagoas, e a inviabilização da agricultura realizada nos fundos de vale pelas populações locais. A contaminação das águas decorrente do uso elevado de agrotóxicos pela agricultura industrial se soma a esse problema:

Além da contaminação das águas pelos agrotóxicos, o uso insustentável dos recursos hídricos na produção agrícola também

diminui a recarga dos aquíferos e a vazão dos rios, atingindo comunidades, cidades e a própria continuidade da produção. Outro efeito direto da agricultura mecanizada é a compactação do solo, a dificultar a penetração da água para o subterrâneo. (LETRAS AMBIENTAIS, 2018, grifos do autor)

O manejo insustentável da água, associado ao desmatamento no domínio dos cerrados, afetam diretamente o equilíbrio hídrico nacional, uma vez que nessa área estão as nascentes que abastecem as três maiores bacias hidrográficas da América do Sul: São Francisco, Tocantins-Araguaia e Paraná. Além disso: “A bacia do rio São Francisco, de importância extremamente estratégica para o Nordeste, depende 97% das águas nascentes no Cerrado.” (LETRAS AMBIENTAIS, 2018)

O regime de chuvas também tem sofrido alterações na região. Campos (2018) aponta que houve queda de 8,4% na precipitação no Cerrado entre 1977 e 2010. No sul do Bioma, em Goiás, a diminuição das chuvas chegou a 10,6%, enquanto ao norte, no MATOPIBA, foi de 4,7%. Estima-se que a menor redução das chuvas observada no MATOPIBA se explica por seu desmatamento ser posterior, e ainda inferior, ao observado em outras áreas. Alguns pesquisadores chamam a atenção para a diminuição da vazão de rios da região em decorrência de uma maior duração das secas, aliada à concessão desorganizada de outorgas na retirada de água para irrigação e à sua falta de fiscalização. (MELLO e PRADO, 2018)

5. População, trabalho e política sob a expansão do agronegócio

O crescimento da produção de *commodities* na região tem contribuído para a promoção de um significativo crescimento urbano concentrado em algumas cidades como Palmas - TO, Imperatriz - MA e Barreiras - BA, dentre outras, o que tem atraído migrantes de fora da região, não apenas aqueles expulsos do campo. Apesar de se observar a queda da população rural nos cerrados do Centro-Norte, dado o seu pequeno contingente, isso não representou uma contribuição relevante para o aumento da população urbana. A região ainda apresenta áreas predominantemente rurais. (IPEA, 2018, p. 12)

A dinâmica do mercado de trabalho no agronegócio na região tem se caracterizado pela diminuição de postos de trabalho, como ocorre em outras áreas do País. No entanto, a atividade do agronegócio dinamizou o mercado de trabalho no setor de serviços ligado a ele, incorporando parte da mão de obra de origem rural. (IPEA, 2018, p. 14) Do ponto de vista do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), observa-se uma melhoria em 95% de seus municípios; porém, a região não apresenta avanços superiores àqueles verificados no País como um todo. Ou seja, apesar das mudanças econômicas e sociais verificadas, “a região apresenta persistência no que se refere à desigualdade regional expressiva, se a comparar com o restante do país”. (IPEA, 2018, p. 67)

Diferentemente do que ocorreu em outros períodos da história brasileira, a atual expansão do agronegócio nos cerrados do Centro-Norte não resulta também em abertura de novas áreas para a produção camponesa. Nas últimas décadas, as comunidades camponesas, juntamente com povos indígenas e quilombolas, vêm sofrendo pressões de ordens diversas e enfrentando dificuldades crescentes em decorrência da implantação de grandes obras de infraestrutura e da expansão do latifúndio sobre suas terras.

Em face dessa situação, a partir de 2013, no Maranhão, diversos grupos indígenas, quilombolas e camponeses, apoiados por entidades como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB), o Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indianista Missionário (CIMI), passaram a organizar um movimento com o objetivo de discutir questões referentes aos conflitos agrários e pensar estratégias de enfrentamento frente à expansão do agronegócio, dentre outros problemas com os quais vêm lidando. Assim, surgiu a “TEIA dos povos e comunidades tradicionais”, unificando as reivindicações e firmando alianças para a construção de caminhos autônomos e de resistência. (VIAS DE FATO, 2017) A TEIA se organiza por meio da partilha de experiências entre povos e comunidades tradicionais em favor dos princípios do bem-viver, da soberania alimentar e da preservação das práticas culturais tradicionais.

Considerações finais

Conforme apresentado neste texto, a expansão do agronegócio nos cerrados do Centro-Norte, observada nas últimas décadas, representa um movimento de territorialização do grande capital no campo e de imposição de uma nova ordem espaço-temporal na região. Essa expansão tem contado com o apoio do Estado em seus diversos níveis de governo, destacando-se o protagonismo das políticas desenvolvidas por instituições nacionais atreladas ao Governo Federal.

Como resultado desse processo, observa-se um aumento significativo do interesse capitalista sobre as terras da região para fins produtivos ou especulativos. Há um crescimento expressivo da área destinada para a produção de *commodities*, ao mesmo tempo em que se verifica a diminuição da vegetação nativa das áreas de pastagem natural e da produção de alimentos para a população local. Isso tem resultado numa redução da população rural e no crescimento de algumas cidades, além da concentração e acumulação de riqueza na mão de poucos, muitos deles habitantes de outras regiões e países, mantendo a desigual distribuição de renda que tem caracterizado os cerrados do Centro-Norte.

Por fim, esse processo tem gerado crescentes disputas e conflitos relativos à apropriação da terra e aos usos a ela atribuídos, bem como ao destino do bioma Cerrado e dos povos indígenas, quilombolas e comunidades camponesas que o habitam de longa

data e têm sido responsáveis pelo desenvolvimento de formas sustentáveis de convivência entre sociedade e natureza. Os referidos conflitos territoriais evidenciam a presença de diferentes modos de vida e concepções de destino na região, o que configura uma situação de fronteira, e estão na origem de formas de organização e resistência das populações atingidas, bem como da articulação de movimentos sociais chamada TEIA.

Referências bibliográficas

ALVES, V. E. L. O Mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. **Revista Agrária**, ns. 10-11, p. 73-98, 2009.

ALVES, V. E. L. e ROLIM, L. N. As migrações populacionais internas na década de 2000 a partir do censo demográfico de 2010: o caso da região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil. *In*: ALVES, V. E. L. (org.), **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BRANCO, J. E. H. et al. Otimização Logística para o Transporte Multimodal de Safras Agrícolas pelo Corredor Centro-Norte: O que pensam as empresas e instituições envolvidas? **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 6, n. 12, 2011.

BRANDÃO, R.. A quem pertence Matopiba? **O Eco**, 11 set. 2018. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/reuber-brandao/a-quem-pertence-o-matopiba/>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

IPEA. Texto para discussão 2283. *In*: IPEA, **Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba**. Brasília;Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CAMPOS, J. de O. **Variabilidade da precipitação no Cerrado e sua correlação com a mudança no uso da terra**. Dissertação

(Mestrado em Ciências Florestais) - Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CPT. Matopiba é tema de audiência pública no Senado, 07 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/3492-matopiba-e-tema-de-audiencia-publica-no-senado>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

IBGE. Mapa de biomas e de vegetação. 2004. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtm1.shtm>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985 e 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 09 out. 2018.

IPEA. Texto para Discussão 2.387. *In*: IPEA, **Aspectos sociais do Matopiba: análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social**. Brasília;Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

LETRAS AMBIENTAIS. Matopiba: o império do agronegócio nos limites do Cerrado brasileiro. Letras Ambientais, 31 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.letrasambientais.com.br/posts/matopiba:-o-imperio-do-agronegocio-nos-limites-do-cerrado-brasileiro>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MAPA e JICA. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, estudo de avaliação conjunta: Relatório Geral**. Brasília, MAPA/JICA, 2002.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MAZZETTO, SILVA, C. E. **O Cerrado em Disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.

MELLO, P. C. e PRADO, A.. Agronegócio banca palestras de cético sobre mudança climática para ruralistas no Matopiba. **Folha de São Paulo**, 22 mai. 2018. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/ciencia/2018/crise-do-clima/cerrado/agronegocio-banca-palestras-de-cetico-sobre-mudanca-climatica-para-ruralistas-no-matopiba/>>. Acesso em: 11 out. 2018.

TRASE. **Anuário Trase 2018**: Sustentabilidade das cadeias de produção; Risco de desmatamento na exportação de soja brasileira. Transparência para Economias Sustentáveis, Instituto Ambiental de Estocolmo e Global Canopy. Disponível em: <<https://yearbook2018.trase.earth/>>. Acesso em: 11 out. 2018.

SANTOS, C. C. M. do. Matopiba: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de “cerrados”? **Cadernos do CEAS**, Salvador;Recife, n. 245, p. 570-600, set./dez., 2018.

VIAS DE FATO. Entrevista Rosimeire Diniz Santos. **Vias de Fato**, São Luís, 29 ago. 2017. Disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2017/08/29/entrevista-rosimeire-diniz-santos/>>. Acesso em 10 out. 2018.

gócio e os índices de
ano e vulnerabilidade
do MATOPIBA

Caroline Pereira



Profa. Ms. Carolina Nascimento Pereira

PROFA. MS. CAROLINA NASCIMENTO PEREIRA

Graduada em Economia pela Unicamp. Mestre em Economia Agrícola pelo programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da UNICAMP. Atualmente está cursando Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e atuando como Assistente de Pesquisa no IPEA na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR).

MS. GABRIELA LANZA PORCIONATTO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP), Campus de Araraquara. Mestre e Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado (NESPOM). Colaboradora do Núcleo de Sociologia e das Finanças (NESEFI) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

MS. CÉSAR NUNES DE CASTRO

Possui graduação em engenharia agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ Universidade de São Paulo (2001) e mestrado em máquinas agrícolas pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/ Universidade de São Paulo (2004).

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO DO MATOPIBA

O presente trabalho procura analisar, de forma geral, os principais indicadores econômicos e sociais da região chamada de MATOPIBA. Observando como a expansão agrícola vem assumindo o protagonismo do crescimento econômico na região, focado na produção de soja, milho, algodão, arroz e sorgo, além de alguns pontos isolados com atividade pecuária. Entretanto, os desdobramentos dessa expansão não têm sido equivalentes nos indicadores sociais. Apesar da melhoria, que pode ser atribuída também aos programas sociais implementados nos anos 2000, ainda é inferior aos ganhos produtivos e econômicos, como se observa nos indicadores IDHM e IVS. Muito deve ser feito ainda, considerando a importância do planejamento regional e do cuidado para com a população vulnerável que habita o MATOPIBA.

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO DO MATOPIBA³⁷

1. Introdução

O MATOPIBA, acrônimo criado a partir das iniciais dos Estados pertencentes à região: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, vem sendo nomeado como a última fronteira agrícola mundial, por se tratar de área agricultável no Cerrado nordestino, onde se desenvolve, desde os anos 1970, uma agricultura com produtividade crescente e uso intensivo de insumos modernos (MIRANDA, 2015).

A importância que a região tem para a agricultura nacional e a economia regional é tamanha que, em 2016, discutiu-se a implantação de uma superintendência de desenvolvimento, aos moldes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para gerir a região (SÁ, MORAIS E CAMPOS, 2015). Entretanto, esta fora descartada, o que não diminui a importância do tema e a necessidade de considerar o planejamento regional e o desenvolvimento da região, visto que, muito embora se trate da expansão da agricultura já praticada no Centro-Oeste, a região do

³⁷ Este capítulo é derivado de pesquisa realizada no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio da qual foram publicados dois textos para discussão: “TD 2382 – *Dinâmica Econômica, infraestrutura e logística no Matopiba*” e “TD 2387 – *Aspectos sociais do Matopiba: análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social*”.

MATOPIBA possui especificidades, discutidas ao longo do texto, que tornam a região mais sensível que outras áreas.

E todo interesse é fruto do potencial agrícola da região, que, em 2015, contribuiu para a produção de grãos do Nordeste de 16,2 milhões de toneladas, enquanto o Sudeste produziu 17,6 milhões de toneladas, segundo dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (PAM/IBGE). Isso se deve às boas condições locais para a produção de grãos, como alta intensidade de luz solar e existência de aquíferos, o que colaborou para o crescimento produtivo de 239% entre os anos 2000 e 2014. É indiscutível que os ganhos alcançados trouxeram crescimento para a região, pois a produção de *commodities* é considerada capital-intensiva, ou seja, há considerável uso de máquinas, colheitadeiras, insumos, entre outras, com menor uso do fator trabalho, o que, por sua vez, diminui a apropriação e renda pelos trabalhadores.

Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) da região cresceu vigorosamente, porém a distribuição de renda não apresentou melhoria proporcional ao aumento da riqueza, ou seja, baseado no conceito de desenvolvimento de Celso Furtado, não houve desenvolvimento na região, apenas seu crescimento. Assim, a questão social é o “calcanhar de Aquiles” desse movimento de ocupação do MATOPIBA, posto que há uma população de mais de seis milhões de pessoas, a maioria localizada no Maranhão, com indicadores muito

baixos de desenvolvimento humano e alta vulnerabilidade social, que necessitam ser incorporadas à economia local.

A própria estrutura do agronegócio ainda apresenta muitos gargalos para que a produtividade cresça, com investimentos e melhorias na infraestrutura, como portos, rodovias, ferrovias, armazenamentos, entre outros. Além disso, há outras questões latentes para a região, como a elevação do preço da terra, a frouxidão da política fundiária e o aprofundamento da política agrícola voltada para mercados externos, não priorizando as demandas dos consumidores locais.

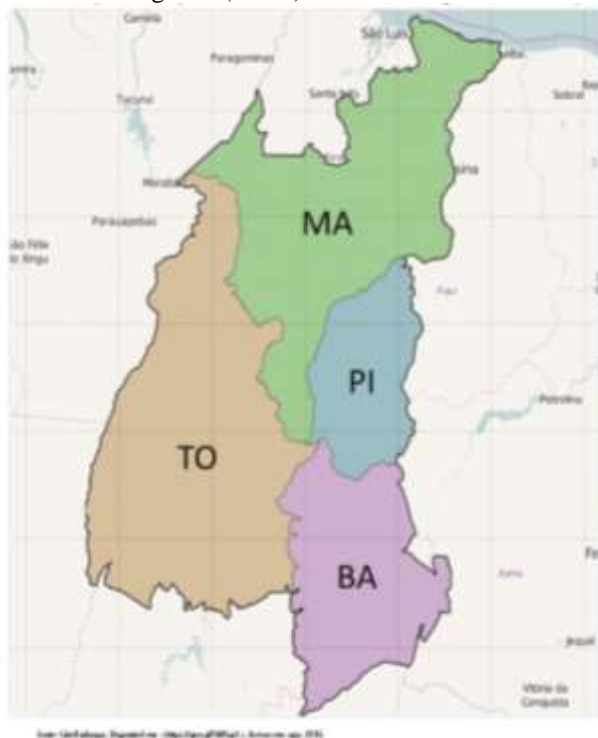
Deste modo, este texto procura apresentar os principais aspectos da dinâmica econômica e social do MATOPIBA. Este trabalho está dividido em duas seções, além desta introdução. A Seção 2 faz a caracterização do MATOPIBA, e a Seção 3 apresenta os indicadores sociais. Por fim, na Seção 4, têm-se as considerações finais do trabalho.

2. Avanço do agronegócio no MATOPIBA

O MATOPIBA possui área total de 73.125.724 ha, composta por porções dos Estados da Bahia, do Maranhão e do Piauí e por todo o território do Tocantins. A composição da região é dada por 135 municípios do Maranhão, participando com 33% da região; 139 municípios do Tocantins, com 38% do MATOPIBA; 33 municípios do Piauí, com 11% de participação; e 30 municípios da Bahia, com

18% na área total. Assim, o MATOPIBA totaliza 337 municípios, agrupados em dez mesorregiões e 31 microrregiões, com sua configuração apresentada no Mapa 1.

Mapa 1 – Delimitação da Embrapa e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) – MATOPIBA



A delimitação territorial do MATOPIBA foi feita pelo Grupo de Inteligência Territorial e Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (GITE/Embrapa), baseada nas áreas de Cerrado existentes nos quatro Estados, seguidas de critérios socioeconômicos, segundo o GITE/Embrapa (Mapa 1). O bioma Cerrado cobre 90,9% do território do MATOPIBA, que também

conta com os biomas Amazônia (7,2%) e Caatinga (1,64%). A oficialização da fronteira ocorreu em 6 de maio de 2015, por meio do Decreto nº 8.447, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba) (BRASIL, 2015).

Por ser uma área de transição entre os biomas Cerrado e Semiárido, as condições de clima não são iguais às regiões agrícolas consolidadas em Goiás ou Mato Grosso, com área diversa em termos de ocupação e cobertura da terra, composta por agricultura empresarial, áreas de preservação, agricultura familiar, quilombolas e indígenas. A região do MATOPIBA apresenta condições propícias para a agricultura, pois são áreas planas e extensas, com solos de alto potencial produtivo, disponibilidade de água e clima favorável, com elevada intensidade de sol. Com relação às propriedades químicas, os solos do Cerrado são de baixa fertilidade natural (solos pobres) e apenas mediante a adubação complementar (geralmente química) se tornam solos produtivos.

Com 6,2 milhões de pessoas distribuídas em maior proporção no Maranhão, abrange 58,6% da população total. O Tocantins possui 24% do total da população, com as microrregiões de Porto Nacional e Araguaína com 5,8% e 4,2% da população do MATOPIBA, respectivamente. A Bahia conta com 13,2% da população e o Piauí, com 4,3%. Com crescimento superior (20,6%) ao conjunto de estados que abriga a região (17,7%), esta revela seu dinamismo em várias vertentes. O Tocantins foi a porção do MATOPIBA com

maior crescimento, de 27,7%, com destaque para a microrregião de Porto Nacional (63,9%), o maior crescimento no período. Outras microrregiões de destaque quanto ao crescimento populacional foram Barreiras-BA, 54,7%; Lençóis Maranhenses - MA, 38,6%; e Itapecuru Mirim - MA, 38,5%.

Entretanto, as microrregiões mais populosas não são necessariamente as mais povoadas. O Maranhão possui diversas microrregiões com alta densidade populacional, em que a maioria das microrregiões mais povoadas está localizada nesta unidade da Federação. Entre os componentes desta população destacam-se os povos indígenas, quilombolas, população ribeirinha, assentados rurais, entre outros. Estima-se que 3,8 milhões de hectares são terras indígenas, as quais devem ser preservadas, porque são áreas do território nacional e de propriedade da União, habitadas e utilizadas pelos povos indígenas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e cruciais à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (FUNAI, [s.d.]).

Com isso, teme-se o avanço da agricultura sobre as áreas ainda em estudo, não demarcadas ou regularizadas. Os Governos Federal e estaduais, em conjunto com a Fundação Nacional do Índio, (FUNAI) devem estar atentos para que o avanço da agricultura não seja marcado por atos de violência e para que se respeitem os territórios dos povos de origem. Cerca de 63% das terras indígenas

existentes no MATOPIBA estão localizadas no Tocantins, 36% no Maranhão e 1% na Bahia (FUNAI, [s.d.]). Também há 244 mil hectares de comunidades quilombolas, localizadas 51% no Tocantins, 30% na Bahia e 19% no Maranhão, entre áreas com decreto, titulação parcial e área em edital. O Piauí não possui registro de terras indígenas e quilombolas.

A região também possui 1.053 assentamentos rurais, ocupando 4,4 milhões de hectares com 100.205 famílias assentadas. O Maranhão possui aproximadamente 50% da área e do número de assentamentos do MATOPIBA. O Tocantins possui 28,4% da área de assentamentos e 36% do número de assentamentos. A Bahia possui 13,8% da área e 7% dos assentamentos. Por fim, o Piauí possui 7,7% da área e 4% do número total de assentamentos. A existência destes grupos deve ser altamente considerada e preservada nas políticas voltadas para a região, visto que o agronegócio expande a taxas crescentes, o que coloca estes em situação de vulnerabilidade.

Os dados da atividade agrícola no MATOPIBA são expressivos. Apesar de seu PIB vir crescendo consideravelmente nos últimos anos, o PIB *per capita* da região ainda não apresenta a mesma expressividade, pois, se por um lado, é alto e vem apresentando crescimento nos últimos anos, por outro, o índice *per capita*, embora crescente, está abaixo da média brasileira e da Região Nordeste como um todo. Enquanto o PIB *per capita* do Brasil, em 2013, foi R\$26.446,00 e o do Nordeste foi R\$12.955,00, o do

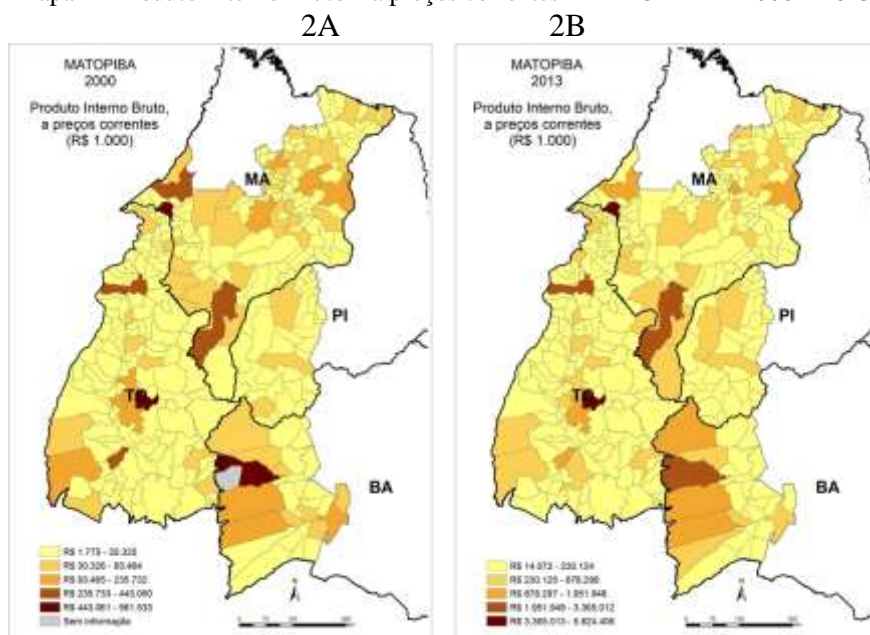
MATOPIBA foi apenas R\$11.824,00, em 2013, apesar da crescente riqueza gerada. Os maiores PIBs *per capita* do MATOPIBA estão na Bahia e no Tocantins, com R\$17.427,00 e R\$16.086,00, respectivamente; já a porção piauiense apresentou um índice de R\$11.357,00 e a maranhense, de R\$8.854,00.

Observando as microrregiões, Barreiras-BA vem assumindo o protagonismo como o maior Produto Interno Bruto da região, responsável por 13,6% do PIB do MATOPIBA em 2013, com R\$9,9 bilhões, seguida de Imperatriz-MA, com R\$ 8 bilhões. As cinco maiores microrregiões produtoras de riqueza na região – Barreiras-BA Imperatriz-MA, Porto Nacional-TO, Araguaína-TO e Médio Mearim-MA – foram responsáveis por 47,46% do índice total, em 2013.

Ainda em relação ao PIB, entre os anos 2000 e 2013 houve seu crescimento de 542%, a preços de mercado, com destaque para algumas microrregiões, como o Alto Parnaíba - PI, que possuía PIB de R\$91 milhões, em 2000, e alcançou um valor de R\$1,2 bilhão, em 2013, significando um crescimento de 1.262%. Outra microrregião com crescimento acima da média foi Porto Franco - MA, com 832%, saindo de R\$177 milhões para R\$1,66 bilhão. A microrregião de Porto Nacional - TO cresceu 741%, saltando de R\$903 milhões para R\$7,6 bilhões. Já o Médio Mearim - MA produziu R\$527 milhões, em 2000, chegando a R\$4,4 bilhões, em 2013, o que significou 741% de crescimento. Por fim, a microrregião de Barreiras-BA cresceu 602%, saindo de R\$1,4 bilhão para R\$9,9 bilhões.

Embora o crescimento desta microrregião esteja um pouco abaixo das outras, é importante considerar a liderança da mesma, assim como seu pioneirismo, pois, no ano 2000, apenas Barreiras - BA e Imperatriz - MA possuíam PIB superior a R\$1 bilhão, tendo crescido expressivamente ao longo dos anos. Assim, é importante considerar a relevante informação de que, das 31 microrregiões do MATOPIBA, treze cresceram acima da média da região de 542%, conforme supracitado, o que revela o dinamismo e o grande potencial de expansão da região (Mapa 2).

Mapa 2 - Produto Interno Bruto – a preços correntes –MATOPIBA – 2000 – 2013



Fonte: IBGE – elaboração própria.

Por sua vez, o PIB *per capita*, conforme já foi dito, está crescendo, porém segue ainda abaixo das médias nacional, do

Nordeste e dos estados componentes do MATOPIBA como um todo. Entretanto, a variação no PIB *per capita*, entre os anos 2000 e 2013, foi maior nesta região do que entre os Estados isolados, e até mesmo no Brasil. Enquanto o Brasil teve um crescimento de 281% no PIB *per capita*, entre os anos 2000 e 2013, a região mencionada apresentou crescimento de 431%, maior que a região Nordeste como um todo, que cresceu 321%.

Entretanto, PIB *per capita* é um conceito que apenas revela o dinamismo econômico de uma região, ou seja, ele não significa que a população está tendo acesso à riqueza gerada, porém o valor alto aponta para o potencial de riqueza que poderia ser alcançada e melhor distribuída entre os habitantes. Todavia, não é o que se observa na região do MATOPIBA, quando se olha para os dados sociais (próxima seção), como índice de desenvolvimento humano (IDH), acesso à água e esgoto, escolas, hospitais, condição do domicílio, expectativa de vida, taxa de natalidade/mortalidade, entre outros indicadores que mostram o quanto uma região é desenvolvida.

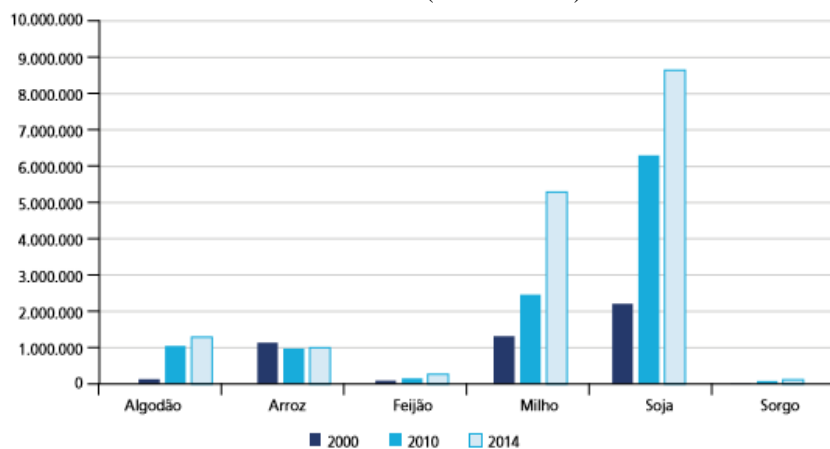
Quanto à distribuição do PIB por cada setor da economia, agropecuária, indústria e serviços, para 2000, 2006 e 2013, o setor agropecuário contribuiu com 18,9% do valor adicionado total em 2013, a indústria, 15,9% e o setor de serviços, 65,3%. Tais números seguem aproximadamente a média brasileira, na qual o setor industrial vem perdendo espaço e o setor de serviços cresce, passando dos 60% do valor adicionado na economia.

Muito embora se fale na grandiosidade do setor agropecuário no MATOPIBA, apesar da participação de apenas 19% do valor adicionado total, é importante considerar que o setor de serviços possui diversas atividades relacionadas à agropecuária, como transporte, armazenamento, logística, comércio, assistência técnica, entre outras, o que justifica o expressivo valor do setor de serviços. Em relação ao ano 2000, a participação relativa do setor agropecuário apresentou diminuição, porém há que se considerar que o PIB total da região do MATOPIBA aumentou de R\$11,3 milhões para R\$72,9 milhões, entre 2000 e 2013.

O setor agropecuário cresceu 365%, passando de R\$2,7 bilhões para R\$12,6 bilhões; o setor industrial cresceu 684%, com aumento do PIB de R\$1,3 bilhão para R\$4,5 bilhões; e o setor de serviços cresceu 569%, passando de R\$6,5 bilhões para R\$43 bilhões. Entre os Estados componentes do MATOPIBA, tem-se que o setor agropecuário apresentou maior crescimento na porção piauiense da região, com 635%, assim como no setor industrial, com 1.282%. Entretanto, as maiores participações no valor adicionado pela agropecuária estão na porção maranhense, com R\$4,7 bilhões, seguido da baiana, com R\$4,4 bilhões. O setor industrial apresentou maior crescimento no período, com o Maranhão contribuindo com R\$5,3 bilhões, o Tocantins com R\$3,6 bilhões e a Bahia com R\$1,4 bilhão, no valor adicionado pelo setor industrial no PIB do MATOPIBA.

A cultura da soja é a principal da região, com 8,6 milhões de toneladas em 2014, apresentando um crescimento de 291% em relação a 2000, quando a produção foi de 2,2 milhões de toneladas (Gráfico 1). Esse crescimento é maior do que a expansão da área colhida de soja, que foi de 261%, passando de 904 mil hectares para 3,3 milhões de hectares, entre os anos 2000 e 2014, refletindo ganho de produtividade no período, o qual foi de 2.440 kg/ha, em 2000, e 2.625 kg/ha, em 2014.

Gráfico 1 - Quantidade produzida de algodão, arroz, feijão, milho, soja e sorgo – MATOPIBA (em toneladas)



Fonte: PAM/IBGE

O milho é a segunda cultura em volume produzido nesta região, com pouco mais de cinco milhões de toneladas em 1.073 mil hectares, em 2014, e crescimento de 301% na quantidade produzida em relação ao ano de 2000, quando foram produzidas 1,3 milhão de toneladas em 486 mil hectares. A expansão de área foi de 121%, ou

seja, grande parte do aumento da produção tem como explicação ganhos de produtividade.

Entretanto, como é possível observar, o milho e a soja, assim como o arroz, já eram culturas produzidas em grande quantidade na região, porém o arroz tem apresentado leve queda no volume produzido, ao passo que as demais culturas seguem com crescimento vigoroso. A produção de arroz passou de 1,1 milhão de toneladas para 996 mil toneladas, um decréscimo de 12,8%, enquanto a área colhida apresentou queda ainda maior, de 30%, passando de 609 mil hectares para 428 mil hectares.

Muito embora soja e milho sejam produtos para a ração de animais, representando produtos de consumo indireto das famílias, estes são grãos com forte demanda do mercado externo. Esse é o cenário que representa o MATOPIBA atualmente: um grande produtor de algodão, milho e soja voltado para o mercado externo. Como citado anteriormente, a produção de arroz e feijão perdeu participação relativa à produção total de grãos na região, entre os anos 2000 e 2014. É possível observar que arroz, feijão e milho representavam 75% da produção em 1990, enquanto em 2014 os mesmos produtos apresentaram queda na participação, com 39,5%, mas essa quebra poderia ter sido ainda mais intensa se a produção de milho não tivesse crescido a ponto de ser a segunda cultura mais expressiva da região em questão.

Para o conjunto dos grãos, observa-se um crescimento na quantidade produzida de 256% no Brasil, de 778% no conjunto dos Estados da Bahia, do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, enquanto, no MATOPIBA, a produção aumentou em 1.437%. Em valores absolutos, a produção brasileira passou de 52 milhões de toneladas para 188 milhões de toneladas, entre 2000 e 2014. Em relação à participação da sua produção, comparado aos Estados pertencentes e ao Brasil, tem-se que em 1990 a produção de 1,1 milhão de toneladas de grãos desta representava 2% do total do Brasil e 53,3% do total dos Estados da Bahia, do Maranhão, do Piauí e do Tocantins. Já em 2014, o mesmo grupo de grãos alcançou a quantidade de 16,6 milhões de toneladas, representando 8,8% da produção brasileira e 93,3% dos Estados mencionados anteriormente.

Sua produtividade, apesar de estar abaixo da média brasileira, tem apresentado crescimento e, para algumas culturas, está bem próxima da média nacional. A cultura do algodão, por exemplo, apresentou produtividade de 2.406 kg/ha na safra 2014-2015 para todo o Brasil, porém, no MATOPIBA, a produtividade foi de 3.609 kg/ha para o mesmo período, o qual encontra nesta área excelentes condições edafoclimáticas, colocando a Região Nordeste como a segunda mais importante produtora de algodão no Brasil. Já a cultura da soja na região nordestina tem apresentado produtividade mais próxima à média nacional, sendo na safra 2014-2015 de 2.998 kg/ha, enquanto no MATOPIBA foi de 2.625 kg/ha.

Nela, a área total cultivada com soja ,em 2013, foi de 3,3 milhões de hectares, ao passo que a área total no Brasil foi de 33 milhões de hectares. Muito embora a área do MATOPIBA seja inferior aos outros grandes produtores do Centro-Oeste, a taxa de crescimento foi expressiva, de 263% entre os anos 2000 e 2014. Assim, apesar de ainda representar cerca de 10% da área e da produção nacional, esta região cresce a taxas vigorosas, com capacidade de alcançar a produtividade média nacional em breve.

Em nível de microrregiões, Barreiras, na Bahia, é a maior produtora de grãos do conjunto, com 5,5 milhões de toneladas, ou seja, 33%. A segunda maior produtora é Gerais das Balsas (11,4%), no Maranhão, seguida de Alto Parnaíba Piauiense (10,5%), no Piauí, e Santa Maria da Vitória (8,9%), na Bahia. Mais especificamente, a microrregião de Barreiras é a maior produtora de algodão, feijão, milho, soja e sorgo, liderada principalmente pelo município de São Desidério, que é líder na produção de algodão e milho, seguida de Formosa do Rio Preto, o principal produtor de soja.

As origens de tamanho desempenho se devem, entre outros motivos, à presença do aquífero Urucuaia, o qual favorece a agricultura irrigada. Segundo Landau, Guimarães e Sousa (2016), na região do MATOPIBA como um todo, houve expansão significativa da área irrigada por pivôs centrais, entre 1985 e 2015, passando de treze para 1.548 pivôs, gerando um aumento na área irrigada de 1.418 ha para 160.172 ha. Ainda no mesmo estudo, evidenciou-se

que mais da metade dos pivôs está localizada no oeste do Estado da Bahia, abrangendo os municípios que apresentam a maior tendência de aumento de área irrigada por pivôs centrais.

Para além das vantagens naturais, também há muito investimento sendo realizado na atividade agropecuária no oeste baiano. Segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), está sendo instalada uma indústria no município de São Desidério para transformar o caroço do algodão em óleo e farelo, pela Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA).

Em suma, o que se pode tirar da análise geral dos dados econômicos é que, embora áreas tradicionais ainda sejam altamente expressivas na formação do PIB regional, não são propriamente as áreas que mais crescem atualmente. Isso significa que áreas novas estão crescendo com muito vigor, podendo levar, a médio prazo, a grandes áreas com produção expressiva.

3. Índices de Desenvolvimento Humano e Vulnerabilidade Social no MATOPIBA

3.1 IDHM da região do MATOPIBA

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Brasil apresentou, em 2010, quase 70% dos municípios com IDHM maior que a média brasileira de 2000 e menos de 1% ainda estavam abaixo da média de 1991 (PNUD, IPEA e FJP, 2013). Desta forma, observa-se aqui a região do MATOPIBA,

200

a fim de compreender e analisar a melhoria do IDHM, em comparação com o restante do país e com as regiões nas quais está inserido, que são o Norte e o Nordeste.

O IDHM brasileiro, em 2010, de acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), como um todo, se encontrava na faixa de alto desenvolvimento humano, melhorando sua classificação em relação aos anos 2000, quando se encontrava na faixa de médio desenvolvimento humano. O Brasil passou de 0,612, em 2000, para atingir o valor atual de 0,727, em 2010. A dimensão que apresentou maior crescimento absoluto entre 2000 e 2010 foi o IDHM Educação (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Em 2000, pouco mais de 70% situavam-se na faixa baixo e muito baixo desenvolvimento humano; em 2010, apenas um quarto (25%) dos municípios brasileiros encontrava-se nessas faixas, sendo que mais de 70% já se situavam na faixa médio e alto desenvolvimento humano. Esses dados ilustram o avanço do desenvolvimento humano no Brasil nas últimas duas décadas (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Construído por meio da parceria entre o PNUD, o IPEA e a Fundação João Pinheiro (FJP), o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA e FJP, 2013) disponibiliza o IDHM, que considera as mesmas três dimensões do IDH Global (longevidade, educação e renda). Por meio dessa plataforma, disponibilizar-se-ão,

nessa pesquisa, dados referentes ao IDHM da região do MATOPIBA, em 2000 e 2010. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma Unidade Federativa (UF), um Município ou uma Região Metropolitana (RM).

O indicador revela que houve grande avanço nos dados entre os anos de 2000 e 2010, na região do MATOPIBA. Em 2000, o IDHM da maioria dos municípios que a compõem era inferior a 0,499 – ou seja, desenvolvimento humano muito baixo. Pelos levantamentos, 88% dos municípios, 296 no total, se encontravam nessa situação. Por sua vez, em 2010, a maioria dos municípios conseguiu aumentar seu IDHM, para baixo (0,599) e médio (0,699) desenvolvimento humano.

A pesquisa constatou que 161 municípios possuem baixo IDHM (48%) e 160 possuem médio IDHM (47%), em 2010, correspondendo a 95% dos municípios da região. O mapeamento apontou que, do total de municípios com médio IDHM em 2010, o Estado do Tocantins representa a grande maioria, enquanto, dos municípios com baixo IDHM na mesma data, o Estado do Maranhão representa a maioria. Por essa observação, pode-se notar uma melhoria em ambos os Estados e na região como um todo, mas no Tocantins a melhoria foi mais significativa do que no Maranhão, pois, naquele estado, a maioria dos municípios migrou de uma faixa

muito baixo (2000) para médio IDHM (2010), enquanto neste, eles migraram de muito baixo (2000) para baixo IDHM (2010)³⁸.

Os municípios do Piauí tiveram ganhos semelhantes aos do Maranhão. O Piauí possui 33 municípios na região do MATOPIBA, sendo que vinte cinco deles melhoraram seu IDHM de muito baixo (2000) para baixo (2010); e oito, para médio IDHM (2010); ou seja, nenhum destes possui alto IDHM.

Apesar de o Tocantins ter apresentado melhores índices de 2000 para 2010, algumas regiões do Maranhão tiveram melhorias similares. Chama-se atenção para o caso das duas microrregiões do Maranhão que mais aumentaram seu IDHM, Gerais de Balsas e Porto Franco. Elas possuem onze municípios, dos quais seis apresentavam muito baixo IDHM, em 2000, e melhoraram para médio IDHM, em 2010; dois municípios, Balsas e Porto Franco, possuíam baixo IDHM (2000) e também atingiram médio IDHM (2010); e os demais municípios apresentavam muito baixo IDHM, em 2000, passando para a faixa baixo IDHM, em 2010.

Essa melhoria generalizada do IDHM nos municípios da região do MATOPIBA constitui um forte indício do possível impacto dessa nova dinâmica econômica trazida pelo agronegócio.

³⁸ Segundo levantamento, dos municípios que melhoraram o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de muito baixo (2000) para baixo (2010), 95 localizam-se no Estado do Maranhão e 25, no Tocantins; enquanto, dos municípios que melhoraram o IDHM de muito baixo (2000) para médio (2010), 102 se situam no Tocantins e 36, no Maranhão.

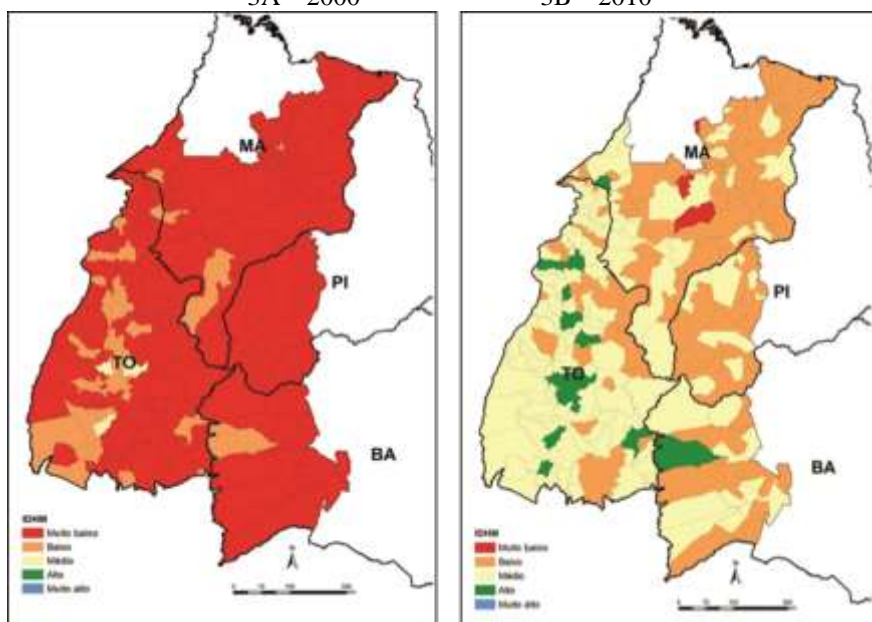
Poucos estudos avaliaram a natureza e a magnitude desse impacto. Até recentemente, a maioria dos estudos sobre a dinâmica econômica da exploração agrícola dos cerrados e os consequentes impactos socioeconômicos dessa atividade se concentrava no Centro-Oeste brasileiro.

As microrregiões com o maior IDHM do MATOPIBA são: Porto Nacional-TO; Gurupi-TO; Araguaína-TO; Rio Formoso-TO; Barreiras-BA; Imperatriz-BA; Miracema do Tocantins-TO; Gerais de Balsas-MA; Porto Franco-MA; e Dianópolis-TO. Entre os maiores IDHM microrregionais, as microrregiões de Dianópolis-TO, Gerais de Balsas-MA e Porto Franco-MA foram as que mais aumentaram seu IDHM entre os anos 2000 e 2010. Interessante observar que essas microrregiões possuem em comum a presença do setor agrícola como setor dinâmico da economia. As microrregiões de Barreiras, Porto Nacional e Gerais de Balsas constituem importantes centros regionais de exploração agropecuária.

A melhoria no IDHM geral é fruto de uma significativa melhoria no IDHM Educação, o que significa que a população do MATOPIBA obteve maior acesso ao ensino. Em 2000, apenas um município, Palmas - TO, possuía IDHM Educação Superior a 0,5, que corresponde a baixo desenvolvimento humano educacional, e todos os outros possuíam valor inferior, portanto, na faixa de muito baixo índice de desenvolvimento educacional municipal. Em 2010, houve uma significativa melhoria dos índices educacionais na

região. No entanto, 47% dos municípios da região ainda possuem IDHM Educação muito baixo; destes, 55% encontram-se no Maranhão. Apesar da melhoria, 145 municípios (43%), parte significativa da região, ainda possuem baixo IDHM Educação nos anos 2010, dos quais 53% estão localizados no Tocantins.

Mapa 3 - IDHM do MATOPIBA
3A - 2000 3B - 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PNUD, IPEA e FJP, 2013)

Entre as melhorias, destacam-se os indicadores: diminuição da taxa de analfabetismo, aumento da média de anos de estudo e aumento da taxa de frequência escolar na região. A taxa de analfabetismo mapeada nesta pesquisa representa a razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicado por cem. Desta

forma, conclui-se que 27% dos municípios da região do MATOPIBA possuíam taxa de analfabetismo de mais de 40% da população com 18 anos ou mais, em 2000. A maior concentração estava na taxa entre 20% e 40% – ou seja, 218 municípios (65%) possuíam taxa de analfabetismo entre 20% e 40%. Em 2010, aproximadamente 240 municípios (71%) possuíam uma taxa de analfabetismo inferior a 30%, mas 91 municípios ainda apresentavam a taxa de analfabetismo entre 30% e 40%.

A variável “anos de estudo” representa o número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar. Os dados levantados acerca da expectativa de anos de estudo na região do MATOPIBA mostram que os municípios aumentaram a expectativa em três anos ou mais; isso significa que mais da metade destes possuíam expectativa de anos de estudo entre seis e sete anos. Os dados de 2010 apontam que aproximadamente 90% deles apresentaram expectativa de anos de estudo acima de nove anos. Vale lembrar que a expectativa de anos de estudo é um cálculo que leva em consideração a geração daquele ano e o quão longe ela pode chegar ao frequentar instituições de ensino.

O aumento da expectativa de anos de estudo é consequência direta do aumento da taxa de frequência líquida do Ensino Médio, entre os anos 2000 e 2010. A taxa de frequência no Ensino

Fundamental variou muito pouco, a grande maioria dos municípios se mantendo em mais de 80%. A taxa de frequência no Ensino Médio teve alterações maiores. Nos anos 2000, mais de 60% dos municípios tinham uma taxa de frequência do Ensino Médio inferior a 30%. Em 2010, mais de 70% deles aumentaram a taxa de frequência no Ensino Médio para mais de 40%; destes, metade aumentou para mais de 50%.

3.2 Índice de Vulnerabilidade Social municipal da região do MATOPIBA

Buscando complementar a análise, são levantados os dados contidos no Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (COSTA E MARGUTI, 2015), plataforma de consulta ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação, vinte regiões metropolitanas e suas respectivas unidades de desenvolvimento humano (UDHs). O IVS oferece um panorama da vulnerabilidade social e da exclusão social de municípios, Estados e RMs.

O IVS e o IDHM são índices que se complementam, e o objetivo de ambos é instrumentalizar a sociedade – ou seja, fornecer informações de qualidade no âmbito municipal e metropolitano. Portanto, são ferramentas que permitem mais entendimento sobre as diversas realidades, além de apoiar a gestão pública e fortalecer capacidades locais. Ao contrário do IDHM, em que os índices que se aproximam de 1,00 correspondem à faixa muito alto, no IVS, a aproximação de 0,00 indica a baixa vulnerabilidade social. Os três

subíndices que o compõem são: infraestrutura urbana; capital humano; e renda e trabalho. O IVS representa um instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional.

Segundo dados do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (COSTA e MARGUTI, 2015), em 2000, o Brasil apresentava IVS igual a 0,446. Este valor indica que o País se encontrava na faixa da alta vulnerabilidade social. Passados dez anos, a vulnerabilidade social é reduzida a 0,326, correspondendo à faixa do médio IVS.

No MATOPIBA, entre os anos de 2000 e 2010, houve redução da vulnerabilidade social – ou seja, as condições sociais estão menos precárias. Nos anos 2000, 316 municípios da região possuíam índice de vulnerabilidade na faixa que corresponde ao nível muito alto, representando 93% dos municípios. Em 2010, houve redução desse número, mas 135 deles ainda se mantêm com vulnerabilidade social muito alta, representando 40% dos municípios da região. Destes que ainda se mantêm com vulnerabilidade social muito alta, 70% estão localizados no Estado do Maranhão.

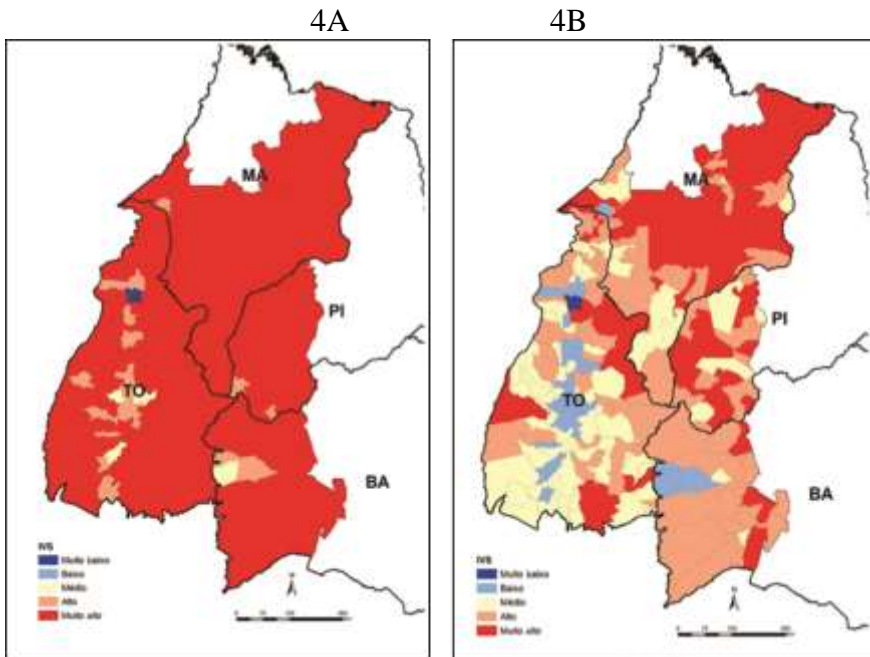
Em 2010, 110 municípios do MATOPIBA (32%) se encontravam na faixa de alta vulnerabilidade social, com destaque para os municípios da Bahia e do Piauí. Dos trinta municípios baianos que compõem a região, vinte possuem alta vulnerabilidade social. Já no Piauí, trinta dos 33 que fazem parte da região também

se encontram nesta faixa. A faixa de média vulnerabilidade representava 20% daqueles pertencentes a esta região, sendo que a grande maioria se localizava no Tocantins, o que, em números absolutos, significa sessenta dos 74 municípios.

Dessa forma, a análise do IVS reforça o que foi apresentado no início deste mapeamento, como observado no IDHM, que os municípios do Estado do Tocantins tiveram significativa melhoria em relação àqueles dos demais Estados que compõem a região. Ressalta-se que alguns deles podem ter diminuído sua condição de vulnerabilidade, mas não mudaram de faixas, como os 46 pertencentes ao Maranhão. Também se chama atenção para alguns nos quais o grau de vulnerabilidade aumentou; tais municípios representam exceção, e uma análise mais aprofundada sobre os motivos que explicam o aumento da vulnerabilidade foge ao escopo deste trabalho.

Nos anos 2000, Barreiras-BA era a microrregião que possuía o menor IVS (0,433), seguido por Porto Nacional (0,449), Gurupi (0,459), Rio Formoso (0,490), e Araguaína (0,517) no Tocantins. Nos anos 2010, essas microrregiões se mantiveram com o menor índice de vulnerabilidade, mas, se compararmos os números, observa-se que a microrregião da décima posição possui IVS inferior à primeira microrregião de 2000. A seguir, os mapas 4A e 4B mostram os dados do IVS por município nos anos 2000 e 2010.

Mapa 4 – Índice de vulnerabilidade social da região do MATOPIBA – 2000 – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (PNUD, IPEA e FJP, 2013)

3.3 Prosperidade social do MATOPIBA

A prosperidade social é a análise integrada do desenvolvimento humano (IDMH) com a vulnerabilidade social (IVS); ou seja, é a ocorrência simultânea de municípios que se encontram nas faixas de alto desenvolvimento humano com baixa vulnerabilidade social. O cruzamento das faixas do IDHM e do IVS gera a prosperidade social.

De acordo com o Atlas da Vulnerabilidade Social dos Municípios Brasileiros (COSTA e MARGUTI, 2015), a prosperidade social representa uma situação em que o

desenvolvimento humano se apoia em bases sociais mais fortes/completas, na qual o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população são tão presentes que há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas também das condições de vida no meio social.

Quadro 1 – Número de municípios por faixa da propriedade social – MATOPIBA – 2010

		IDHM		
		Baixa/muito baixa	Média	Alta/muito alta
IVS	Baixa/muito baixa	0	8	12
	Média	4	67	1
	Alta/muito alta	160	85	0

Fonte: Costa e Marguti (2015). Elaboração dos autores

A faixa de prosperidade social mais elevada no MATOPIBA possui um total de 21 municípios, o que corresponde a 6% da região. São eles: Alvorada, Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Dianópolis, Brasilândia do Tocantins, Cariri do Tocantins, Colmeia, Crixás do Tocantins, Fortaleza do Tabocão, Miracema do

Tocantins, Oliveira de Fátima e Tupirama, no Tocantins; Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia; e Imperatriz, no Maranhão.

No outro extremo do Quadro 1, nas faixas mais baixas da prosperidade social (baixa e muito baixa), em 2010, concentram-se 249 municípios (74%), que apresentam baixo/muito baixo ou médio desenvolvimento humano, combinados com alta/ muito alta ou média vulnerabilidade social. A faixa de média prosperidade social, em 2010, congrega outros 67 municípios (20%).

4. Considerações finais

As fortes transformações que vêm ocorrendo na região do MATOPIBA nos últimos anos são notáveis. Advindas em grande medida dos impactos gerados pela expansão da fronteira agrícola do Cerrado brasileiro, anteriormente restrita à Região Centro-Oeste, sobre as partes do território dos Estados da Bahia, do Tocantins, do Piauí e do Maranhão, com a presença do bioma Cerrado. Essa expansão começou há algumas décadas e se intensificou nos últimos dez anos.

Atualmente, o MATOPIBA se destaca pelo seu tamanho e sua importância crescentes, sendo considerada a segunda maior área agrícola brasileira depois do Centro-Oeste, com crescimento considerável, ultrapassando em muitas vezes os dados para os Estados do MATOPIBA e até mesmo do Brasil, como o crescimento populacional de 20,6%, resultando atualmente em 6,2 milhões de pessoas no território. O PIB

também acompanhou o dinamismo, crescendo 542%, entre 2000 e 2013, baseado preponderantemente na agricultura.

Muito embora a participação dos setores no PIB seja de 18,9% na agricultura, 15,9% na indústria e 65,3% nos serviços, é importante considerar que as atividades relacionadas ao setor de serviços possuem forte relação com o setor agrícola. Ainda mais por se tratar de agricultura moderna com capital intensivo, o fator trabalho é pouco utilizado, fomentando atividades de comercialização, transporte, logística - não somente dos grãos, como também dos insumos.

Ainda assim, a distribuição de renda não seguiu a mesma trajetória, o que trouxe crescimento, porém não trouxe desenvolvimento necessário. Assim, é possível afirmar que se trata de uma região de enclave, sob domínio de dois agentes econômicos: grupos multinacionais e grandes proprietários fundiários. Além disso, é uma região de difícil coalisão, devido às diferentes forças existentes na região, como a agricultura empresarial, áreas de preservação, agricultura familiar, quilombolas e indígenas.

Essa afirmação se reflete nos indicados IDHM e IVS, que mostram ter havido melhoria nas condições sociais e econômicas do MATOPIBA, porém em menor intensidade se comparado aos ganhos econômicos. No entanto, apesar dessa melhoria, destaca-se que esta região ainda apresenta baixo e médio IDHM na maioria dos municípios, e baixo e médio IVS. Ou seja, ainda existe muito a ser

feito pela região, principalmente no Estado do Maranhão, que obteve melhorias, mas estas são modestas em relação aos demais municípios.

Deste modo, este trabalho procurou contribuir para a necessidade de planejar cuidadosamente a expansão agrícola na região e seu potencial desenvolvimento, considerando a população vulnerável e sua inserção na economia local, bem como acerca dos recursos naturais ali existentes, conservando os mesmos, para que não se esgotem num modelo voltado apenas para atender as demandas do mercado externo.

Referências Bibliográficas

BRASIL.. **Decreto no 8.447, de 6 de maio de 2015** Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu comitê gestor. *In*: DIÁRIO Oficial. Brasília, 7 mai. 2015. n. 85, seção 1, p. 2. Disponível em: <<https://goo.gl/dw49K6>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. (Eds.). **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília:IPEA, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/d4BLBm>>.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Modalidades de terras indígenas**. Funai, [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/SSzc5Y>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2016.

LANDAU, E. C.; GUIMARÃES, D. P.; SOUSA, D. L. Expansão geográfica da agricultura irrigada por pivôs centrais na região do

Matopiba entre 1985 e 2015. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, Sete Lagoas, Embrapa Milho e Sorgo, n. 135, 2016.

MIRANDA, E. **Agricultura e preservação ambiental no Mapitoba**. Disponível em: <<https://goo.gl/A51xDF>>. Acesso em: 1 out. 2015.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro. Brasília: PNUD;IPEA; FJP, 2013. Disponível em: <goo.gl/qT8GaZ>.

SÁ, H. A.; MORAIS, L.; CAMPOS, C. S. S. Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do Matopiba a partir de uma perspectiva furtadiana. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba, 2015.

SANDRA FERNANDES LEITE

Docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integrante do grupo de Pesquisa GEPALE da FE (Unicamp). Doutora em Educação.

SUELI HELENA DE CAMARGO PALMEN

Doutora em Educação pela FE (Unicamp). Docente de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Campinas – SP.

O MAPA DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO: BUSCANDO ELEMENTOS PARA O MAPEAMENTO DA META 1 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO INFANTIL

Este trabalho apresenta um breve cenário da Educação no Maranhão, voltando o olhar para a Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/ 2014), ou seja, para Educação Infantil e sua contextualização no sul maranhense. O desafio em construir o mapeamento dessa região é parte de uma pesquisa maior, que se propõe a mapear diferentes metas do PNE em questão. Para este artigo, buscamos contextualizar o cenário nacional e maranhense em termos educacionais, visando, especificamente, compreender e construir o diagnóstico referente ao atendimento em creches e pré-escolas nesta região.

O MAPA DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO: BUSCANDO ELEMENTOS PARA O MAPEAMENTO DA META 1 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO INFANTIL

O Estado do Maranhão está localizado na região Norte do Brasil e compõe a pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), denominada “Mapeamento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na Região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo”.

Ao buscarmos o mapeamento do cenário educacional no Estado do Maranhão, delimitamos para essa pesquisa a sub-região sul do Maranhão, focalizando os municípios de Balsas, Alto Parnaíba, Benedito Leite, São Raimundo das Mangabeiras, Carolina e Porto Franco como parte de nossa amostragem.

Retomamos que a escolha dos municípios elencados faz parte da área que conforma os cerrados do Centro-Norte do Brasil, onde ocorre o maior impacto da expansão do agronegócio no contexto regional, sendo três municípios que apresentam muito impacto da atividade agrícola na economia local e outros três que, embora dentro da região de influência do agronegócio, possuem pouco ou nenhum impacto em suas dinâmicas socioeconômicas, conforme pontua Alves (2015).

A seguir, apresentamos uma tabela onde são apresentadas características que nos permitem perceber o perfil econômico e social dos municípios que compõe a delimitação da pesquisa em andamento, localizados no sul do Estado do Maranhão³⁹.

Características regionais
Balsas-MA é um município que se destaca pela agricultura mecanizada, e é o terceiro maior município produtor de grãos de soja da região do MATOPIBA. A cidade hoje conta com várias Faculdades e Universidades públicas e privadas, dentre elas destacam-se a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Faculdade Balsas (UNIBALSAS), Faculdade do Maranhão (FACAM), UNOPAR.
Alto Parnaíba-MA está localizado no extremo-sul do Estado. Sua população é de 10.304 habitantes. Está situado na margem esquerda do Rio Parnaíba, onde primitivamente habitaram os índios “Tapuias”.
Benedito Leite-MA possui 5.469 habitantes, e se localiza a 522 km de distância de São Luís.
São Raimundo das Mangabeiras-MA fica às margens do Rio das Neves e do Ribeirão Cachoeira, incluindo, ainda, as cacimbas do Bairro Ouro Preto, Palmeiras e o Riacho Engano. A agropecuária é o setor de mais destaque na economia municipal correspondendo, em 2010, a mais de 66% do PIB. Além disto, ficou em 30º lugar na lista das 100 cidades do país com maiores PIBs agropecuários, no mesmo ano de 2010.
Carolina-MA está localizado no sul do Estado, à margem direita do rio Tocantins. É conhecido pelas suas diversas cachoeiras. Carolina é o ponto de apoio para a visita ao Parque Nacional da Chapada das Mesas, onde se localizam diversas cachoeiras <i>ecanyons</i> . A base da economia de Carolina está no Comércio, Agricultura, Pecuária, Extrativismo e Turismo.
Porto Franco-MA é um município do Estado que possui um Distrito Industrial. Sua população estimada, em 2016, é de 23.511 habitantes. É banhado pelo Rio Tocantins, cortado pelas rodovias federais BR-010 e BR-226, pela rodovia

³⁹ Educação no Estado do Maranhão: <http://www.educacao.ma.gov.br/censo-escolar/censo-escolar-2018/>; E-mail: gabinete@educacao.ma.gov.br; ascom@educacao.ma.gov.br; Ouvidoria - (98) 3218-2357; ouvidoria@educacao.ma.gov.br. Fones: (98) 3221-8537; (98) 3221-8536.

estadual MA-336 e pela Ferrovia Norte-Sul. O Pátio Multimodal abriga as empresas Bunge, Cargill Multigrain e Agrex, que o utilizam para operações de carga, transbordo e armazenagem de grãos.

Também no Distrito Industrial, o Grupo Algar, de Uberlândia-MG, instalou uma unidade industrial produtora de óleo de soja, denominada ALGAR AGRO.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org>

Vale destacar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Maranhão é o 8º maior do País, sendo relevante conhecer seu perfil educacional e verificar o quanto a expansão econômica interfere na expansão do atendimento educacional dessa população.

MARANHÃO



Área territorial

331.936,949 km²
(o 8º maior do país)

População estimada

7.000.229 pessoas
(a 10ª maior do país)

Densidade demográfica

os estados no Brasil)

Pessoas de 16 anos + em trabalho formal

26,8%

■ Fonte: IBGE

De acordo com o levantamento socioeconômico, realizado pelo SEADE⁴⁰ (s/d, p. 64), focando a taxa de escolarização, tendo como referencial as matrículas, foi possível observar que:

[...] o Maranhão apresentou, em 1991, 36% para a pré-escola superando a taxa do Brasil, 80% para o ensino fundamental superando a da Região Nordeste, e 8% para o ensino médio, ficando aquém do Brasil e da Região Nordeste. Com exceção da pré-escola, em 1998, houve um aumento nas taxas de escolarização do ensino fundamental no Estado (88%) e na Região Nordeste (90%), acompanhando a tendência nacional. No ensino médio, no entanto, as taxas de 17% e 15% continuaram muito aquém dos 31% apresentados pelo Brasil, indicando que tanto o Estado quanto a Região Nordeste ainda enfrentam sérios problemas de acesso e permanência dos jovens, nesse nível de ensino. (SEADE, s/d, p. 64)

Quanto à Educação Infantil, especificamente quanto à Pré-Escola, em 1998 verificou-se que a Rede Federal atribuiu a responsabilidade por sua oferta ao Estado e municípios, consolidando a distribuição de responsabilidades fiscais, conforme previsto pela LDB de 1996, mas se isentando do princípio da colaboração com tais entes federados.

Até 1998, a Rede Estadual manteve 11% dos alunos da Pré-Escola/Classe de Alfabetização, 26% do Ensino Fundamental e 56% do Ensino Médio. Quanto à Educação Infantil, 24% das matrículas eram mantidas pela rede particular, enquanto a Rede Municipal passou a atender 65% das matrículas na pré-escola, confirmando a responsabilidade dos municípios para com a primeira etapa da Educação Básica, prioritariamente. (SEADE, s/d, p. 64)

⁴⁰ Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ma.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

Ao olharmos para o aspecto educacional que marca o Estado do Maranhão, conhecemos também os aspectos sociais e econômicos que permeiam sua população, traçando um perfil de seu desenvolvimento humano e revelando o quanto pensar num Plano Nacional de Educação se torna relevante para a melhoria das condições de vida da população.

Contudo, como fazer um Plano Nacional sem antes traçar diagnósticos locais para conhecer a situação de cada estado?

Com o olhar voltado para a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/14) para o decênio 2014-2024, - ou seja, para a universalização, até 2016, do atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e a ampliação da oferta da educação infantil de modo a atender a 30%; e, até 2020, a 50% da população de até 3 anos - buscamos contextualizar o cenário da Educação Infantil no sul Maranhense, buscando elementos para que, no panorama local, possam favorecer a elaboração e execução de Políticas Educacionais que correspondam ao Plano Nacional (PNE).

A Educação Infantil no Brasil e o Contexto Maranhense

Ao pensarmos na Educação Infantil no Brasil, vale lembrar que, historicamente, o surgimento da creche teve a finalidade de liberar a mão-de-obra da mãe pobre para o trabalho extradomiciliar., Contudo, enquanto na Europa as creches surgem visando atender as necessidades das mulheres que trabalhavam no setor industrial, em

nosso país essa demanda se dá inicialmente entre as trabalhadoras domésticas, já que aqui a industrialização encontrava-se em seus primórdios de desenvolvimento.

É somente no início do século XX que acontece a inserção da mulher no mercado de trabalho industrial, e o conseqüente processo de urbanização, que modificam o contexto econômico nacional e que intensificam as reivindicações das mães trabalhadoras pelas instituições de Educação Infantil, especialmente pelas creches, enquanto um espaço de guarda para deixarem seus filhos e filhas durante a sua jornada de trabalho.

Segundo Rosemberg (1995), é dentro dessa ótica que se dá o desprendimento da responsabilidade familiar para com a educação e cuidado da criança, deixando de ser encargo exclusivo da esfera privada e passando a se constituir dentro do capítulo das Políticas Públicas, ou seja, a família e o Estado passam a dividir a responsabilidade quanto ao bem-estar infantil, desempenhando ações complementares.

As primeiras formas de assistência aos filhos das mulheres que trabalhavam fora de casa se deram no final do século XIX, no Brasil, por iniciativa de alguns empregadores com objetivos assistenciais e de atendimento médico. Entretanto, o atendimento à infância modificou-se ao longo dos anos por influência de fenômenos sociais e históricos, como a regulamentação do trabalho feminino e,

principalmente, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943 (PALMEN, 2005).

Não podemos negar os avanços em termos de Políticas Públicas voltadas para a Educação da Infância em nosso país, pois em seus tempos iniciais, a creche vinculava-se apenas às necessidades decorrentes do trabalho extradomiciliar da mulher. O cenário modificou-se desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, onde a Educação Infantil passou a ser vista como "um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família". Em 1990, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que retoma a importância da preservação desse direito e, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB 9394/96), na qual a Educação Infantil passou a ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, marcando uma ruptura com a visão assistencialista e reforçando o caráter educacional das instituições de Educação Infantil.

A ideia de Plano Nacional de Educação, historicamente discutida no campo educacional, também trouxe amparada na LDB de 1996 a busca pelo avanço nas Políticas Públicas voltadas à Educação e destacamos neste contexto Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/14) para o decênio 2014-2024 como nosso referencial de pesquisa.

Autores que estudam a história da Educação Infantil como Campos (1999), Kulhmann Jr. (2001), Rosemberg (1995), entre outros, nos mostram que as redes públicas de creches se originaram

por motivações ligadas às políticas de incentivo ao trabalho materno, exercendo nesse contexto uma função compensatória. Somente a partir de 1988 o direito da criança ao atendimento em creches passou a ser garantido pela promulgação da Constituição Brasileira, não restringindo o direito à assistência unicamente à mulher, mas pontuando o direito à educação desde o nascimento.

Nos tempos atuais, já não é apenas a inserção da mulher no mercado de trabalho que explica a busca por creches e pré-escolas, mas também uma movimentação em torno da infância, revelando a preocupação quanto as suas necessidades educativas e de socialização, ou seja, como portadora de especificidade.

Esse reconhecimento se reitera a partir da LDB 9394/96, estabelecendo a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica (Art. 29), cuja finalidade pontua a busca pelo desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, sendo complementar à família e exercendo as funções indissociáveis: educação e cuidado. A busca pela ampliação desse atendimento se materializa na Meta 1 do PNE 2014-2024, reforçando a importância de se prever a oferta e padrões de qualidades para tal atendimento.

Segundo Donald Souza (2014, p. 152), ao abordar a Educação Infantil, não basta estabelecermos metas para a ampliação de seu atendimento se não pensarmos em seu financiamento, portanto na revisão da divisão de responsabilidades:

No caso da educação infantil, conforme sinalizado por Didonet (2003), as diretrizes e os objetivos e metas correlatos evidenciam a intenção de o PNE torná-la efetiva como primeira etapa da educação básica, porém, de acordo com Barreto (2003), isso somente seria possível se o seu atendimento contasse, de fato, com ações supletivas da União e dos estados, especialmente em municípios que apresentassem necessidades técnicas e financeiras, o que ocorria com acompanhamento da aplicação dos recursos por essas localidades e pelo CNE, conforme indicado por Araújo (2002). (DONALD SOUZA, 2014, p.152)

Vale destacar que, em 11 de junho de 2014, é homologado e publicado em Diário Oficial o Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE MA), no qual são retomados preceitos constitucionais quanto a responsabilidade das esferas administrativas para com cada etapa da Educação Básica. O artigo 211 da Constituição Federal é retomado em seu parágrafo 4º, onde se estabelecem as áreas de atuação e de responsabilidade de cada esfera governamental, destacando-se a responsabilidade da União pela organização e financiamento da Educação Superior; os Estados prioritariamente na oferta do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; e os municípios tendo como prioridade o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

A LDB (9394/1996) também é recuperada no texto do Plano Estadual de Educação do Maranhão, no que tange a responsabilidade de cada ente federado para com a educação.

Ao considerarmos a Meta 1 do PNE (2014-2024), que por sua vez refere-se à universalização da Educação Infantil – Pré Escola até 2016, ou seja, garantir que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam

matriculadas na Educação Infantil, o PEE- Maranhão estabelece em seu artigo 11º que:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; (...) (MARANHÃO, PEE, 2014)

De acordo com estudos do Observatório da Criança, em 2004 o contexto maranhense era de vulnerabilidade social, pois 70% da população estava abaixo da linha de pobreza, com um dos piores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e o último colocado em renda per capita do País. Apesar desse cenário, em 2006 o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou estudos visando mapear os investimentos voltados à infância e aos adolescentes no Estado do Maranhão, em termos de Políticas Sociais, e apontou que:

[...] nenhum investimento nas áreas quilombolas, foram executados apenas 4% do previsto nos assentamentos rurais, somente 27% para os indígenas e 3% para pessoas com deficiência. Quanto a iniciativas que poderiam melhorar a qualidade da educação, como melhoria e desenvolvimento da escola, foram reservados apenas 8%; para a expansão das escolas, 14%; para a saúde na escola, 16%, e para educação física, 14%. Quanto à inserção de alunos em atividades de geração de emprego e renda, não foi executado nenhum percentual. Esta situação se repete em 2005 para a educação no campo, com apenas 1,83% de recursos executados, 1,34% para construção de centro de atendimento para pessoas com deficiência. Há maior investimento na educação indígena (executando 81,71%), mas nenhum investimento em ações educacionais nas áreas quilombolas (CEDCA, 2006, p. 20).

Ao realizar um mapeamento do contexto maranhense, visando a elaboração do Plano Estadual de Educação do Maranhão, foi

possível verificar via Censo de 2010 e via dados do UNICEF de 2009 o panorama do atendimento à Educação Infantil no Maranhão, conforme publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão (DO, 21 de junho de 2014):

De acordo com o Censo de 2010 a população maranhense de crianças de 0 a 3 era de 502.815 e a na faixa etária de 04 a 05 anos de 269.137 crianças. Destes totais, apenas 102.246 (20,25%) frequentavam creches e 269.137 (88,2%) frequentavam pré-escolas. Dados da infância brasileira - UNICEF/2009 demonstram que os municípios maranhenses não apresentam atendimento em creche, entretanto, na pré-escola a matrícula é significativa, apresentando um crescimento continuado e de predomínio da rede municipal a ambos os estágios da educação infantil, concentrando cerca de 80% das matrículas. (MARANHÃO, DO, 21 jun. 2014)

Através da tabela, apresentada no Diário Oficial do Estado do Maranhão em 21 de junho de 2014, podemos perceber a composição das matrículas na Pré-Escola, conforme a Dependência Administrativa.

INFANTIL - PRÉ ESCOLA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA 2000-2012

ANO	PRÉ-ESCOLA				TOTAL
	Municipal	Estadual	Federal	Privada	
2000	148.985	17.312	11	45.232	211.540
2001	175.446	14.582	31	50.166	240.225
2002	182.644	9.822	32	54.393	246.891
2003	190.397	10.150	52	67.487	268.086
2004	202.853	8.853	54	73.587	285.347
2005	235.775	4.172	-	73.339	313.286
2006	244.089	3.313	-	68.945	316.347
2007	242.384	920	-	48.477	291.781
2008	247.006	1.418	-	47.838	296.262
2009	247.972	368	-	46.648	294.988
2010	230.487	377	-	42.920	263.774
2011	224.292	206	-	42.567	267.065
2012	219.518	150	-	41.242	260.910

Fonte: INEP/MEC

Quando pensamos no atendimento em creche, ou seja, de 0 a 3 anos de idade, vemos Estado e municípios agindo em parceria para essa oferta educacional.

MARANHÃO	Educação Infantil			
	Creche		Pré- escola	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Estadual Urbana	14	00	06	00
Estadual Rural	00	00	01	00
Municipal Urbana	75	03	646	01
Municipal Rural	27	00	342	02
Estadual e Municipal	116	03	995	03

Fonte: Maranhão, DO, 21 jun. 2014, p. 11.

Embora as normatizações legais tenham possibilitado a garantia da Educação Infantil no âmbito das políticas educacionais, conforme debate ocasionado na 38ª Reunião Nacional da ANPEd – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís - MA, a inserção das políticas educacionais no contexto das redes municipais de Educação Infantil tem sido um desafio.

O nosso desafio tem sido pensar como os municípios se organizaram, estruturalmente, para atender as demandas das políticas públicas para a Educação Infantil – Meta 1 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), seguindo os preceitos Nacionais e Estaduais, considerando-se as diferentes realidades locais, tanto em termos geográficos, econômicos, quanto sociais.

Referências Bibliográficas

ALVES, V.E.L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins** . 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

_____. **Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)** Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: MEC, [2014]. Disponível em: <gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm.> Acesso em: 20 dez. 2018.

CAMPOS, M. M. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa, FCC**, São Paulo, n. 106, p.117-127, mar. 1999.

CAMPOS, M. M. A legislação, as políticas nacionais de educação e a realidade: desencontros e desafios. *In*: MACHADO, Maria Lúcia de A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 27-42.

CEDCA - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Crianças e Adolescentes no Maranhão: uma prioridade fora do orçamento**. São Luís: 2006.

KUHLMANN JR., M.. **Infância e Educação infantil** - uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MARANHÃO-MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão. **Estabelece o Plano Estadual de Educação**. Maranhão: Imprensa do Estado, [21 jun. 2014].

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Lei nº 13005 de 2014**. Plano Nacional de Educação Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PALMEN, S. H. C. **A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP, UNESP**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MARANHÃO - MA. **Lei nº 10.099, de 2014**. Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE). Disponível em: <http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf>.

ROSEMBERG, F. (org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989.

_____, A criação dos filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. *In*: RIBEIRO & RIBEIRO. **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995, p. 167-190.

SOUZA, D. B. de. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024, Estudos. **Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 140-170, set./dez. 2014

UFMA. 38ª Reunião Nacional da ANPEd. São Luís, 1-5 out. 2017.

ANEXO - Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/14) para o decênio 2014-2024, que tem como meta 1:

Meta 1: universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégias:

1.1. definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

- 1.2.** garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 anos, oriundas do quinto de renda familiar *per capita* mais elevado e as do quinto de renda familiar *per capita* mais baixo;
- 1.3.** realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
- 1.4.** estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
- 1.5.** manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;
- 1.6.** implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
- 1.7.** articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social, na área de educação, com a expansão da oferta na rede escolar pública;
- 1.8.** promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da Educação Infantil garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
- 1.9.** estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas, que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de zero a cinco anos;
- 1.10.** fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na Educação Infantil, nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada;
- 1.11.** priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(às) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a Educação Bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica;
- 1.12.** implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade;

1.13. preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 anos de idade no ensino fundamental;

1.14. fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.15. promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos;

1.16. o Distrito Federal e os municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.17. estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

EMILY TUANY SOUZA ROSÁRIO

Pedagoga formada pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

SANDRA FERNANDES LEITE

Doutora em Educação. Docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Integrante do grupo de Pesquisa GEPALÉ da FE/Unicamp.

SUELI HELENA DE CAMARGO PALMEN

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação/Unicamp. Docente de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Campinas-SP.

A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): A INTERFACE COM O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS E COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO NACIONAL-TO

Este trabalho se propõe a descrever a atual conjuntura da Meta I – Educação Infantil do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024) em um município do Estado do Tocantins. O mesmo é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, parte de uma pesquisa maior denominada “MAPEAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014/2024 NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: UM ESTUDO QUANTITATIVO E QUALITATIVO”, Processo nº 2017/05658-5, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A pesquisa partiu do diagnóstico da Educação Infantil retratado no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/2014) e buscou atrelar a Meta I na realidade do Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado do Tocantins, optando pela seleção de um município do deste Estado para a análise de seu respectivo Plano Municipal de Educação (PME), o município de Porto Nacional. Assim, ao longo do artigo apresentamos aspectos legais que demarcam a constituição da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e sua constituição no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE) e Plano Municipal de Educação de Porto Nacional (PME) – TO .

A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): A INTERFACE COM O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS E COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO NACIONAL-TO

Introdução

Este artigo se propõe descrever a atual conjuntura da Meta I – Educação Infantil do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024⁴¹) em um município do Estado do Tocantins, mais especificamente, o município de Porto Nacional. Vale destacar que o mesmo é parte de uma pesquisa maior “MAPEAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014/2024 NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: UM ESTUDO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, Processo nº 2017/05658-5, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Através da revisão bibliográfica e documental, e por meio de um levantamento quantitativo e qualitativo dos principais indicadores educacionais e sociais do município de Porto Nacional, buscou-se analisar o contexto da Meta I do PNE 2014-2024, tendo

⁴¹ O Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024) estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional em todo o território brasileiro.

como parâmetros o Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins e o Plano Municipal de Educação de Porto Nacional.

Em termos legais, observamos que a Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Estado o dever de garantir o atendimento às crianças em creches e pré-escolas (Art. 208, IV), especificando que à União caberia prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios para garantir equalização das oportunidades e padrão mínimo de qualidade. Determinou que os municípios atuassem prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (Art. 211, § 2º).

Outro importante documento trata-se do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA). Em 1990, o ECA reafirma esses direitos, ao mesmo tempo em que estabelece mecanismos de participação e controle social na formulação e na implementação de políticas para a infância.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴² (LDB), n.º 9394/1996, colocou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Isso introduziu a perspectiva de que essa etapa, progressivamente, deveria ser estendida a toda a população brasileira compreendida na respectiva faixa etária. A Educação

⁴² A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida pela sigla LDB, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 17 de dezembro de 1996, promulgada em 20 de dezembro e publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 5 abr. 2009.

Infantil passou a ser um direito da criança e um dever do Estado, que deve prever instituições para esse fim. Conforme estabelecido no Art. 29 da LDB, a finalidade da mesma consiste em atender às crianças até 5 anos de idade, promovendo seu desenvolvimento integral, que abrange, dentre outros, os aspectos físico, psicológico, cognitivo, linguístico, social, emocional e psicomotor. Complementa, assim, a ação da educativa da família e da comunidade.

Outro documento oficial que marca os aspectos legais sobre a Educação é o Plano Nacional de Educação (PNE). A ideia de Plano para Educação Brasileira não é algo novo. Desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, houve intenções de criação de um plano de educação no Brasil.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. ° 4.024, de 1961. Mas não foi posto como lei, era um conjunto de metas que deveriam ser atingidas em oito anos. Em 1966, passou a se chamar Plano Complementar de Educação, e, somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2014a), foi recuperada a ideia de Plano Nacional de Educação como uma lei.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (2001-2011), que definiu a ampliação da oferta de Educação Infantil “de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e a 60% da população de 4 a 6 anos (ou de 4 e 5) e, até o

final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.”

O PNE 2001/2011 assinalava em relação às competências dos entes federados: “Na distribuição de competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB foram explícitas na corresponsabilidade, das três esferas de governo – município, Estado e União – e da família”. A articulação com a família visava, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação familiar e escolar, que estas se complementassem e se enriquecessem, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. A Lei que instituiu o PNE determinou que os Estados, o Distrito Federal e os municípios elaborassem seus respectivos planos decenais. Esses planos deveriam ser construídos num processo democrático, amplamente participativo, com representação do governo e da sociedade, com vistas a desenvolver programas e projetos nos próximos anos.

Entretanto, o PNE (2001-2011) atravessou a década e, ainda assim, os desafios para a Educação Infantil ficaram longe dos resultados esperados. O que se observou foi praticamente um abandono das Metas estabelecidas pelo plano, alguns Estados e municípios não chegando nem mesmo a elaborar seus planos estaduais e municipais. Mais uma vez, um plano para a educação brasileira se limita as boas intenções, sendo muito pouco de fato efetivado.

Assim, foi preciso pensar um novo Plano Nacional de Educação, o qual se encontra em vigor, o Plano Nacional de Educação – Lei nº 13005/2014. Esse Plano é composto por dez diretrizes, 20 metas e estratégias que deveriam reger as iniciativas na área de educação, abrangendo todos os níveis de formação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Buscamos ao longo deste artigo visualizar a situação da Educação Infantil, Meta 1 do atual PNE, delimitando o contexto do município de Porto Nacional - TO, realizando dessa forma um mapeamento diante do Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado do Tocantins e a análise da Educação Infantil no município de Porto Nacional, tendo como parâmetros o referido PNE.

Enfim, diferentes são os posicionamentos relativos ao papel da Pré-Escola, porém existe consenso que a criança, por possuir uma identidade própria, exige uma educação que contemple o ser que ela é. Considerando as peculiaridades dessa etapa educativa, a Educação Infantil é oferecida em creches e pré-escolas. As creches, ou entidades equivalentes, destinam-se a criança de 0 a 3 anos de idade; as pré-escolas, a crianças de 4 a 5 anos.

Embora a Educação Infantil não seja etapa obrigatória e sim direito da criança, opção da família e dever do Estado, o número de matrículas vem aumentando gradativamente, cabendo às Políticas Públicas conhecer o diagnóstico regional, a fim de estabelecer

estratégias para o cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE 2014-2024.

A seguir, buscamos situar a Educação Infantil no Estado do Tocantins e, posteriormente, focalizamos um caso local, a Educação Infantil em Porto Nacional.

O Estado do Tocantins e o Plano Estadual de Educação: olhando para Meta 1 – Educação Infantil

Lembrando que a Meta 1- Educação Infantil do PNE (2014-2024) refere-se à universalização da Educação Infantil –Pré-Escola até 2016, ou seja, garantir que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas na Educação Infantil -, voltaremos o olhar para as características do Estado de Tocantins e buscaremos compreender como o PNE (2014-2024), considerando especificamente esta Meta, se efetiva no Plano Estadual de Educação desse Estado.

Focalizando no Plano Estadual de Educação do Tocantins, é possível verificar que a Meta 1, cujo foco está na Educação Infantil, estabelecia a universalização do acesso à Pré-Escola para crianças de 4 a 5 anos até o ano de 2016, assim como previsto pelo PNE 2014-2024.

Desde o ano de 2001, observou-se um crescimento constante na porcentagem dessas crianças na Educação Infantil, chegando a atingir 90,5% no ano de 2015, segundo informações do site do Observatório do PNE em 2018, citando dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). Em números absolutos,

foram aproximadamente 4,9 milhões de crianças que estavam nessa etapa. Considerando os anos de 2013 e 2015, o indicador avançou 2,6 pontos percentuais.

Olhando esse indicador, de acordo com a renda familiar *per capita*, verificou-se que, quanto maior o nível econômico, maior a taxa de atendimento à Educação Infantil no ano de 2015. Os 25% mais pobres apresentaram o menor desempenho no indicador, com 88,3% das crianças na etapa da Pré-Escola. Já se considerados os níveis intermediários, observamos que estes ultrapassaram essa porcentagem, tendo atingido respectivamente 91,2% e 93,6%. Já os 25% mais ricos representaram o melhor desempenho em 2015, atingindo a marca de 96,3 de crianças com acesso à escola, sendo, portanto, o único grupo em condições de atingir a meta e garantir o cumprimento parcial do que especifica a Lei do PNE (2014-2024) (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018).

Considerando os dados da comparação por localidades urbana e rural, observou-se que houve um alto crescimento das matrículas da população rural nos últimos 10 anos, subindo de 62,5%, em 2006, para 84,6%, em 2015. A taxa de matrícula da população urbana apresentou crescimento constante. Outra comparação possível se refere à raça/cor das crianças, evidenciando que os brancos apresentaram um número maior de matrículas no ano de 2015, totalizando 91,6% de crianças atendidas. Em relação aos pretos e pardos, os dados indicaram que estes possuíam taxa de matrícula

muito próximas, com 87,3% e 89,8%, respectivamente (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018).

Na Tabela a seguir, podemos observar a Meta 1 – Educação Infantil – Porcentagem de Crianças de 4 a 5 anos na Educação Infantil Brasil/Região Norte/Estado do Tocantins.

Tabela 1 – Educação Infantil – Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na escola

Localidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	66,4	67,6	69,7	71,8	72,5	76,7	78,9
Tocantins	49,4	53,8	58,6	51,6	62,7	68,8	71,9

Localidade	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	81,1	83	85,6	85,9	87,9	89,1	90,5
Tocantins	73,1	75,5	75,2	83,3	81,3	80,6	91,3

Fonte: Site do Observatório do PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/1-educacao-infantil/indicadores/porcentagem-de-criancas-de-4-e-5-anos-na-escola/#indicadores> Acesso em: 08 dez. 2018.

Conhecendo o município de Porto Nacional-TO

O nascimento deste município, de acordo com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018), teve início às margens do rio Tocantins, em 1738, e foi nomeado como Porto Real. Através dele, se fazia a conexão entre os dois centros de mineração de ouro da época, Bom Jesus do Pontal e Arraial Carmo. O primeiro morador deste município foi um barqueiro, Félix Camoa, no final do século XVIII, que era responsável por realizar a travessia dos mineiros das minas de Bom Jesus do Pontal até as do Arraial do Carmo. A cidade abrigava as instituições da Metrópole portuguesa,

responsáveis pela cobrança de impostos sobre a extração de ouro. Na época do Império, o povoado ficou conhecido como Porto Imperial e, somente com a chegada da República, o Município ficou com o atual nome, Porto Nacional.

Em 1805, os índios Xerentes, cansados com a exploração que sofriam, atacaram e destruíram o Garimpo de Bom Jesus do Pontal. Os sobreviventes do massacre se refugiaram e montaram residências em Porto Real. A Família Real Portuguesa chegou ao Brasil em 1808 e potencializou a futura Porto Nacional. Em 9 de março de 1809, Dom João VI editou o Alvará de criação de uma Comarca no Norte de Goiás, que era denominada como São João da Barra, hoje denominada Marabá, no Estado do Pará. O Desembargador Joaquim Teotônio foi, então, nomeado para dirigir essa Comarca, e sua responsabilidade era desenvolver a navegação nos Rios Araguaia e Tocantins e estimular a lavoura e a pecuária na região. A partir de então, Teotônio Segurado instala ali a Cabeça de Julgado e passa a residir alternadamente em Porto Real, Palma (hoje Paranã) e Natividade. O Desembargador convidou as importantes famílias de Monte do Carmo a residirem em Porto, com o intuito no desenvolvimento da vila, e, devido ao crescimento de Porto, foi promovido para Porto Imperial em 1831.

Em 1861, a vila de Porto Imperial conquista o título de cidade, com o nome de Porto Nacional, após seu amplo crescimento comercial para os comerciantes de bote que faziam migração entre

Palmas e Belém do Pará, e vice-versa. Porto conquistou, em 1886, o cognome Berço Intelectual do Norte Goiano, após a chegada de Padres Dominicanos, que eram importantes missionários. O Doutor Francisco Ayres da Silva, além de prestar serviços de assistência médica a Porto, também foi político, jornalista e fundador do jornal Norte de Goiás, que defendia causas do desenvolvimento regional. Em 1929, esse doutor também trouxe para a região os primeiros veículos Ford e um caminhão Chevrolet, adquiridos no Estado do Rio de Janeiro e encaminhados a Porto por Minas Gerais e Bahia, abrindo assim caminhos para o sertão. Até os dias atuais permanece o trabalho das Freiras Dominicanas que chegaram em Porto Nacional, em 1904. O trabalho hoje é representado através do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a área total do Município é de 4 449 917 km² habitantes, com uma densidade demográfica de 11,04 habitantes por km². O Censo também indicava 86,38 como taxa de urbanização. A população urbana era de 42.435 habitantes, já a rural era de 6.711 habitantes. A maioria da população se declarava parda (30,112). Ainda neste dado ano, a cidade contava com um total de 13.748 famílias, destes, 4.370 obtinham o benefício do bolsa família.

Porto Nacional contribuiu significativamente para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Atualmente, a cidade possui um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do polo

da Universidade Estadual do Tocantins. Porto Nacional também conta com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, ainda, com uma unidade da Escola da Família Agrícola (EFA).

Figura 1- Mapa da localização geográfica do Município



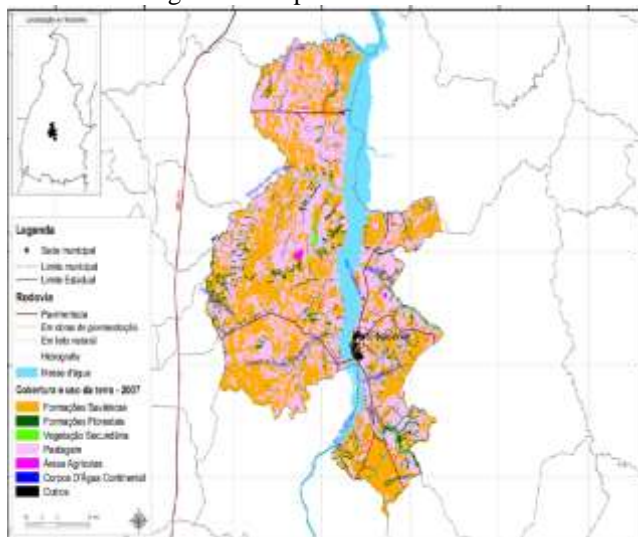
Fonte: Diretoria de Pesquisa e Informações Estatísticas. Base de Dados Geográficos do Tocantins.

Os cursos são ministrados entre janeiro e julho, através da Pedagogia da Alternância, e atuam como instrumento de democratização do conhecimento do campo que têm propostas e apoios de projetos de educação, e utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Os custos de permanência são financiados pelos projetos e o público alvo são os assentados ou reassentados pelas reformas agrárias. Grande parte do

solo de Porto Nacional é composta pelo Cerrado, áreas de agricultura e áreas satânicas. O Censo Agropecuário aponta a soja como principal produto agrícola produzido nesta cidade. Os produtos agrícolas cultivados em menor quantidade são: arroz, cana-de-açúcar, feijão, melancia, mandioca, assim como os pescados, como o pacu e o pintado.

A prefeitura deste Município é composta por 14 Secretarias Municipais e uma Subprefeitura. As secretarias são: da Saúde, da Educação, da Assistência Social, da Administração, da Fazenda, da Agricultura, da Comunicação, da Juventude, de Planejamento, do Esporte, de Produção, de Cultura e Turismo, de Infraestrutura e a de Segurança Pública.

Figura 2 - Mapa de Porto Nacional.



Fonte: Perfil Socioeconômico do município de Porto Nacional apud Diretoria de Pesquisa e Informações Estatísticas. Base de Dados Geográficos do Tocantins - atualização 2012. Palmas, SEPLAN/DPIE, jan. 2012.

A educação em Porto Nacional-TO e seu Plano Municipal de Educação

Segundo dados do INEP (2016), o total de matrículas na Educação Básica na cidade de Porto Nacional são de 16.517. As matrículas na Educação Infantil chegam a 2.587, sendo 856 em creches e 1.731 em pré-escolas. Dessas 856 matrículas em creches que atendem crianças de 0 a 3 anos em Porto Nacional, 815 são da área urbana, sendo que 622 são da rede municipal e atendem no período integral, dez são da rede estadual e 224 são da rede privada, ambas atendem em período parcial. As unidades educacionais rurais contabilizam 41 matrículas, sendo que 24 são da rede municipal e 17 da rede privada. Já as pré-escolas contabilizam 1.731 matrículas no Município, das quais 485 são da rede privada e 1.246 da rede municipal, e ambas atendem em período parcial.

As matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental chegam a 6.188, já nos anos finais são de 4.260; e as do Ensino Médio são de 2.521, sendo 1.974 propedêuticos e 547 cursos técnicos integrados. As matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio totalizam em 815, sendo que 547 são do curso técnico integrado ao médio e 138 cursos técnicos concomitantes, e 130 são do curso técnico subsequente. As matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) são de 693, das quais 343 são EJA do Ensino Fundamental e 350 do Ensino Médio. O Município também conta com as matrículas na Educação Especial, que contabilizam 614, das

quais 510 em classes comuns e 104 classes exclusivas. Do total de 16.517 matrículas na Educação Básica, a sua grande maioria está nas classes urbanas com 12.694, já as classes rurais contabilizam 3.823 matrículas na rede.

De acordo com os indicadores do Censo 2016, a Rede Municipal mantém salas multietapas. Os dados relatados pelo Censo sobre o Ensino Fundamental são de 10.448 matrículas, das quais 6.188 são referentes aos anos iniciais e 4.260 aos anos finais. Segundo esses dados, são atendidas 615 crianças dos anos iniciais pela Rede Estadual, das quais 4.408 são matriculadas na Rede Municipal e 1.165, pela rede privada. Destas, 4.517 crianças são atendidas em área urbana e 1.671 em área rural. Desta fase da Educação Básica, 598 crianças frequentam o ensino de tempo integral e 5.590 crianças o ensino em período parcial. Dos anos finais, são atendidas 3.380 crianças pela Rede Estadual e 184 pela Municipal, e 696 pela rede privada.

O Ensino Médio tem computado 2.521 matrículas, destas 1.063 são do primeiro ano com 143 na Rede Federal, 800 na Estadual e 120 na privada. Já o segundo ano dessa fase são 840 matrículas no total, sendo 97 da Rede Federal, 655 da Estadual e 88 da privada. O terceiro ano do Ensino Médio traz um total de 618, das quais são 96 matrículas na Rede Federal, 459 na Estadual e 63 na rede privada. Destas, 1.965 são matrículas da região urbana e 556 são área rural. Todas as matrículas rurais são da Rede Estadual. Destes dados do

Ensino Médio, 520 são de matrículas em escolas de tempo integral e 2001 são em período parcial. Segundo o Censo, as matrículas no Ensino Profissional totalizam 815, sendo que 547 são integrados ao Ensino Médio, das quais 336 são na Rede Federal, 221 da Rede Estadual – destas, 138 são concomitante-privada e 130 são subsequentes (48 Federal, 24 Estadual e 58 privada). Dessas matrículas, 619 são da área urbana, contando com 384 da Rede Federal e 39 da Estadual. E 196 são matrículas da Rede Estadual da área rural.

O Município atende 693 adultos pela Educação de Jovens e Adultos , sendo que dessas, 602 matrículas são da área urbana e 61, da área rural. Destes dados, 343 estudantes cursam o Ensino Fundamental, dos quais 93 pela Rede Estadual, 212 pela Rede Municipal e 38 pela rede privada. O restante, que totaliza 350 estudantes, são os que cursam o Ensino Médio e todos frequentam a Rede Estadual. A Educação Especial conta com 614 matrículas, sendo que 510 delas são em classes comuns e 104 em classes exclusivas. Dessas matrículas, 417 são da área urbana e 93 da área rural. Destas, 72 matrículas são no ensino de tempo integral e 438 no período parcial. As matrículas na Educação Infantil, são de 27, sendo 13 na creche e 14 na pré-escola. O Ensino Fundamental conta com 473 matrículas, sendo que 307 são nos anos iniciais e 166, nos anos finais. Já no Ensino Médio, a quantidade de matrículas é de apenas 31 estudantes, sendo um no curso subsequente. A educação de

jovens e adultos conta com 82 matrículas, das quais 78 são do Ensino Fundamental e quatro do Ensino Médio.

Dentre os tipos de deficiências, estão destacadas as seguintes: Cegueira, Baixa Visão, Surdez, Deficiência Auditiva, Deficiência Física, Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, Autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI), e Altas Habilidades/Superdotação. Porto Nacional abrange o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o qual se realiza através de Ações Estratégicas, que consistem em ações intersetoriais e territorializadas, voltadas à aniquilação acelerada do trabalho infantil no Município. A configuração do projeto destaca-se em cinco estruturas: informação e mobilização, identificação, proteção social, defesa e responsabilização, e monitoramento.

Vale lembrar que o Plano Nacional de Educação tem vigência de dez anos (2014-2024) e estabelece as metas nacionais para a melhoria da Educação. Nesse sentido o Estado do Tocantins pensa o seu Plano Estadual de Educação, o qual foi aprovado em 08 de julho de 2015, através da Lei nº 2977.

Sua vigência prevê a década de 2015 a 2025. Em seu Artigo 1º destaca “é aprovado, na conformidade do artigo 8º da Lei nº 13005/2014” (PEE/TO, 2015).

Na mesma linha, o município de Porto Nacional - TO também pensa o seu Plano Municipal de Educação⁴³, o qual foi aprovado em 24 de junho de 2015, pela Lei n.º 2248. A Lei foi assinada pelo prefeito municipal Otoniel Andrade.

Considerando a Educação Infantil no Plano Municipal de Educação, do Município de Porto Nacional, destacamos que sua vigência é de dez anos (2015-2025) e, diferentemente do PNE (2014-2024), estabelece a idade das crianças para o atendimento em creche de “6 meses a 3 anos”, por levar em consideração o período de amamentação do recém-nascido.

Outra diferenciação entre o PNE e o PME é o Eixo II, item 2.8 da Educação Básica, que efetiva a importância de uma formação dentro da Pedagogia da Alternância⁴⁴, através da Escola Família Agrícola⁴⁵ e Escola Chico Mendes, para uma educação significativa,

⁴³ Plano Municipal de Educação de Porto Nacional no Estado do Tocantins. Disponível em: http://www.portonacional.to.gov.br/images/SELETIVO_EDUCACAO/Lei%20PME.pdf Acesso: 9 dez. 2018.

⁴⁴ Pedagogia da Alternância: a pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36222-pedagogia-da-alternancia> Acesso: 09/12/2018

⁴⁵ Escola da Família Agrícola (EFA) de Porto Nacional é fruto dos trabalhos da COMSAÚDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação – uma organização não governamental criada no município em 1969. A EFA promove o acesso do jovem camponês à escola, utilizando a pedagogia da alternância e incentiva o processo produtivo sustentável como fonte de renda, aprimorando as atividades da agricultura familiar. Fundada em 1994 e está ligada a UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícola. Através da pedagogia da alternância (um período na escola e outro em casa), permite-se o incentivo à

apropriada e que se desenvolva efetivamente uma educação relevante para as comunidades rurais. E para que sustente condições ao desenvolvimento da Agricultura Familiar⁴⁶, que é especialmente necessária para a alimentação da população.

O PNE (2014/2024) elenca como estratégia 1.2 garantir que, ao final da vigência deste, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar *per capita* mais elevado e as do quinto de renda familiar *per capita* mais baixo (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2016).

O PME de Porto Nacional-TO traz como estratégia a divisão de agrupamentos e quantidade de crianças por docente. Também prevê a oferta de que 50% das escolas ofereçam a Educação Infantil em período integral, a partir do primeiro ano de vigência do Plano, e que o PNE enfatize a estimulação para todas as crianças de 0 a 5 anos ao acesso à educação de tempo integral.

permanência do jovem no campo. A escola atende anualmente estudantes de 22 municípios, aproximadamente 161 famílias de 40 comunidades camponesas, 30 associações de pequenos produtores que estão a uma distância escola-residência que varia de dez a 260km. Disponível em: http://brasa.org.br/925-2/?gclid=EAIaIQobChMI_PaKhLuT3wIVUwmRCh3F3AlMEAAAYASAAEg_Krc_D_BwE Acesso: 9 dez. 2018.

⁴⁶ Agricultura Familiar é um tipo de agricultura desenvolvida em pequenas propriedades rurais. Recebe esse nome pois é realizada por grupos de famílias (pequenos agricultores e alguns empregados). A colheita dos produtos serve de alimentos para eles e, ainda, para o consumo de parte da população. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/agricultura-familiar/> Acesso: 9 dez. 2018.

Observa-se que o município de Porto Nacional⁴⁷, a partir de 2015, não teve nenhum professor da Educação Infantil com formação acadêmica de Ensino Superior (graduação). Os docentes são, em sua maioria, do nível do Magistério, com exceção de 2% da rede privada no ano de 2017. Segundo os dados analisados no site do Observatório do PNE, todas as crianças da área rural e da área urbana (100%) de creche do ensino de tempo integral deste município são atendidas pela Rede Municipal da cidade (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2016).

Tanto no PME (1.30), quanto no PNE (1.11), a Educação Especial é tratada como articulada à Lei, que tem como demanda priorizar o acesso das crianças deficientes e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a Educação Bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica. Já no PEE-TO, essa questão é tratada apenas para fomentar o acesso dessas crianças.

Outra questão divergente é quantidade de docentes por crianças na Educação Infantil. O PNE não traz estratégia para este ponto. Contudo, destacamos que essa relação é tratada pelo Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins, na estratégia 1.13 da

⁴⁷ Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional-TO. Disponível em: <http://www.portonacional.to.gov.br/index.php/executivo> Acesso: 9 dez. 2018

meta I, na qual diz que deve-se estimular os municípios a reestruturar o quantitativo de alunos(as) por turma, de forma a não ultrapassar o número máximo de 15 (quinze) alunos(as), de 3 (três) a 5 (cinco) anos de idade, possibilitando um assistente para o (a) professor(a) regente (PEE-TO, 2015).

Já o Plano Municipal de Educação de Porto Nacional traz, na estratégia 1.2, garantir, na matrícula e na organização das respectivas turmas escolares, o número de crianças com a seguinte relação educando/educador, observando as leis vigentes, sendo I Infância: crianças de até 1 ano de idade, cinco crianças por professor; crianças de 1 ano e 11 meses, oito crianças por professor; 2 anos a 2 anos e 11 meses, treze crianças por professor; 3 anos a 3 anos e 11 meses, até quinze crianças por professor e II Infância: 4 e 5 anos de idade, vinte crianças por professor. Em caso de a turma atender criança com deficiência, um professor e um auxiliar.

Considerações Finais

Podemos notar que muitas estratégias são semelhantes, mas o Plano Municipal de Educação de Porto Nacional-TO é bem mais amplo. Com base nessa pesquisa, temos a certeza de que este assunto está apenas no começo de sua discussão. Por isso, esse Trabalho de Conclusão de Curso não teve a pretensão de esgotar o tema, mas de dar atenção para implementação do Plano Nacional de Educação (2014/2024), olhando para o município de Porto Nacional no Estado

do Tocantins. Para tanto, resgatou a Meta 1 – Educação Infantil do PNE (2014/2024), buscou o PEE-TO e olhou atentamente para o PME do Porto Nacional-TO.

Através deste trabalho, podemos concluir que Porto Nacional-TO conta com o Plano Municipal de Educação sancionado desde 2015. Porto Nacional, a partir de 2015, não teve professores da Educação Infantil com formação acadêmica de Ensino Superior (graduação). Todos os docentes tinham, naquele momento, formação de Nível Médio no curso de Magistério, com exceção a 2% da rede privada, no ano de 2017, que possuíam Licenciatura em Nível Superior. Segundo os dados analisados no site do Observatório do PNE, todas as crianças da área rural e da área urbana (100%), de creche do ensino de tempo integral deste Município, foram atendidas pela Rede Municipal da cidade (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018).

Segundo dados do INEP (2016), o total de matrículas na Educação Básica da cidade de Porto Nacional era de 16.517. As matrículas na Educação Infantil chegaram a 2.587, sendo 856 em creches e 1.731 em pré-escolas. Dessas 856 matrículas, em creches que atendiam crianças de 0 a 3 anos em Porto Nacional, 815 eram da área urbana. Sendo que 622 eram da Rede Municipal e atendiam no período integral, dez eram da Rede Estadual e 224 eram da rede privada, e ambas atendiam em período parcial. As unidades educacionais rurais contabilizavam 41 matrículas, sendo que 24 eram da Rede Municipal e 17 da rede privada (INEP, 2016).

Já as pré-escolas contabilizaram 1.731 matrículas no Município, das quais 485 eram da rede privada e 1.246 da Rede Municipal e ambas também atendiam em período parcial. As matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental chegaram 6.188, já as dos anos finais foram de 4.260, e as do Ensino Médio foram de 2.521 (INEP, 2016).

O Município também conta com as matrículas na Educação Especial, que contabilizam 614, das quais 510 em classes comuns e 104 classes exclusivas. Do total de 16.517 matrículas na Educação Básica, a sua grande maioria estava nas classes urbanas com 12.694, já as classes rurais contabilizam 3.823 matrículas na rede. De acordo com os indicadores do Censo 2016, a Rede Municipal mantinha salas multietapas. Os dados relatados pelo Censo sobre o Ensino Fundamental eram, no período, de 10.448 matrículas, das quais 6.188 eram referentes aos anos iniciais e 4.260 aos anos finais. Segundo esses dados, foram atendidas 615 crianças dos anos iniciais pela Rede Estadual, das quais 4.408 eram matriculadas na Rede Municipal e 1.165 crianças pela rede privada. Destas, 4.517 crianças foram atendidas em área urbana e 1.671 em área rural. Desta fase da Educação Básica, 598 crianças frequentavam o ensino de tempo integral e 5.590 crianças, o ensino em período parcial (CENSO, 2016).

Porto Nacional-TO abrange o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI⁴⁸, o qual se realiza através de Ações Estratégicas, que consistem em ações intersetoriais e territorializadas, voltadas à aniquilação acelerada do trabalho infantil no Município. A configuração do projeto destacava-se em cinco estruturas: informação e mobilização, identificação, proteção social, defesa e responsabilização, e monitoramento.

O Plano Municipal de Educação do município de Porto Nacional-TO traz muitas questões importantes em relação às políticas para a Educação Infantil, articulando-se a Lei das Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 9.394 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴⁹, de 13 de julho de 1990.

Enfim, existe consenso que a criança, por possuir uma identidade própria, exige uma educação que contemple o ser que ela é nesse momento, reforçando os posicionamentos relativos ao papel da Educação Infantil como etapa educacional com peculiaridades, cuja oferta deve ocorrer em creches e pré-escolas, de acordo com a

⁴⁸ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): Conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O programa, além de assegurar transferência direta de renda às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento. A frequência à escola também é exigida. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti> Acesso em: 9 dez. 2018.

⁴⁹ Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 9 dez. 2018.

ampliação das demandas e que buscam pela garantia do direito ao acesso e permanência à Educação, sendo primordial o acompanhamento dos Planos Municipais, Estaduais em prol ao alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2014), o qual focamos neste artigo a Meta 1 voltada a primeira etapa da Educação Básica.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

_____. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança do Adolescente.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

_____. **Legislação Brasileira Sobre Educação.** *In:* Série legislação, n. 12. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE).** MEC. Disponível em: <gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm.> Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil.** Brasília: MEC/ SEF/ DPE/ COEDI, [1994 a]. Acesso em: 19 out. 2018.

EFA. **Escola da Família Agrícola.** Disponível em: <<http://efaportonacional.com.br/projetos/pronera/>>. Acesso em: 17 out. 2018.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). **Sinopses Estatísticas da**

Educação Básica. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 09 set. 2018.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017.** Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 out. 2018.

MEC. **Fórum Nacional de Educação - FNE.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30/07/2014a. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Lei nº 13005.** Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

O novo Plano Nacional de Educação: Ganhos e perdas para a educação de Jovens e Adultos. **Revista Ambiente Educação**, p. 560. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_7_3/Educa%C3%A7%C3%A3o_07_03_2014.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

Planejando a Próxima Década. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 16 out. 2018.

Plano Nacional de Educação em Movimento. **Situação dos Planos de Educação.** Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=TO&tipoinfo=1>. Acesso em: 17 set. 2018.

Porto Nacional - TO. **Prefeitura.** 2015. Disponível em: <<http://www.portonacional.to.gov.br/pagina-cidade-um-breve-historico-sobre-a-fundacao-e-emancipacao-politica-de-porto-nacional.html>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Secretaria do Planejamento e Orçamento. **Perfil Socioeconômico dos Municípios.** 2017. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/340239/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

Secretaria da Educação, Juventude e Esportes. **Gerência de Dados e Estatísticas.** Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1TtNrc35yABFwFk_ByGI-uula03FakaUJutOFuS3hC1I/edit#gid=663879412>. Acesso em: 18 nov. 2018.

Secretaria da Educação, Juventude e Esportes. **História.** Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d//1TtNrc35yABFwFk_ByGI-uula03FakaUJutOFuS3hC1I/edit#gid=663879412>. Acesso em: 18 nov. 2018.

DANIELA DOS SANTOS CAETANO

Mestranda na Linha Estado, Políticas Públicas e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

TAYNÁ VICTÓRIA DE LIMA MESQUITA

Mestranda no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos - GEPEJA, da Faculdade de Educação da UNICAMP.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ NO CONTEXTO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: COMPOSIÇÃO SOCIAL

Este trabalho versa sobre a constituição do Estado do Piauí na região dos cerrados do centro-norte do Brasil, tendo como referência indicadores sociais de seis municípios do sul do Piauí, localizados na mesorregião sudeste do estado: Bom Jesus, Corrente, Monte Alegre do Piauí, Redenção do Gurguéia, Santa Filomena e Uruçuí. Para tanto, realizamos um breve levantamento bibliográfico e documental. O artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, busca-se compreender a dimensão das populações indígenas e quilombolas na região, bem como questões relativas às migrações. Na segunda seção, intenta-se conhecer e analisar os dados relativos à população, trabalho e renda, educação e índice de desenvolvimento humano dos municípios pesquisados. Na última seção, desenvolvemos as considerações finais deste texto.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ NO CONTEXTO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: COMPOSIÇÃO SOCIAL

Ponto de Partida: povos originários, quilombolas e migrações no cerrado piauiense

Do ponto de vista da justiça social, a trajetória dos povos originários, ou indígenas, no Brasil, está marcada por diferentes formas de violência, atravessadas e estruturadas pela experiência do racismo e a instituição da escravização que baseou de forma legal e aberta, a vida política, econômica e social do país durante três quartos de sua história. Reverberando até os dias de hoje, essa herança culminou em genocídio e epistemicídio, pela eliminação milhares de pessoas, suas etnias e, conseqüentemente, culturas, línguas maternas, e na perda de seus territórios originais em referência aos interesses do Estado e conflitos com grandes latifundiários.

Desde o período colonial, o país conta com legislações voltadas para salvaguardar os direitos dos colonizadores em detrimento dos direitos dos povos submetidos à condição de tutelados. A legislação indigenista atuou no sentido de regulamentar um projeto colonial de ocupação e administração do Estado, a datar das primeiras leis regulamentando as formas de utilização da mão-de-obra indígena no século XVI (Lei de 20 de março de 1570) (RAMOS, 2004, p. 244).

Na atualidade, o centro da legislação nacional voltada para a proteção e garantia dos direitos à vida e dignidade desses povos está assinalada da Constituição Federativa do Brasil de 1988 no Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo VIII, Dos Índios, contando com dois artigos nos quais se estabelecem além do direito à cultura, também o direito à terra.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º. Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

No caso do Estado do Piauí, embora a constituição federal assegure a preservação dos direitos indígenas, na constituição estadual não há menção a tal direito, tampouco menção aos povos originários de fato. Houve no Piauí uma tentativa, sem sucesso, de extinção e apagamento das populações indígenas de seu território em virtude da expansão de uma política econômica direcionada à criação e gado (SOUSA, 2017).

Segundo Franco (2014, p.1) “A historiografia escrita referente ao Piauí narra o desaparecimento/esquecimento do sujeito histórico indígena no território piauiense (...) “ausência esta decorrente tanto do genocídio, que consiste na morte física do povo, quanto do etnocídio, que consiste na descaracterização e absorção de uma determinada cultura em relação à outra (FRANCO, 2014, p. 13).

Contrapondo-se às narrativas oficiais de apagamento das populações indígenas no Estado do Piauí, o documento “Os indígenas no Censo Demográfico de 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012), há no Estado um total de 2.944 pessoas autodeclaradas indígenas (IBGE, 2012). Ainda sobre as populações indígenas no Piauí, em específico nas cidades que compõem a região do cerrado piauiense (Uruçuí, Santa Filomena, Bom Jesus, Monte

Alegre, Redenção do Gurguéia e Corrente), o município de Bom Jesus foi o único a contar com o número expressivo de população indígena por domicílio, 68 no total, sendo 47 no meio urbano e 21 no meio rural (IBGE, s/d).

É também relevante o fato de que na região não existem Terras Indígenas (TIs) identificadas e demarcadas segundo o estudo “Caracterização, Agendas e Agência” realizado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa (2015). Tal constatação, somada à realidade da presença indígena no município de Bom Jesus, sem a verificação de território institucionalizado para esta população, apresenta um importante indício para inferir que mesmo com a legislação federal, os povos originários continuam relegados à invisibilidade e ao descaso.

No que concerne às populações quilombolas, de antemão, se faz preciso compreender que o passado constituído sob as bases de um sistema escravocrata originou no Brasil desigualdades sociais descomunais entre negros e brancos, principalmente no que tange ao acesso dos direitos fundamentais à vida digna e ao exercício da cidadania. No século XIX as pressões externas (realizada pela Inglaterra) e as pressões internas (geradas pela população negra e pelos abolicionistas) resultaram na promulgação da Lei Eusébio de Queirós, Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850 que estabelecia medidas para a repressão do tráfico de africanos no país (BRASIL, 1850). No entanto, como medida de controle institucional da

mobilidade social das populações negras, logo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, foi promulgada a Lei de Terras, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que dispunha sobre as terras devolutas (sem uso público, título de propriedade ou ocupação legal) do império e das condições legais para possuí-las (BRASIL, 1850). Ao se considerar o contexto no qual foi produzida, a Lei de Terras serviu como mecanismo de limitação das populações negras (urbanas ou quilombolas) ao acesso à propriedade, pois previa em seu artigo primeiro a proibição da aquisição de terras devolutas que não fosse pela compra (BRASIL, 1850), ou seja, em pleno regime escravocrata, sujeitos negros que se valiam do trabalho como fonte de produção de renda não poderiam adquirir a posse de terras, mesmo se estas já estivessem sob seus cuidados. Para as populações quilombolas tal legislação consistiu em impedimento da aquisição de terras que estavam em seu domínio desde longo tempo, culminando ainda, em muitos casos, na herança da não legalidade das mesmas terras na atualidade.

Embora conste no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) no artigo nº 68 o reconhecimento da propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 1988) , apenas com o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que se regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos

quilombos (BRASIL, 2003). Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) , dentre as etapas dos processos de regularização de comunidades quilombolas, de 2005 à 2017 foram elaborados 259 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), publicadas 141 Portarias de Reconhecimento, 82 Decretos de Desapropriação e concedidos 116 Títulos às comunidades (INCRA, 2018a).

No que concerne ao Estado do Piauí há 65 processos abertos para a regularização de terras quilombolas e especificamente à região do MATOPIBA apenas 01 na cidade de Redenção do Gurguéia em 2005 pela comunidade do Brejão dos Aipins (INCRA, 2018b, p.105).

Acredita-se que a comunidade do Brejão dos Aipins tenha se formado na passagem do século XVII para o XVIII, por volta do ano de 1800, sendo constituída por pessoas negras escravizadas que fugiram de fazendas dos Estados da Bahia e de Pernambuco (NUNES, A. 2012, p.15).

O motivo para se instalarem nessa região foi por tratar-se de um lugar isolado, de difícil acesso, localizado às margens de um riacho - riacho dos aipins -, e nas proximidades de um rio - o rio Gurguéia, também propício para horticultura, principalmente da mandioca. Esse quilombo ficou conhecido por muito tempo em toda a região como Brejão dos Negros, depois passou a ser chamado de Brejão dos Aipins. A origem desse nome veio da localização geográfica que ficava a beira do riacho dos aipins (NUNES, A. 2012, p. 16).

Na comunidade vivem cerca de 70 famílias que produzem para consumo e venda arroz, feijão, milho, mandioca e a extração do buriti e de seus derivados (NUNES, R. 2013, p. 61).

Na pesquisa sobre essas estruturas na comunidade, especialmente as de saúde, de educação e de trabalho, não encontramos dados específicos, mas, segundo informações da Secretária Municipal de Saúde - SMS (2011), por razões históricas de demandas de acesso a saúde, educação e assistência social, esses serviços ainda são insuficientes. Estima-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população de Brejão dos Aipins esteja abaixo da média local, que é de 0,583 (IBGE, 2010). Existem muitos casos de crianças desnutridas, com peso abaixo da média; entre adultos e jovens, muitos casos de alcoolismo; e entre os mais velhos, casos de hipertensão arterial (NUNES, R. 2013, p. 62).

Na atualidade, segundo Nunes, R. (2013) a comunidade sofre com descaso e ausência de políticas públicas, levando os moradores a estratégias voltadas para formas de mobilidade e migração, das quais constam manter residência na comunidade de perfil rural e na cidade de perfil urbano, ou migrar para outras regiões, como cidades satélites nos arredores de Brasília (pp. 87-88).

Na esfera das migrações, Baeninger (2012, p.89) expõe os números de 173.776 para a imigração interestadual, de 351.306 para a emigração interestadual e da perda de 177.530 nas trocas migratórias. A autora afirma ainda que o Piauí, conjuntamente com outros Estados, voltou a reter população, considerando como causa a localização em áreas de commodities exportáveis, fronteira mineral e agropecuária (BAENINGER, 2012, p.91-92).

Outro aspecto relevante no que concerne às migrações internas provinda do sul para o Estado, em específico para a região

dos cerrados. Segundo Cardoso (2017, n.p.) são os produtores rurais sulistas "gaúchos" que em deslocamentos para os cerrados da região norte e nordeste corroboram para a constituição de uma nova fronteira do agronegócio no Brasil. Anteriormente a tal constatação, Alves (2005) já havia apontado que a região dos cerrados despontavam como importante pólo de modernização agropecuária, influenciando na composição espacial, econômica e demográfica, contando especificamente com a presença de migrantes da região sul do Brasil, e de empresas interessadas no lucrativo mercado do agronegócio (ALVES, 2005, n.p.).

Sobre as cidades com maior expressividade no setor agrário, Alves (2005) destaca Uruçui e Bom Jesus, explicando que ambas são responsáveis pela maior produção agrícola piauiense (ALVES, 2005, n.p.).

Os dois municípios receberam nos últimos anos um volume considerável, para os padrões locais, de migrantes predominantemente sulistas e de empresas dos mais variados ramos do setor agrícola. Com a instalação desses grupos ocorreram mudanças tanto na dinamização da infra-estrutura do espaço urbano quanto nos costumes até então estranhos aos piauienses dos cerrados. A instalação de empresas ligadas diretamente à produção, mas também de comércio e serviços destinados à demanda dos novos moradores, permitiu, da mesma maneira, que a população local tivesse acesso a determinados serviços pouco frequentes no seu cotidiano: churrascarias, padarias, pizzarias, etc. possibilitando a incorporação de novos hábitos. É possível hoje, ao adentrar em qualquer supermercado desses municípios, encontrar erva mate para o preparo do chimarrão, ou deparar-se com pizzarias que vendem variedades de pizzas só encontradas no sul do Brasil, ou ainda, churrascarias com suas carnes preparadas ao estilo dos novos moradores (ALVES, 2005, n.p.).

O agronegócio movimentou também o fluxo de outros grupos, dos quais se evidenciam os camponeses dos municípios vizinhos que perderam suas terras devido a expansão agrícola e os trabalhadores de diferentes lugares do estado, todavia, nem mesmo os próprios moradores das cidades em questão atendem às demandas do emprego especializado “Se por um lado, a modernização dos cerrados piauienses confere aos moradores das cidades de Uruçuí e Bom Jesus maiores possibilidades de consumo (...) por outro lado, esse mesmo fenômeno joga à exclusão uma parcela significativa daquela população (...)” (ALVES, 2005, n.p.).

Assim, entende-se que a expansão do agronegócio culminou numa frequência migratória de produtores rurais sulista para o cerrado piauiense, bem como de grupos dos arredores e outros lugares do Estado do Piauí.

Indicadores Sociais: população, trabalho e renda, educação e desenvolvimento humano.

População

O Piauí conta com uma população de 3.219.257 de pessoas segundo estimativa publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 30 de agosto de 2017, tendo como responsável o IBGE e como referência a data de 1 de julho de 2017 (BRASIL, 2018). Segundo tal divulgação, as cidades do Estado que compõem este estudo apresentam os seguintes números: Bom Jesus – população de 24.711

habitantes; Corrente – população de 26.205 habitantes; Monte Alegre do Piauí – população de 10.448; Redenção do Gurgueia – população de 8.634; Santa Filomena – população de 6.156; Uruçuí – população de 21.188 (BRASIL, 2018, pp. 68-69).

Trabalho e Renda

Embora ainda inferior a média nacional, o PIB a preços correntes na região dos cerrados do centro-norte vêm crescendo ao longo dos últimos anos. Em 2013, o PIB *per capita* do Brasil foi de R\$ 26.446, enquanto o PIB *per capita* dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia foi de R\$ 11.824 em 2013. Entre os estados que compõem os cerrados do centro-norte, o Piauí figurou entre os menores PIBs, ficando apenas à frente do Maranhão, com um PIB per capita R\$ 11.357.

É ponto passivo na literatura que a concentração de renda marca os municípios dos cerrados do centro-norte. Em uma região estruturada em torno da agricultura, a terra, maquinário e capital estão concentrados nas mãos de grandes latifundiários (IPEA, 2018). Essa concentração de renda reflete-se na pauperização do povo.

O levantamento do salário médio mensal dos trabalhadores formais nos municípios pesquisados, bem como as taxas de população economicamente ocupada segundo estimativas do IBGE, estão descritos à seguir:

Tabela 1. Salário médio mensal dos trabalhadores formais e taxa de população economicamente ativa em municípios da mesorregião sudeste do Piauí.

Cidade	Salário médio (em salários mínimos)	População economicamente ocupada (%)	Posição em relação ao estado	Microrregião
Santa Filomena	2,0	5,9	20°	Alto Parnaíba Piauiense
Uruçuí	1,9	18,4	39°	Alto Parnaíba Piauiense
Bom Jesus	2,0	15,4	20°	Alto Médio Gurgéia
Monte Alegre do Piauí	2,3	7,3	4°	Alto Médio Gurgéia
Redenção do Gurgéia	1,6	6,9	135°	Alto Médio Gurgéia
Corrente	1,8	8,8	57°	Chapadas do Extremo Sul Piauiense

Fonte: IBGE (2010, 2016 e 2018).

Educação

Um dos importantes componentes do desenvolvimento humano em uma região é a educação. Os mais recentes resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, referentes a 2017, indicam uma nota média nacional de 5,8, no que diz respeito aos anos iniciais do ensino fundamental,

valor acima da meta para o período (5,5). Em relação aos anos finais do ensino fundamental, o país atingiu uma média de 4,7, valor abaixo da meta para o período (5,0) e em relação ao ensino médio, atingiu média de 3,8, resultado também abaixo da meta nacional (4,7).

O Estado do Piauí apresentou, em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, uma média de 5,3, resultado acima da meta designada para o Estado (4,5). Em relação aos anos finais do ensino fundamental, o Piauí obteve a nota 4,5, também acima da meta (4,6). Em relação ao ensino médio, o Estado do Piauí obteve nota abaixo da meta (4,3), apresentando uma média de 3,6.

A tabela abaixo sistematiza as notas obtidas no IDEB pelos municípios pesquisados, considerando resultados divulgados em 2018.

Tabela 2. Performance dos municípios no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2018).

Município	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
Santa Filomena	4,4	4,3	2,9
Uruçuí	4,2	3,5	3,2
Bom Jesus	6,3	4,6	3,2
Monte Alegre do Piauí	3,7	4,0	2,1
Redenção do Gurgéia	3,6	3,2	3,1
Corrente	3,5	3,0	2,9

Fonte: INEP, 2018.

De forma geral, os resultados obtidos pelos municípios foram inferiores as metas das cidades e as metas do Estado. Apenas o

município de Bom Jesus se destaca, em relação ao ensino fundamental, superando a meta do estado, que era de 4,3.

No que se refere à taxa de escolarização das crianças na primeira infância, os municípios pesquisados apresentaram as seguintes taxas, segundo análise recente do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, desenvolvido a partir de dados do PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro:

Tabela 3. Taxa (%) de sujeitos de 05 a 14 anos e expectativa de anos de estudo da população em idade escolar.

Município	5 a 6 anos	6 a 14 anos	Posição em relação ao Estado	Expectativa de anos de estudo da população em idade escolar
Santa Filomena	87,97	97,6	121°	6,72
Uruçuí	98	97	163°	8,20
Bom Jesus	95,31	97,9	97°	9,23
Monte Alegre do Piauí	92,55	98,3	75°	8,69
Redenção do Gurgéa	93,93	97,9	97°	8,89
Corrente	93,44	97,3	57°	8,65

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

Ainda, segundo levantamento do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a proporção de crianças de 11 a 13 anos matriculadas nos anos finais do ensino fundamental, e de adolescentes e jovens com certificação no ensino fundamental e médio, nos municípios pesquisados, considerando dados de 2010, eram:

Tabela 4. Proporção (%) de crianças de 11 a 13 anos matriculadas nos anos finais do ensino fundamental e de adolescentes e jovens com certificação no ensino fundamental e médio.

Município	11 a 13 anos matriculados nos anos finais do ensino fundamental	15 a 17 anos com certificação no ensino fundamental	18 a 20 anos com ensino médio completo
Santa Filomena	59,95	27,79	9,52
Uruçuí	74,63	37,10	25,70
Bom Jesus	79,77	38,64	31,60
Monte Alegre do Piauí	76,17	38,45	18,64
Redenção do Gurgéa	68,45	26,13	27,16
Corrente	75,81	45,21	22,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

No que diz respeito ao índice de escolarização da população adulta nestes municípios, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, temos o seguinte panorama:

Tabela 5. Índice de escolaridade da população adulta

Município	18 anos ou mais com ensino fundamental completo	25 anos ou mais e analfabetos	25 anos ou mais com ensino fundamental completo	25 anos ou mais com ensino médio completo	25 anos ou mais com ensino superior completo
Santa Filomena	26,56	32,21	21,17	14,25	4,41
Uruçuí	39,68	23,27	32,91	21	5,97
Bom Jesus	47,17	24,30	40,59	30,43	10,47
Monte Alegre do Piauí	33,25	32,09	24,85	16,58	4,60
Redenção do Gurgéia	37,66	30,03	29,41	18,24	5,42
Corrente	44,65	23,94	39,09	28,52	10,74

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

Índice de Desenvolvimento Humano

Dos municípios aqui pesquisados, Santa Filomena, Monte Alegre do Piauí e Redenção do Gurgéia apresentam Índice de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), apresentando, respectivamente, IDHM's de 0,544, 0,578 e 0,589. Os demais municípios, Uruçuí, Bom Jesus e Corrente, apresentaram IDHM Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), com índices de 0,631, 0,668 e 0,642, respectivamente. Em todos os casos, as dimensões que mais contribuem para os IDHM's dos municípios é Longevidade, seguida de Renda e Educação.

Considerando-se as séries históricas de 1991 até o ano de 2010, observa-se que o IDHM de todos os municípios pesquisados cresceu. A Educação corresponde ao índice com maior crescimento em termos absolutos, com uma taxa de 0,298 de crescimento, sendo seguida pela Longevidade e pela Renda.

Considerações Finais

Embora a região dos cerrados do centro-norte esteja sendo impactada por grande especulação econômica, especialmente do agronegócio, o crescimento vivido pela região não tem sido acompanhado de avanços profundos no que diz respeito à igualdade social. Sobre a condição de vida dos povos indígenas e quilombolas, apresenta-se que a questão da terra assume o ponto nevrálgico, inclusive no que se refere à sobrevivência das pessoas e de seus modos de vida e cultura. Outra situação, mas que também tem a questão da terra como motivadora, condiz com uma significativa parcela dos moradores locais, que tendo perdido suas propriedades ou meio de cultivá-las, não conseguem acessar o emprego especializado, ou seja, aquele que requer formação em nível técnico ou superior. Por outro lado, migrantes sulistas, produtores rurais que se estabeleceram na região, vem modificando não apenas a dinâmica espacial, mas também a sócio-cultural e econômica.

Não obstante, estudos enfocados na composição socioeconômica da região ainda são escassos. Os indicadores

educacionais, ainda atrasados em relação à nação e o Nordeste, e os índices de desenvolvimento humano médio e baixos dos municípios aqui enfocados ilustram a necessidade de questionar-se a distribuição desigual da riqueza e acesso à justiça social, em descompasso com a concentração de renda de poucos, especialmente procurando desvelar em que medida a dinâmica da economia impulsionada na região pode estar ativamente contribuindo para essas distorções sociais.

Referências Bibliográficas

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Barreiras/Luiz Eduardo Magalhães (BA) , Balsas (MA), Uruçui/Bom Jesus (PI) : as novas cidades para o agronegócio nos cerrados nordestinos.** In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

BAENINGER, Rosana. **Rotatividade Migratória:** um novo olhar para as migrações internas no Brasil. In: Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, n.39, p. 77-100, jul.-dez. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 09 de set. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm> Acesso em 09 de set. de 2018.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>

Acesso em 09 de set. de 2018.

BRASIL. Ato das disposições Constitucionais Transitórias.

Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.ad-ct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>>

Acesso em 14 de set. de 2018.

BRASIL. Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>

Acesso em 14 de set. de 2018.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **O Processo de Migração do Rio Grande do Sul e a Fronteira Agrícola do Centro-Norte do País.** In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017

EMBRAPA. GITE. **MATOPIBA. Caracterização, Agendas e Agência- Março de 2015.** Evaristo de Miranda (Coord.).

Disponível em:

<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150317_MATOPIBA_WEBSITE.pdf> Acesso em 09 de set. de 2018.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. **Histórias Oraís dos Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI.** In: **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: POLÍTICA. ÉTICA E CONHECIMENTO**, 21, 2014, Teresina. Anais....Teresina: ABHO, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico de 2010:** primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf> Acesso em 09 de set. de 2018.

IBGE. Indígenas. **Gráficos e Tabelas.** Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>> Acesso em 09 de set. de 2018.

IPEA. **Aspectos Socioeconômicos da Região do MATOPIBA.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8462/1/BRU_n18_Aspectos.pdf>. Acesso em 14/02/2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Acompanhamento dos Processos de Regularização Quilombola.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf> Acesso em 14 de set. de 2018.

INCRA. **Relação de Processos de Regularização Abertos no Incra.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>> Acesso em 14 de set. de 2018.

NUNES, Auzimar de Sousa. **Comunidade quilombola de Brejão dos Aipins:** caracterização histórica e educacional. 2012, 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História e Teologia) - Instituto de Ensino Superior do Brasil- IESB, Pólo de Redenção do Gurguéia- PI, 2012. [Orientadora: Profa. Marly Paz Landim de Araújo]. Disponível em: <<http://gcarvalhohistoriaderedencao.blogspot.com/2013/09/comunidade-quilombola-de-brejao-dos.html>> Acesso em 15 de set. de 2018.

NUNES, Ranchimit Batista. **Educação, gênero e afrodescendência:** a educação escolar e a organização de mulheres

quilombolas em Brejão dos Aipins. 2013, 166 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. [Orientador:: Prof. Dr. Francis Musa Boakari]. Disponível em:<http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/disserta%C3%A7%C3%A3o%20vers%C3%A3o%20PDF.pdf> Acesso em 15 de set. de 2018.

PNUD, IPEA & FJP. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em 10/08/2018.

RAMOS, André R. F. **A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates**. In: Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.241-265, jul. 2004.

SOUSA, H. F. . **Indígenas no Piauí, direitos e interlocuções com o Estado**: notas sobre pesquisa etnológica. In: 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017, Caxambu. 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017.

ANA MARTHA SANTOS VIEIRA

Estudante de Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas.

BRUNO RANIERE ANDRADE

Graduando de Ciências Econômicas na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

GUSTAVO MARCELO DE OLIVEIRA SILVA

Cursando Licenciatura em Física na Universidade Estadual de Campinas.

JUAN CARLOS DA SILVA RODRIGUES DE LIMA

Cursando a graduação em Matemática e Licenciatura pela Unicamp.

SAMARA SILVA ROCHA

Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA NO CONTEXTO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa “MAPEAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: UM ESTUDO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, Processo nº 2017/05658-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)”, de mapeamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13005/2014, da Educação Básica na Região dos cerrados do Centro-norte do Brasil. Caracteriza a constituição do Estado da Bahia, no contexto dos cerrados do Centro-norte do Brasil, tendo como referência indicadores de seis municípios do extremo-oeste baiano, contemplados pela pesquisa: Barreiras, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA NO CONTEXTO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

Cerrados do Centro-Norte do Brasil e a Bahia

A agricultura brasileira tem presenciado profundas transformações em suas estruturas desde o Plano de Metas, na década de 1960, no Governo de Juscelino Kubitschek, passando a adquirir traços mais modernos, na qual, lentamente, evidencia maior dinamismo econômico e produtivo. Como salientado por Leandra Silva (2000), a princípio, a agricultura obteve maior êxito nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Contudo, conforme a disponibilidade de terras ia se esgotando, emergia a necessidade de novos territórios para a expansão agropecuária. O Cerrado surge, nesse sentido, como região estratégica para a prática agrícola, principalmente no final dos anos 1970, pautado desde o princípio “pelos padrões da nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da Revolução Verde” (LEANDRA SILVA, 2000, p. 25).

O Cerrado é um ecossistema que se alinha do Norte ao Sul do Brasil, numa área de aproximadamente 200 milhões de hectares, abrangendo cerca de 25% do território nacional, sendo o segundo maior Bioma brasileiro (MANDUJANO, 2013). Em sua composição, encontramos os Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná,

Distrito Federal, Roraima, Sul do Maranhão, Oeste da Bahia, Sul do Piauí e parte de São Paulo. Contudo, são nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul em que se encontram as maiores extensões desse Bioma (CORREA, 2013, p. 21; MATHIAS, 2017).

Diante de tais fatos, principalmente a partir de 1970, dada a necessidade de expansão da Fronteira Agrícola brasileira, os cerrados se tornaram o novo território estratégico para a produção agropecuária. Isso só foi possível devido à efetiva participação do Estado por meio de políticas agrícolas, que consolidou, paulatinamente, vultuosos complexos agroindustriais na região (CORREA, 2013):

(...) especificamente para áreas do cerrado, tem sido dada maior ênfase aos programas especiais, tornando-os o principal veículo de capitalização e tecnificação de sua agricultura. Utilizando-se desses instrumentos de ação, o Estado induz os produtores rurais a realizarem as ações esperadas através das seguintes medidas: crédito rural orientado, assistência técnica seletiva, seguro contra riscos, incentivos fiscais, etc. (SALIM, 1986, p. 308 *apud* LEANDRA SILVA, 2000, p. 25).

Com o intuito de estabelecer o “novo rural”, por intermédio da ascensão da agricultura moderna, foram orientados, através do Estado, diversos programas de incentivo agrícola. Como observa Leandra Silva (p. 25), destaca-se “o Programa de Assentamento Dirigido do Alto do Paranaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados

(PRODECER)”. Ademais, como exposto por Alves (2009, p. 76), foram criados também outros programas, como “o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação do Nordeste. Além disso, foram disponibilizadas linhas de crédito da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste (BNB)”. Tais programas tinham em vista impulsionar os produtores a se adaptarem ao modelo produtivo intensivo no uso de máquinas, insumos e tecnologias, por intermédio da capitalização agrícola nos cerrados.

A expansão do agronegócio em novos territórios do bioma Cerrado continua. A mais nova Fronteira Agrícola engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, no Norte e Nordeste do País. Advinda do acrônimo das iniciais dos estados que a compõe, a região dos cerrados do Centro-Norte do Brasil é popularmente conhecida como MATOPIBA.

Em sua extensão, segundo dados da Embrapa (MIRANDA et al, 2015), a região engloba, aproximadamente, 73 milhões de hectares, num total de quatro Estados e 337 municípios.

Vale ressaltar que a região dos cerrados do Centro-Norte não abarca a totalidade dos Estados na qual está inserida. O Tocantins é o Estado com a maior área, em hectares, na região em questão onde, aproximadamente, 24,7% do seu território está inserida nessa nova delimitação geoeconômica, seguido do Maranhão (23,7%), Bahia (17,5%) e Piauí (9.9%). A Mesorregião Extremo-Oeste Baiano está

inclusa nos cerrados do Centro-Norte do Brasil, onde surgem novos polos de expansão da agricultura modernizada brasileira. Até 1990, o Extremo-Oeste da Bahia era uma região sem dinâmica socioespacial; entretanto, este cenário muda graças à introdução do agronegócio da soja e, por consequência, à implantação de um trabalho altamente tecnificado e exigente por mão de obra capacitada, que trouxeram alterações à estrutura produtiva regional como um todo. Assim, esse fenômeno gera mudanças econômicas, ambientais e sociais, mas que não contemplam igualmente todos os municípios da região.

O território do Estado da Bahia, incluso no contexto dos cerrados do Centro-Norte do Brasil, corresponde à 13.214.498,49 ha. Acomoda quatro Microrregiões e 30 Municípios, sendo estes Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério, da Microrregião de Barreiras; Angical, Brejolândia, Cotegipe, Cristópolis, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley, da Microrregião de Cotegipe; Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe e Serra Dourada, da Microrregião de Santa Maria da Vitória; e, da Microrregião de Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Feira da Mata, Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Caracterização do Estado da Bahia

No ano de 1500, o Brasil, juntamente com a Bahia, foi descoberto com a chegada dos portugueses em Porto Seguro, no Extremo Sul do Estado. A Bahia foi palco de invasões, como a Holandesa, das guerras pela Independência e de conflitos e revoltas, como a Sabinada e a dos Malês.

No século XVI, foi movida pela economia do pau-brasil e da cana-de-açúcar, seguida pelo ciclo do ouro e do diamante. A fase da cana-de-açúcar proporcionou o surgimento da nobreza colonial, provocando um aumento populacional e também financeiro, principalmente na capital, o que pode ser comprovado pelas construções das principais igrejas da cidade, como a de São Francisco, a igreja de ouro; a venerável Ordem Terceira de São Francisco, com fachada em Barroco Espanhol, e a Catedral Basílica, onde está o túmulo de Mem de Sá, o terceiro governador-geral do Brasil, e a cela onde morreu o padre Antônio Vieira.

O Estado da Bahia é o mais populoso dessa região, com 14.812.617 de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é também o Estado que mais faz divisa com outras unidades da Federação, sendo elas Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Piauí ao Norte, Minas Gerais e Espírito Santo ao Sul, Goiás e Tocantins a Oeste. Ao Leste, faz divisa com o Oceano Atlântico.

É o sexto Estado brasileiro em riqueza, realizando mais da metade das exportações do Nordeste. Possui uma importante indústria petroquímica e tem a mais extensa faixa litorânea do Brasil.

Descrição Geográfica do estado

Figura 1 - Mapa político da Bahia



Fonte: Atlas Escolar IBGE. Adaptado.

O Estado da Bahia é o maior da região do nordeste Brasileiro. Sua capital, Salvador, foi a primeira capital do País, no período compreendido entre 1549 e 1763, pouco depois de os portugueses chegarem ao Recôncavo Baiano. Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Piauí, Alagoas, Sergipe e Pernambuco são os Estados que fazem divisa com a Bahia, tornando-a o estado que mais faz divisa com outras unidades da Federação.

Seu território abrange uma área de 567,2 km² e, apesar de apresentar uma vasta variedade de relevos, tem boa parte de seu território em planaltos. No centro do Estado, o planalto proporciona um famoso destino turístico, a Chapada da Diamantina, uma região de serras, protegida pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, de onde nascem quase todos os rios das bacias do Paraguaçu, do Jacuípe e do Rio de Contas. No litoral, apresenta comumente dunas, mangues e restingas. Ainda sobre o relevo, parte significativa do território baiano possui relevos que estão acima dos 200 metros e o ponto mais alto é o Pico do Barbado, com 2033 metros de altitude. Depressões também constituem o relevo, no vale do Rio São Francisco.

Este é o rio mais importante do Estado e um dos mais importantes de toda a América Latina, nascendo em Minas Gerais, na Serra da Canastra, passando por cinco estados e 521 municípios até desaguar no Oceano Atlântico. Outros rios importantes para o Estado são o Rio de Contas, Jequitinhonha e Paraguaçu.

O clima da Bahia é predominantemente tropical, com temperaturas acima de 26°C em boa parte do território. Essas elevadas temperaturas se diferem da temperatura da Serra do Espinhaço, região montanhosa de clima ameno. Em contraste ao clima tropical, o clima semiárido se faz presente no Sertão do Estado, apresentando, como característica, chuvas irregulares, o que favorece períodos de seca na região.

Frente a isso, a Caatinga é a vegetação mais presente na Bahia, que também apresenta, dentre as coberturas vegetais, a Floresta Tropical Úmida e o Cerrado.

Descrição Sociocultural

O Estado da Bahia tem a 4^o maior população do País, com 14.016.906 habitantes, e uma densidade demográfica de 24,82 hab/km², segundo último Censo de 2010, atrás de São Paulo (41.262.199), Minas Gerais (19.597.330) e Rio de Janeiro (15.989.929). A população estimada para 2018 era de 14.812.906 habitantes. A Bahia se destaca em relação à situação domiciliar, na qual possui a maior população na zona rural (3.914.430) e a quarta população urbana (10.102.476). A sua pirâmide etária possui bases largas, nas quais predominam as idades de 5 a 34 anos, sendo as mulheres maioria no estado, com 50,9%, e os homens, com 49,1%, em relação à população total.

Em termos de qualidade de vida, no ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,660, ficando em 22^o lugar no ranking nacional. O Índice de Gini, na questão de distribuição do rendimento mensal real efetivo, tem valor de 0,565, demonstrando uma alta concentração de renda entre os baianos.

Segundo o último levantamento do IDEB (2017), o Estado possui, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, valor de 5,1; nos anos finais, de 3,7; e, no Ensino Médio, de 3. Esses valores colocam

a Bahia, seguindo a lógica do IDEB, em situação de baixa qualidade na Educação Básica. No ranking nacional, está em 21º nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em última posição tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

A infraestrutura, no Ensino Fundamental do mesmo ano, contou com 2.079.459 matrículas nas 14.765 escolas e com 113.845 docentes. Nesse quesito ficou em terceiro nacionalmente, à frente do Rio de Janeiro, com 2.019.459, que é o terceiro Estado mais populoso. O Ensino Médio apresentou 570.301 nas 1.588 e com 32.579 docentes.

Aspectos das Atividades Econômicas

Em 2016, o PIB baiano era o 6º maior do território nacional, porém o PIB *per capita*, no mesmo ano, deixava o Estado em 20º, evidenciando uma desigualdade econômica. As atividades econômicas que compõem o PIB estadual são, proporcionalmente, agropecuária (6,39%), indústria (20,91%), serviços (42,94%), serviços públicos (18%) e impostos sobre produtos líquidos subsídios (11,76%). Em 2017, teve a sexta maior receita do país (R\$50.191.003.000,00); desse montante, vale destacar que 20,32% (R\$ 10.198.811,81) foram transferidos da União, concebendo o segundo lugar no repasse de recursos da União para os estados.

Caracterização dos Municípios Selecionados

Barreiras

Barreiras está localizado na região do Extremo-Oeste baiano, situado a 944 km da capital, Salvador. Sua história remonta desde divisão das sesmarias no período colonial, no qual fazia parte da Casa da Ponte de Antonio Guedes de Brito. Seu povoamento se iniciou na segunda metade do século XIX, motivado pela detecção da árvore mangabeira, cuja seiva é utilizada para a produção de borracha. Andarilhos das margens do rio São Francisco se estabeleceram nesse local, formando o arraial de Barreiras, elevado à freguesia em 1881. Com o passar do tempo, seu território foi desmembrado para formação de outros municípios.

A partir da década de 1960, o Município obteve um alto desenvolvimento devido à inserção da soja na região. A Microrregião de Barreiras - da qual fazem parte sete municípios do Extremo-Oeste Baiano: Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (BRASIL, 2019) - possui destaque na produção agropecuária; em 2012, por exemplo, a produção de soja representou 39,29% da produção total dos cerrados do Centro-Norte, mais que o dobro de Gerais da Balsa - MA que foi a segunda maior produtora de soja da região no mesmo ano. (MIRANDA, 2018).

Figura 2 - Localização geográfica do município de Barreiras



Fonte: Atlas Escolar IBGE. Adaptado.

O Extremo-Oeste baiano vem se destacando na produção da soja. A safra 2017-2018 teve recorde histórico na região dos últimos dez anos, com mais de seis milhões de toneladas, segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA). A mesma fonte aponta que, no ano anterior, a região do Extremo-Oeste produziu 5,119 milhões de toneladas de soja, valor no qual Barreiras contribuiu 11% (562.058,539 ton.). A área dos estabelecimentos agropecuários do Município é de 453.528,332 hectares, com um total de 2.193 estabelecimentos. Na pecuária, seu maior efetivo é galináceos, com 2.149.064, e depois bovinos, 44.415. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

O município de Barreiras tem a 12º maior população do Estado da Bahia, conta com 137.427 habitantes e fica em 1º lugar na mesorregião do Extremo-Oeste baiano, possui uma densidade demográfica de 17,49 hab/km² e população estimada de 153.831 habitantes em 2018. A população se divide em 123.741 habitantes na área urbana (90,4%) e 13.686 (9,96%) na zona rural. A pirâmide etária tem bases largas, nas quais predomina a população entre 10 e 34 anos sendo o sexo feminino 50,6% da população e o sexo masculino, 49,4%. (IBGE, 2010a; 2010b; 2018)

Barreiras possui o 13º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. As contribuições percentuais de cada atividade econômica são agropecuária (13,31%), indústria (11,46%), serviços (51,11%) e serviços públicos (14,81%). O Município apresenta um PIB *per capita* de R\$21.596,35; esse valor o coloca em 6º no Extremo-Oeste baiano. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Barreiras (IDHM) é 0,721. (IBGE, 2010f; 2016d).

Segundo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE, 2016), Barreiras tem uma população ocupada de 28.376 habitantes, que corresponde a 20,65% da população total, sendo, destes, 23.497 trabalhadores assalariados que correspondem 17,10% da população, sendo 2,1 salários mínimos a média formal de remuneração mensal do Município. No entanto, 38,20% da população ocupada de Barreiras recebe remuneração de até meio salário mínimo mensal (IBGE, 2010c; 2016a; 2016b). Dentro da Mesorregião do Extremo-

Oeste baiano, Barreiras está em terceiro, lugar com 2,1 salários mínimos no número de salários médios mensais dos trabalhadores formais, ficando atrás de Correntina (2,4 salários mínimos), São Desidério (2,3 salários mínimos), Luís Eduardo Magalhães (2,3 salários mínimos) e Jaborandi (2,2 salários mínimos). No ranking do percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita*, de até meio salário mínimo, fica na penúltima posição. No entanto, em relação ao pessoal ocupado e à proporção da população ocupada, fica em primeiro lugar (IBGE, 2010c; 2016a).

No aspecto educacional, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 97,5% (IBGE, 2010d). Em termos quantitativos, o Ensino Fundamental, desenvolvido em 99 escolas do município de Barreiras, teve 21.845 matrículas e 1.061 docentes, e um total de 99 escolas. O Ensino Médio de 20 estabelecimentos de ensino em Barreiras contou com 7.626 matrículas e 459 docentes. (IBGE, 2017a; 2017b; 2017c; 2017d; 2017e) .Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Barreiras, nos anos iniciais do Ensino Fundamental é 5, e de 4,1 nos anos finais do mesmo nível. Ainda segundo o INEP, o índice do Ensino Médio no mesmo foi de 3,1 (MEC/INEP, 2017). A Educação Profissional Técnica (ETP) teve 2.455 matrículas em 2017, das quais 2039 na Rede Pública e 416 na rede privada (Observatório PNE, 2017).

Como visto, o município possui IDEB inferior ao nível nacional nos anos iniciais do Ensino Fundamental (5.8), nos anos finais do mesmo (4.7) e no Ensino Médio (3.8). Dentro do estado da Bahia, tem-se o IDEB superior nos anos finais do Ensino Fundamental (3.7) e no Ensino Médio(3), e nos anos iniciais , IDEB inferior ao do estado (5.1), (MEC/INEP, 2017). Em comparação com os outros municípios da Mesorregião do Extremo-Oeste baiano, Barreiras está em terceiro na taxa de escolarização, de 6 a 14 anos de idade, atrás de Santa Rita de Cássia (97,7%) e Correntina (97,6%), (IBGE, 2010d). Seu IDEB, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, também está na terceira posição. atrás de Jaborandi e Luís Eduardo Magalhães - ambos com 5,3. O IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental deixa o Município em quarto lugar, atrás de Luís Eduardo Magalhães (4.5), Cocos (4.2) e Jaborandi (3.9) (MEC/INEP, 2017).

O município de Barreiras possui Diário Oficial⁵⁰, sendo a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer definida nos termos da Lei nº 1.235, de 21 de fevereiro de 2017. O PME de Barreiras é estabelecido nos termos da Lei nº 1267, de 19 de setembro de 2017, e conta com 14 artigos, sendo que o 2º artigo apresenta dez diretrizes, as mesmas do Plano Nacional. O Plano Municipal foi elaborado por comissão e equipe técnica competentes. Antes de discutir as metas, o documento apresenta o histórico do

⁵⁰ Disponível em: <https://barreiras.ba.gov.br/diario-oficial/>

Município, bem como um diagnóstico do quadro educacional vigente no período.

Apresenta a mesma ordem e o mesmo número de metas do PNE, 20, das quais ocorrem poucas adaptações; no entanto, vale ressaltar que na meta 14 – Pós Graduação – o Município apresenta os mesmos objetivos quantitativos que o Plano Nacional, de “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.” (Observatório PNE, 2019).

Tal objetivo não é condizente com a realidade de Barreiras, cidade com população pouco maior que 137.000 habitantes. As 20 metas contam com o total de 188 estratégias, aferindo a Barreiras uma média de 9,4 estratégias por meta.

Formosa do Rio Preto

Com 22.528 habitantes no último Censo (IBGE 2010), e uma estimativa de 25.311 em 2018, a região da cidade de Formosa do Rio Preto foi povoada em 1628, segundo registros disponíveis no site oficial, e fundada em 07 de abril de 1963, com base nos dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Localizada na Mesorregião do Extremo-Oeste baiano, possui uma extensão de 15.901,745 km² e densidade demográfica de 1,38 hab/km², proveniente de uma população dividida em 13.647 (60,58%) habitantes em área urbana e 8.881 (39,42%) habitantes em área rural

(IBGE 2010), com uma pequena predominância do sexo feminino, 51,8, sobre o sexo masculino, 48,2. Sua pirâmide etária tem bases largas, com concentração de população entre os 10 e 29 anos.

Figura 3 - Localização geográfica do município de Formosa do Rio Preto



Fonte: Wikimedia commons.

Com Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$28.892,75, Formosa está em 11º lugar no estado e em terceiro nanicrorregião. As contribuições percentuais de cada atividade econômica foram: agropecuária, com 56,31%; serviços públicos, com 35,81% e indústria, com 3,06% (IBGE 2010). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,618 e o Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (IDEB), de 3,0. Sua produção agrícola está diretamente voltada a soja, algodão e milho.

Na educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 97,3%, com 4,2 de IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental e 3,5 os anos finais. Quantitativamente, o Município conta com 50 escolas de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio; foram efetuadas 3.997 e 1.225 matrículas, respectivamente. Ao todo, são 307 docentes do Ensino Fundamental e 45 docentes do Ensino Médio (IBGE 2017).

Seu Plano Municipal de Educação (PME) foi aprovado pela Lei nº 159, de 16 de junho de 2015, em consonância com a Lei nº 13.005/2014. O PME de Formosa apresenta dez diretrizes que abordam os conceitos de algumas metas do Plano Nacional de Educação.

Luís Eduardo Magalhães

No final da década de 1970, chegam à região os primeiros moradores. Devido ao crescente fluxo de automóveis na BR242 e BR020, em 1982 é instalado o posto de gasolina, onde, em 1984, deu origem ao povoado de Mimoso do Oeste. No início dos anos 1980, aportaram-se na região pecuaristas e agricultores oriundos do Sul do País, em busca de melhores condições de vida, e atraídos pelas características da topografia, a grande abundância de água e sua altitude, que a caracterizava como uma possível nova fronteira agrícola. Em 1986, nasce um grupo de empresas denominado de

GRUPO MIMOSO, nos ramos de hotelaria, transportes e alimentos. Em 1997, o povoado de Mimoso passou a ser Município. “O município de Luís Eduardo Magalhães-BA inseriu-se no processo de modernização agrícola brasileiro sob forte incentivo do capital estrangeiro e indução do Estado através de políticas e ações”.

Luís Eduardo Magalhães possui a décima maior economia do Estado da Bahia, sua região é responsável por 60% da produção de grãos do Estado, e sua renda *per capita* é uma das maiores do Brasil. O parque industrial é composto por empresas líderes em seus segmentos, inclusive quase vinte multinacionais. Entre as empresas pioneiras que se instalaram no Município, estão a Cooperativa Agrícola de Cotia, a Ceval - indústria de esmagamento de soja, mais tarde incorporada pela Bunge Alimentos -, e também a Cooperativa do Oeste de Minas Gerais. Sua agricultura é forte, diversificada e de grande produtividade, possuindo grandes áreas irrigadas. Sua pecuária é de alta qualidade tanto na área genética como tecnológica. No ano de 2007, entrou em funcionamento um grande e moderno frigorífico de aves e a fábrica de ração, para sustentar os produtores integrados de mais de um milhão de aves por mês.

Segundo dados do IBGE, de acordo com o Censo (2010), a população era de 60.105 habitantes, com população estimada para o ano de 2018 de 84.753 habitantes.

O Município apresenta 18.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 67.5% de domicílios urbanos em vias públicas

com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). (IBGE, 2017).

De acordo com dados disponíveis no site da Prefeitura, seu comércio atende toda a demanda de seus habitantes, tanto na área de alimentos, produtos e implementos agropecuários como na construção civil; no entanto, a cidade tem muitos problemas de infraestrutura, como: tratamento de esgoto, galeria de águas pluviais, pavimentação asfáltica e habitação para famílias de baixa renda – problemas que têm sido pouco atacados pela Prefeitura e Governo Federal e que demandam ainda muito investimento dos governos. Na área da Saúde e Educação, a Prefeitura tem feito um grande esforço, o que tem tornado esses serviços aceitáveis.

Em termos de Educação, segundo o IBGE, em 2015, os alunos dos anos iniciais da Rede Pública da cidade tiveram nota média de 5.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.5. Na comparação com cidades do mesmo Estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 21º de 417. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a sétima de 417. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.4, em 2010. Isso posicionava o Município na posição 317º de 417, dentre as cidades do Estado, e na posição 4281º de 5570, dentre as cidades do Brasil.

Tabela 1 – Número de matrículas por modalidade e rede escolar de Luís Eduardo Magalhães (2015)

	Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Rede Municipal	2236	12353	0	0
Rede Estadual	0	0	2700	0
Rede Privada	0	0	0	0
Rede Federal	805	1952	477	0

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

O município de Luís Eduardo Magalhães tem seu PME estipulado na Lei nº 733, de 18 de janeiro de 2016, com 12 artigos. O Plano foi elaborado por uma comissão competente e possui 20 metas, em consonância com o PNE. Porém, no documento, não consta o suporte de uma equipe técnica, não é apresentado o histórico do Município, tampouco um diagnóstico educacional.

Riachão das Neves

Fundada em 1963, segundo registros da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a cidade de Riachão das Neves contava, no Censo de 2010, com 21.937 habitantes e estimativa de 22.343 habitantes para 2018 (IBGE). Com densidade demográfica de 3,87 hab/km², o território possui 5.978,998 km² (IBGE 2017) e está localizado na Mesorregião denominada de Extremo-Oeste baiano. Sua população fica dividida em 11.193 (51,02%) habitantes em zona rural e 10.744 (48,98%) em zona urbana, com pequena predominância do sexo masculino, 11.440 (52,15%), sobre o

feminino, 10.497 (47,85%). Sua pirâmide etária tem bases largas com concentração de população entre os 10 aos 24 anos.

Figura 4 - Localização geográfica do município de Riachão das Neves



Fonte: Wikimedia commons.

Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* sofreu um aumento de R\$12.014,25, em 2010, para R\$20.266,70, em 2016 - último dado disponível. As contribuições percentuais de cada atividade econômica foram: serviços públicos, com 45,68%; agropecuária, com 42,76% e 5,4% (IBGE 2010). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,578 (IBGE 2010) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 3,0 (IBGE 2011).

Na Educação, a taxa de escolarização, entre 6 a 14 anos de idade, é de 95%, com 4,1 de IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental e sem dados dos anos finais pelo IBGE.

Quantitativamente, o Município conta com 47 escolas de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio, nas quais foram efetuadas 3.665 e 819 matrículas, respectivamente. Ao todo, são 249 docentes de Ensino Fundamental e 39, de Ensino Médio (IBGE 2015).

Seu Plano Municipal de Educação foi aprovado pela Lei Ordinária nº 595/2015, em 15 de julho de 2015, em consonância com a Lei nº 13.005/2014. O PME de Riachão apresenta nove diretrizes que abordam os conceitos do Plano Nacional de Educação.

São Desidério

São Desidério é um município do Oeste da Bahia que surgiu na segunda metade do século XIX, a partir da aquisição da fazenda que propiciou o surgimento do núcleo habitacional por Desidério José de Souza, o qual estimulou a criação do Povoado. Está localizado no bioma Cerrado, seu clima é Tropical Subúmido e é banhado por diversos rios pequenos.

Na década de 1960, houve um grande movimento de emancipação política pela Independência do Município com relação a Barreiras e, em fevereiro de 1962, o Município foi emancipado. Até a década de 1980, este sobreviveu da agricultura de subsistência, onde pouco se produzia e seu comércio praticamente inexistia; então, a partir de 1985, com a chegada dos agricultores vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná, iniciou-se o desenvolvimento agrícola

da região por meio da mecanização e da diversidade da cultura de alimentos, e o foco da economia passou a ser o campo.

Em meados dos anos 2000, o Município passou a ser conhecido nos cenários estadual, regional e nacional, como um dos maiores produtores de grãos, com destaque para a soja, o milho e o feijão, além de frutas e, mais recentemente, o título de um dos grandes produtores de algodão.

Segundo o último Censo Demográfico, 60% da população de São Desidério vive na zona rural. A grande maioria está localizada nas regiões consideradas pobres, distantes das áreas de produção em grande escala. Todavia, essas pessoas vivem da agricultura e pecuária de subsistência. A outra parte da população está na zona urbana, vivendo basicamente do comércio e dos serviços prestados pela Administração Pública Municipal (CENSO, 2010).

Segundo dados do IBGE (2010), nos últimos 30 anos houve um aumento significativo da renda *per capita*; no entanto, no Censo Demográfico de 2010, o IDH foi de 0,579, classificado como baixo.

Em 2016, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.3%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 50% da população nessas condições. (IBGE, 2018)

De acordo com o Plano Municipal de Educação, o Município apresenta avanços significativos na Educação, em termos de

estrutura, metodologia e sociopolítico. Dentre eles, estão a construção e ampliação de escolas, inclusive em locais de difícil acesso, reestruturação do quadro de servidores, aderência e execução de programas e projetos.

Tabela 2 – Número de matrículas por modalidade e rede escolar de São Desidério (2015)

	Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Rede Municipal	945	5222	375	0
Rede Estadual	0	196	834	0
Rede Privada	139	321	0	0
Rede Federal	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

A Secretaria de Educação de São Desidério está estruturada em quatro departamentos: Departamento de Apoio Administrativo, Apoio Pedagógico, Apoio ao Fundo de Manutenção da Educação(FME) e o Departamento de Informações Educacionais. A atual Secretária é Iléia de Oliveira Almeida, graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pós-graduada em Psicopedagogia na UNYAHNA e em Gestão Escolar pela Universidade São Salvador. Trabalhou como professora e coordenadora pedagógica em São Desidério, lecionou na Cooperativa Educacional de Barreiras (COOPEB) e no Colégio Municipal do Povoado de Boa Sorte em Barreiras, prestou serviço como coordenadora do Projeto Todas as Letras – Núcleo Oeste – Agência de Desenvolvimento Solidário e exerceu o cargo de

assistente pedagógica da Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM). Exerceu também o cargo de diretora da Diretoria Regional de Educação (DIREC 25) em Barreiras-BA.

Na Secretaria, há os seguintes programas: Educação de Jovens e Adultos – EJA (Modalidade de Ensino), Plano de Desenvolvimento na Escola (PDE), Plano Estratégico de Educação de Jovens e Adultos (PEEJA), Plano de Ações Articuladas (PAR), Plano Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação da Creche (PNAC) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Secretaria de Educação do Município está localizada na Praça Juarez de Souza, S/N, Centro. CEP: 47.820-000, São Desidério-BA.

Santa Rita de Cássia

O Município de Santa rita de Cássia, de 26.250 habitantes, segundo o último Censo (IBGE, 2010) e localizado na Mesorregião do Extremo-Oeste baiano, possui uma extensão de 6.030,084 km² e densidade demográfica de 4,39 hab/km². Sua fundação não tem ano específico, uma vez que não é possível encontrar registros de seus primeiros habitantes; sabe-se que a data permeia entre as primeiras décadas do século XVII.

Com o PIB *per capita* de R\$ 8.516,55, está em 194º lugar no estado e em sexto namicrorregião. Seu IDH é de 0,605 e IDEB, 3,6.

Sua produção agrícola está diretamente voltada à soja, algodão e milho. Sua pirâmide etária tem bases largas, com concentração de população entre os 30 aos 49 anos.

Figura 5 - Localização geográfica do município de Santa Rita de Cássia



Fonte: Wikimedia commons. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_de_C%C3%A1ssia_\(Bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_de_C%C3%A1ssia_(Bahia))

Na Educação, a taxa de escolarização, de 6 a 14 anos de idade, é de 97,7%, com 4,3 de IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 3,6, nos anos finais, posicionando a cidade em 160º, dentre as 417 do estado, e 2574º, dentre as 5570 cidades do Brasil.

Quantitativamente, o Município conta com 40 escolas de Ensino Fundamental e quatro de Ensino Médio. Comparada com

idades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais a coloca na posição 198º, de 417. Sobre os alunos dos anos finais, a nota a coloca na posição 109º, de 417.

Seu Plano Municipal de Educação (PME) foi aprovado pela Lei nº 119/2015, de 11 de setembro de 2015. O PME de Santa Rita apresenta 17 diretrizes que abordam os conceitos de algumas metas do Plano Nacional de Educação.

Referências Bibliográficas

SÓ GEOGRAFIA. **Bahia.** Disponível em: <<http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/Estados/Bahia/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BAHIA. **Governo Estadual.** Disponível em: <<http://www.bahia.com.br/viverbahia/historia/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRANDÃO, P. R. B. **A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985).** Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4304/3163>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GÓES, L. M.; FONTES, E. de O.; FILHO, A. P.. **Abordagem Sistêmica Aplicada ao Complexo Agroindustrial da Soja, Extremo Oeste da Bahia.** Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/16799/16841>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MEC/INEP. **IDEB - Resultados e Metas, 2017.** Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1458086>>>. Acesso em: 22 jan. 2019

PNE, Observatório. **Meta 11 - Educação Profissional, 2017.** Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/dossie>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PNE, Observatório. **Meta 14 - Pós Graduação, 2019.** Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/14-pos-graduacao/indicadores>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

MIRANDA, E. de (Org.). **Matopiba: delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento - Bahia**. Bahia: Embrapa, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

IBGE. **Atlas Escolar**. Disponível em: <<https://atlascolar.ibge.gov.br/mapas-atlas/mapas-do-brasil/federacao-e-territorio>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL, Cidade. **Microrregião de Barreiras**. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-barreiras.html>>. Acesso em: 28 jan..2019.

BARREIRAS, Prefeitura de. **Secretaria De Educação, Cultura, Esporte E Lazer**. Disponível em: <<https://barreiras.ba.gov.br/secretaria-de-educacao-cultura-esporte-e-lazer/>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

IBGE. **População no último censo**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019>.

_____. **Densidade demográfica**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>.. Acesso em: 22 jan. 2019..

_____. **Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2019>.

_____. **Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2019>.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Docentes no ensino fundamental**, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Salário médio mensal dos trabalhadores formais**, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **População ocupada**, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **PIB per capita**, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Matrículas no ensino fundamental**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Matrículas no ensino médio**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Docentes no ensino médio**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Número de estabelecimentos de ensino fundamental**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Número de estabelecimentos de ensino médio**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **População estimada**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

MEC/INEP. **IDEB – Resultados e Metas**, 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=338679>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL, Cidade. **Município de Formosa do Rio Preto**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-formosa-do-rio-preto.html>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

CNM, Confederação Nacional de Municípios. **Dados Gerais - Formosa do Rio Preto**. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/municipios/registros/100129/100129135>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Prefeitura de Formosa do Rio Preto. **Imprensa Oficial**. Ano 7, n. 545, 25 jun. 2015. Disponível em: <http://www.formosadoriopreto.ba.io.org.br/diarioOficial>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

IBGE. **População no último censo**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Docentes no ensino fundamental**, 2015. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **PIB per capita**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/pesquisa/38/46996?ano=2010>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Matrículas no ensino fundamental**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Matrículas no ensino médio**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Docentes no ensino médio**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Número de estabelecimentos de ensino fundamental**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Número de estabelecimentos de ensino médio**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **População estimada**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/formosa-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL, Formosa do Rio Preto. **Nossa História**. Disponível em: <<http://formosadoriopreto.ba.gov.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama>>. Acesso em: 26 set. 2018.

PREFEITURA, Luís Eduardo Magalhães, 2011. Disponível em: <<http://www.luiseduardomagalhaes.ba.io.org.br/historia>>. Acesso em: 26 set. 2018.

MEC/INEP. **IDEB – Resultados e Metas**, 2017. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=314569>>. Acesso em: 13 fev. 2019

BRASIL, Cidade. **Município de Riachão das Neves**. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-riachao-das-neves.html>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

CNM, Confederação Nacional de Municípios. **Dados Gerais – Riachão da Neves**. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/municipios/registros/100129/100129322>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Prefeitura de Riachão das Neves. **Imprensa Oficial**. Ano 6., n. 710, 20 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.riachaodasneves.ba.io.org.br/diarioOficial>>. Acesso em 13 fev. 2019.

IBGE. **População no último censo, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Docentes no ensino fundamental, 2015**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **PIB per capita, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/pesquisa/38/46996?ano=2010>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Matrículas no ensino fundamental, 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Matrículas no ensino médio, 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Docentes no ensino médio, 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Número de estabelecimentos de ensino fundamental**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Número de estabelecimentos de ensino médio**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **População estimada**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL, Riachão da Neves. **A Cidade**. Disponível em: <<http://riachaodasneves.ba.gov.br/a-cidade/>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/informacoes-por-cidade-e-ado.html?t=destaques&c=2928901>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SÃO DESIDÉRIO. **Plano Municipal de Educação de São Desidério**, 2015. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Riach%C3%A3o_das_Neves#/media/File:Bahia_Municip_RiachaodasNeves.svg>

ORGANIZADORES

SANDRA FERNANDES LEITE

Professora da Faculdade de Educação da Unicamp desde 2014, é Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2009-2013) na área de concentração de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais, com foco de estudo na Educação de Jovens e Adultos.

VICENTE EUDES LEMOS ALVES

Professor Doutor do Instituto de Geociências da Unicamp, Atua nas áreas de ensino de Geografia, de estudos regionais, agrários e formação territorial brasileira. Doutor, em 2007, e Mestre, em 2000, em Ciências (Geografia Humana), pela Universidade de São Paulo, em 2007. Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo, em 1994

FERNANDO TAVARES JÚNIOR

Professor Doutor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em Sociologia (IUPERJ / 2007), graduado em Psicologia e Mestre em Gestão de Sistemas da Educação (UFJF) e em Pedagogia (UFV). Professor do Dep. Ciências Sociais (UFJF), onde também é membro do PPG Ciências Sociais e do PPG Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública

AUTORES

ALEX SANDRA ANDRADE NEVES

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Mestre em Educação pela Unicamp e Supervisora de Ensino da Rede Municipal de Campinas (SME/PMC).

FERNANDO CÉZAR DE MACEDO

Fernando César de Macedo possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1992), onde realizou seu mestrado em Economia no ano de 1997. Doutorou-se em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Unicamp (2002), onde também fez Livre-Docência (2010) em Economia Brasileira, na área de Política Econômica e Desenvolvimento Regional. Atualmente é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico

MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES

Professora Doutora de Geografia no Curso de Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tem publicado nestes temas, principalmente sobre reforma agrária, desenvolvimento rural, movimentos sociais e campesinato.

CAROLINA NASCIMENTO PEREIRA

Graduada em Economia pela Unicamp. Mestre em Economia Agrícola pelo programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da UNICAMP. Atualmente está cursando Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e atuando como

Assistente de Pesquisa no IPEA na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR).

GABRIELA LANZA PORCIONATTO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP), Campus de Araraquara. Mestre e Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado (NESPOM). Colaboradora do Núcleo de Sociologia e das Finanças (NESEFI) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

CÉSAR NUNES DE CASTRO

Possui graduação em engenharia agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ Universidade de São Paulo (2001) e mestrado em máquinas agrícolas pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/ Universidade de São Paulo (2004). Tem experiência de pesquisa em temas como agricultura, recursos hídricos, desenvolvimento rural e desenvolvimento regional. Atualmente é membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

SUELI HELENA DE CAMARGO PALMEN:

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, onde fez o Mestrado (2005) e a graduação em Pedagogia (2001). Atualmente é professora titular da Prefeitura Municipal de Campinas e Professora da Universidade Paulista – UNIP - curso de Pedagogia.

EMILY TUANY SOUZA ROSÁRIO

Pedagoga formada pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

DANIELA DOS SANTOS CAETANO

Mestranda na Linha Estado, Políticas Públicas e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem experiência na Educação Básica com ênfase na política educacional e na educação para as africanidades. Atualmente trabalha como professora Adjunta de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal de Educação de Campinas. Também participa do Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades (CONEPPA).

TAYNÁ VICTÓRIA DE LIMA MESQUITA

Possui título de graduação em Ciências Sociais também pela UNICAMP (2018). Desde 2015 atua como educadora no Projeto Educativo de Integração Social - PEIS, projeto de extensão em Educação de Jovens e Adultos vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Atua desde 2019 como parte da coordenação pedagógica do PEIS. Desde 2017 atua como Agente de Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Campinas - SP. É mestranda no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos - GEPEJA, da Faculdade de Educação da UNICAMP.

ANA MARTHA SANTOS VIEIRA

Estudante de Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas e educadora social no Projeto Educativo de Integração Social – PEIS. Desenvolve estudos enfocados em Matemática e Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Musicalização.

BRUNO RANIERE ANDRADE

Graduando de Ciências Econômicas na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Membro do Diretório Acadêmico Visconde de Mauá como organizador de eventos internos, no Centro de Economia e Administração da PUC Campinas, e professor de disciplinas voltadas aos conteúdos das Ciências Humanas no Projeto Educativo de Integração Social - PEIS, pela Faculdade de Educação da Unicamp. Áreas de Interesse: Ciências Sociais Aplicadas.

GUSTAVO MARCELO DE OLIVEIRA SILVA

Cursando Licenciatura em Física na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), possui experiência na área de Educação com ênfase na inclusão digital e Ciências da Natureza de jovens, adultos e idosos. Desde de 2015 atua como professor nas atividades do Projeto Educativo de Integração Social (PEIS) sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP. Atualmente está em iniciação científica com o título “Mapeamento da Meta 11 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 nos principais municípios do MATOPIBA”.

JUAN CARLOS DA SILVA RODRIGUES DE LIMA

Cursando a graduação em Matemática e Licenciatura pela Unicamp. Bolsista, exerce trabalho de professor em um projeto social para EJA.

SAMARA SILVA ROCHA

Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2016). Trabalhei como estagiária de educação infantil no período de 2013 a 2016. No primeiro semestre de 2017, como aluna especial da pós-graduação cursei a disciplina Políticas de Educação para a Infância e no primeiro semestre de 2018 a disciplina Políticas de Educação de Jovens e Adultos. Atualmente integro como

voluntária o Projeto Educativo de Integração Social (PEIS), o qual está inserido no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA) da Faculdade de Educação da Unicamp.



CRÉDITOS

Fotos: Robson Bomfim Sampaio

Diagramação/Correção Ortográfica: Odisseia Consultoria

AVANÇOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MATOPIBA

Os cerrados do Centro-Norte do Brasil configuram uma região onde surgem novos polos de expansão da agricultura modernizada brasileira. Esta região ganha destaque e emergência de dinâmicas econômicas associadas ao agronegócio. As mudanças verificadas indicam alterações importantes na estrutura produtiva regional, concretizadas pela introdução de aparatos técnicos modernos e de novos agentes socioeconômicos voltados para atender às demandas desse setor. Mas, também, esse fenômeno é gerador na região de implicações ambientais, econômicas e sociais. Essas mudanças não se espalharam com a mesma intensidade para todos os municípios da região. Surge a necessidade de compreender sobre os seus possíveis impactos nos vetores educacionais da região e se a elevação dos indicadores educacionais está contribuindo ou sendo influenciada pelo avanço do agronegócio na região.

Este livro traz um conjunto de reflexões sobre os avanços do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na região dos cerrados do Centro Norte do Brasil.



CAEd

Faculdade de Educação
Universidade Federal
de Juiz de Fora



PPGP

Centro e Avaliação de Educação - 16642